

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THOMAZ DELGADO DE DAVID

A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI

São Paulo
2023

THOMAZ DELGADO DE DAVID

A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rossana Rocha Reis

Coorientador: Prof. Dr. Jean François Germain Tible

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo**

De David, Thomaz Delgado,

A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI / Thomaz Delgado De David ; orientadora: Rossana Rocha Reis. – São Paulo, 2023.

119 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

1. América Latina 2. Capitalismo 3. Imperialismo 4. Onda conservadora 5. Onda Rosa I. Reis, Rossana Rocha, orient. II. Título.

CDD – 325.32098

Nome: DE DAVID, Thomaz Delgado

Título: A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Rossana Rocha Reis

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dr. Luiz Felipe Brandão Osório

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Julgamento: _____

Dedico este trabalho à minha avó,
Bernadete, que recentemente nos deixou.
Ela será sempre o meu primeiro e maior
amor.

AGRADECIMENTOS

Minha mãe Carla me ensinou, desde cedo, a importância de demonstrar gratidão às pessoas pelo impacto positivo delas em minha vida. Felizmente, ao longo de toda a minha trajetória acadêmica e, inclusive, nos últimos dois anos, durante o Mestrado, contei com o apoio valioso de familiares, amigos e pesquisadores. Embora tenha vontade de agradecer a todos, irei registrar, nominalmente, alguns agradecimentos indispensáveis.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Rossana Rocha Reis, acadêmica do mais alto nível, por ter embarcado neste desafio junto a mim, prestando o máximo auxílio e, ao mesmo tempo, me concedendo liberdade e autonomia como pesquisador;

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Jean François Germain Tible, intelectual comprometido com a *práxis* revolucionária, a quem admiro profundamente e que me honrou com seu apoio nesta etapa;

À banca avaliadora, composta pelo Prof. Dr. Alysson Mascaro e pelo Prof. Dr. Luiz Felipe Osório, dois dos maiores nomes do pensamento marxista no Brasil atualmente. Obrigado pelos apontamentos, críticas e sugestões.

Ao Prof. Pedro Dallari, supervisor do meu estágio em docência, que generosamente compartilhou sua experiência comigo, contribuindo para a minha formação enquanto futuro docente.

Aos meus familiares, Carla, Carlos Alberto (pai), Ricardo, Lauro (avô), Bernadete, Lauro (irmão), Marina, Carlos Alberto (irmão) e Lara. A conclusão do meu Mestrado não seria possível sem vocês, que sempre estiveram ao meu lado.

Aos meus amigos, Ben Hur Quadros, Cristiane D'Ávila, Gabriel Barbará, Luiza Mota, Mariana Papaleo e Rafaela Melchiors. Vocês constituíram uma rede de apoio indispensável nesta etapa.

Aos integrantes (e também amigos) da RedeMarx, Ana Elisi Anversa, Giovano Felipin, Igor Bueno, Juliana Palar e, especialmente, à Prof.^a Dr.^a Bia Oliveira, que me forjou enquanto pesquisador marxista e com quem compartilho um horizonte de lutas e de sonhos.

Ao Carlos Artur Gallo, que me incentivou a prestar a seleção para o Mestrado e foi um importante parceiro acadêmico.

À Universidade de São Paulo e seu Instituto de Relações Internacionais, no qual tive contato com docentes altamente qualificados e acessíveis, com colegas

brilhantes e colaborativos e, também, com funcionários dedicados, como os da Secretaria de Pós-Graduação.

Por fim, indico que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Ciente de que educação e pesquisa não são gastos, mas investimentos, ainda assim agradeço por ter sido contemplado com recursos públicos em um país tão desigual em oportunidades.

“Gracias a la vida, que me ha dado tanto”.

“É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder” (GALEANO, 2012, p. 7, grifo nosso).

RESUMO

DE DAVID, Thomaz Delgado. **A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI**. 2023. Dissertação (Mestrado). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Historicamente, a inserção internacional da América Latina se traduz em relações assimétricas com o centro global, caracterizadas pela dominação política e pela dependência econômica sofridas. Sob o sistema capitalista, essas relações ganham contornos específicos e passam a configurar um imperialismo dotado de especificidade, que conta com mecanismos mais sofisticados de dominação e apresenta uma orientação, predominantemente, voltada à acumulação econômica. Contudo, entende-se que a dinâmica imperialista tem passado por novas modificações, inclusive nas últimas décadas, acompanhando as transformações do capitalismo global e, ainda, do contexto regional latino-americano. Assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender o que caracteriza a reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI. Para atingi-lo, adota-se uma matriz teórica marxista e emprega-se o método de abordagem materialista histórico-dialético, o método de procedimento histórico e a técnica de pesquisa documental indireta. Ao longo do trabalho, estabelece-se um percurso analítico que parte de constatações abrangentes sobre o capitalismo e as teorias marxistas do imperialismo desde o início do século XX. Ao adentrar no debate contemporâneo sobre o imperialismo, é concedida ênfase às contribuições de David Harvey e de Ellen Wood. Depois, avança-se em direção ao entendimento do contexto regional no qual esse imperialismo opera, expondo-se duas tendências políticas que se sobrepõem temporalmente: a onda rosa (1998-2016) e a onda conservadora (iniciada em 2009). Tais tendências são associadas, respectivamente, com a ascensão tendencial de Chefes de Estado do espectro político de esquerda e de direita em países da região. Ao fim, parte-se para a análise da reconfiguração dos mecanismos econômicos e extraeconômicos do imperialismo, rearticulados entre si, que resulta em um entendimento do imperialismo contemporâneo na América Latina.

Palavras-chave: América Latina. Capitalismo. Imperialismo. Onda conservadora. Onda Rosa.

ABSTRACT

DE DAVID, Thomaz Delgado. **The reconfiguration of imperialism in Latin America during the 21st century**. 2023. Dissertação (Mestrado). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Historically, the international insertion of Latin America translates into asymmetrical relations with the global center, characterized by the political domination and economic dependence suffered. Under the capitalist system, these relationships take on specific contours and begin to configure an imperialism endowed with specificity, which has more sophisticated mechanisms of domination and presents an orientation predominantly focused on economic accumulation. However, it is understood that the imperialist dynamics has undergone new modifications, including in recent decades, accompanying the transformations of global capitalism and, also, of the Latin American regional context. Thus, the general objective of this work is to understand what characterizes the reconfiguration of imperialism in Latin America during the 21st century. To achieve this, a Marxist theoretical framework is adopted, along with the historical-dialectical materialist approach method, the historical procedure method and the indirect documentary research technique. Throughout the work, an analytical path is established, starting from a broad comprehension on capitalism and Marxist theories of imperialism since the beginning of the 20th century. Entering the contemporary debate on imperialism, emphasis is placed on the contributions of David Harvey and Ellen Wood. Then, it advances towards understanding the regional context in which this imperialism operates, exposing two political trends that overlap in time: the pink tide (1998-2016) and the conservative wave (started in 2009). Such trends are associated, respectively, with the tendential rise of Heads of State from the left and right political spectrum in countries of the region. At the end, from the analysis of the reconfiguration of the economic and extra-economic mechanisms of imperialism, rearticulated among themselves, are obtained results to understand the contemporary imperialism in Latin America.

Keywords: Latin America. Capitalism. Imperialism. Conservative wave. Pink tide.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desigualdade global da riqueza em 2021 (%).....	25
Gráfico 2 – Países latino-americanos governados por Chefes de Estado de direita e de esquerda durante a onda rosa (1998-2016).....	61
Gráfico 3 – Países latino-americanos governados por Chefes de Estado de direita e de esquerda durante a onda conservadora, entre 2009 e 2022.....	71
Gráfico 4 – Pobreza e extrema pobreza na América Latina (18 países) entre 1990 e 2020 (em milhões de pessoas).....	73
Gráfico 5 – Taxa de empregos informais e formais na América Latina e no Caribe.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Riqueza estimada por região ou país em 2020.....	26
Tabela 2 – Mandatos de Chefes de Estado (por país) durante a onda rosa na América Latina (1998-2016) e suas orientações políticas tendenciais (à direita ou à esquerda).....	55
Tabela 3 – Mandatos de Chefes de Estado (por país) durante a onda conservadora na América Latina e suas orientações políticas tendenciais (à direita ou à esquerda) no período entre 2009 e 2022.....	68
Tabela 4 – Porcentagem de empregos informais em relação ao total de empregados, aos empregados urbanos e aos empregados rurais.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regimes de acumulação fordista e pós-fordista: informações, características e contrastes.....	35
Quadro 2 – Características usualmente associadas aos espectros políticos de direita e de esquerda na América Latina contemporânea.....	52
Quadro 3 – Complexo de acumulação do capitalismo global.....	87
Quadro 4 – Associação entre componentes do pós-fordismo e do imperialismo contemporâneo.....	98
Quadro 5 – Aspectos definidores dos mecanismos extraeconômicos e econômicos do imperialismo na América Latina contemporânea.....	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Países latino-americanos atingidos pela onda rosa (1998-2016).....	60
Figura 2 – Países latino-americanos atingidos pela onda conservadora entre 2009 e 2022.....	70
Figura 3 – Protesto ocorrido na cidade de São Paulo (Brasil), no dia 7 de junho de 2013, com pautas do Movimento Passe Livre.....	81
Figura 4 – Manifestantes tomam gramado em frente ao Congresso Nacional e protestam pelo fim da corrupção no Brasil, em 15 de março de 2015.....	82
Figura 5 – Manifestantes golpistas incendiam a Prefeitura Municipal de Vinto, na Bolívia, em 06 de novembro de 2019.....	83
Figura 6 – Patricia Arce Guzmán (MAS), prefeita de Vinto (Bolívia), sofre agressões de opositores golpistas no dia 06 de novembro de 2019.....	84
Figura 7 – Manifestantes protestam contra o FMI na Argentina, em 17 de maio de 2018.....	89
Figura 8 – Manifestação ocorrida em El Salvador contra a privatização da água, em 22 de novembro de 2018.....	97

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Organização)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Agência Central de Inteligência (EUA)
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EC	Emenda à Constituição
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
ID	Índice de Democracia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MAS	Movimiento al Socialismo (Bolívia)
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPL	Movimento Passe Livre
MVR	Movimiento V República (Venezuela)
NSA	Agência Nacional de Segurança (EUA)
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTPOR	Resistência (Sérvia)
PAIS	Alianza País (Equador)
PGCED	Países governados por Chefes de Estado de direita
PGCEE	Países governados por Chefes de Estado de esquerda
PJ	Partido Justicialista (Argentina)
PL	Partido Liberal (Brasil)
PROSUL	Foro para o Progresso da América do Sul
PS	Partido Socialista (Chile)
PSL	Partido Social Liberal (Brasil)

PT	Partido dos Trabalhadores (Brasil)
TEC	Tarifa Externa Comum
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UP	Unidade Popular (Chile)
WIEGO	Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CAPITALISMO GLOBAL E IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO	22
1.1 Da gênese do capitalismo global à atualidade do imperialismo.....	22
1.2 Transformações do capitalismo global: do fordismo ao pós-fordismo.....	27
1.3 Teorias do imperialismo: do debate pioneiro às teorias contemporâneas...	36
1.3.1 <i>A teorização de David Harvey e de Ellen Wood</i>	45
2. A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: TENDÊNCIAS POLÍTICAS REGIONAIS	51
2.1 A onda rosa na América Latina (1998-2016).....	52
2.2 A onda conservadora na América Latina desde 2009.....	66
3. A RECONFIGURAÇÃO DO IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA DURANTE O SÉCULO XXI	76
3.1 A reconfiguração dos mecanismos extraeconômicos de dominação.....	76
3.2 A reconfiguração dos mecanismos econômicos de dominação.....	87
3.3 A rearticulação entre os mecanismos econômicos e extraeconômicos de dominação.....	98
CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Historicamente, a América Latina¹ vem sendo sistematicamente subjugada, a força de trabalho de sua população explorada, seus povos originários dizimados e suas riquezas naturais usurpadas (DONGHI, 1976; GLIGO, MORELLO, 1980; MARCÍLIO, 1984; PRADO, PELLEGRINO, 2014; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1984). Desde a colonização, a construção da região latino-americana nunca se deu em razão de si, mas de diferentes potências hegemônicas, de acordo com a dinâmica de uma economia política internacional capitalista (ROJAS, 2004).

A chamada Era das Grandes Navegações, inaugurada por Portugal e Espanha no século XV, foi o marco preliminar do colonialismo (séc. XV-XX), o qual estabeleceu um novo padrão de controle mundial (QUIJANO, 2005). Desde então, diversos teóricos buscaram entender, direta ou indiretamente, a relação entre colonialismo e capitalismo. Entre eles, destaca-se Karl Marx que, ao analisar o chamado “Novo Mundo”, desvelou a essência escondida do modo de produção capitalista e da acumulação de capital (TIBLE, 2013).

Do colonialismo europeu à dominação imperialista estadunidense, ocorreu um deslocamento da capacidade de ingerência sobre a América Latina entre centros hegemônicos (DONGHI, 1976). Assim, a sucessão de investidas colonialistas e imperialistas na região resultou no seu subdesenvolvimento, situando-a na periferia global, e possibilitou o desenvolvimento de outras regiões do globo, consideradas centrais².

À vista disso, percebe-se, preliminarmente: a) a existência de semelhanças estruturais que permeiam a formação social, política e econômica dos países latino-

¹ Emprega-se o termo América Latina neste trabalho para designar a região que compreende o México, a América Central, o Caribe e a América do Sul. A totalidade de países latinos que compõem a região abrange: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

² A questão do desenvolvimento na América Latina se conecta diretamente com a dependência econômica estrutural na região. Aproximadamente na metade do século XX, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desenvolveu uma série de estudos sobre (sub)desenvolvimento, incluindo a contribuição de Raúl Prebisch (2000). Os pesquisadores cepalinos lograram relacionar a economia, até então tratada de forma apartada, com a dominação internacional, aproximando-a da Ciência Política (MACHADO, 1999). Para além, teóricos como Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra relacionaram, a partir de diferentes perspectivas, marxismo, imperialismo e dependência, dando origem à Teoria Marxista da Dependência (TMD).

americanos³; b) que o desenvolvimento capitalista dos países centrais segue se sustentando na exploração da periferia global pelo imperialismo.

Imperialismo é um conceito-chave para a compreensão das relações internacionais no capitalismo. De maneira preliminar, pode ser entendido, em síntese, como expressão das relações político-econômicas de dominação e de dependência entre Estados e outros atores, estruturantes e estruturadas, respectivamente, do e pelo capitalismo global⁴.

A partir disso, entende-se que, assim como o sistema capitalista tem enfrentado crises recorrentes que o alteraram de modo substancial (MASCARO, 2018), o imperialismo também passou por reconfigurações. Sua dinâmica não se manteve inalterada no *tempo*, tendo acompanhado (e impactado) o movimento histórico das estruturas que compõem esse sistema.

Embora o capitalismo apresente uma história global, diferentes sociedades possuem, ainda, suas histórias particulares, que se relacionam com articulações e lutas de maneira mais intensa do que uma narrativa ampla da exploração de classe a nível mundial (MASCARO, 2018). É o caso da América Latina, na qual o entendimento do imperialismo demanda uma análise atenta, também, para o *espaço*.

Nesse sentido, ajustes espaço-temporais são responsáveis por reconfigurar a dinâmica do imperialismo, em face de crises e contradições sistêmicas, em diferentes conjunturas e territórios (HARVEY, 2014). Ainda, considerando-se as particularidades regionais da América Latina neste século, que incluem duas tendências políticas subsequentes (à esquerda e, depois, à direita) nos países da região, tem-se um cenário que traz mudanças relevantes para o fenômeno imperialista.

Em vista do contexto apresentado, o problema de pesquisa é expresso através do seguinte questionamento: com base nas transformações do capitalismo global e nas tendências políticas latino-americanas, o que caracteriza a reconfiguração do imperialismo na região durante o século XXI? Em decorrência

³ Apesar de existirem aspectos de caráter político, econômico, social e cultural que aproximam os países latino-americanos e os posicionam dentro de um mesmo segmento no tabuleiro geopolítico global, há também diferenças, que os distanciam. Essas diferenças envolvem fatores como, por exemplo, desenvolvimento econômico e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também, se relaciona com a inserção internacional desses países, que envolve o nível de influência, o alcance da soberania estatal e o grau de autodeterminação.

⁴ Trata-se de uma definição abrangente, com finalidade introdutória, a qual pode ser substituída por outras mais específicas.

dessa questão, o objetivo geral deste trabalho é compreender o que caracteriza a reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI.

Para responder ao problema de pesquisa e atingir tal objetivo, adota-se uma matriz teórica marxista. Em termos metodológicos, emprega-se o método de abordagem materialista histórico-dialético, o método de procedimento histórico e a técnica de pesquisa documental indireta.

Cabe referir que a adoção do método de abordagem materialista histórico-dialético está em consonância com a matriz teórica marxista, que fundamenta este trabalho. Além disso, tal concepção metodológica encontra amparo na perspectiva de Henri Lefebvre e Norbert Guterman (1964, p. 35), os quais advogam que “a dialética somente segue sendo dialética se não se deixa fora dela o materialismo, se se une a ela”.

Para José Paulo Netto (2011), a dialética materialista, resumidamente, é “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, [e que] visa alcançar a essência do objeto”. Tratando-se de essência (aquilo que é) e aparência (aquilo que parece ser), é possível se afastar de uma perspectiva da economia política internacional pautada, primordialmente, pela cooperação e pelos benefícios mútuos. Torna-se factível, assim, avaliá-la de acordo com aquilo que ela, fundamentalmente, é: âmbito de reprodução das relações capitalistas globalizadas, marcado pelo imperialismo.

Ademais, conforme Alex Callinicos (2004, p. 40, tradução nossa), “o materialismo histórico pode ser observado como uma afirmação distintiva sobre os tipos de estruturas que têm primazia na explicação dos sistemas sociais”. Assim, pode-se conceber a política e a economia na América Latina dentro de um sistema capitalista global, estruturado sob condições concretas de desigualdade entre Estados e que opera a partir de relações de dominação e dependência.

Portanto, o materialismo histórico-dialético se demonstra adequado para a compreensão acerca de como se manifesta o imperialismo na América Latina, pois permite um entendimento crítico do imperialismo e das estruturas e contradições que envolvem seu contexto político-econômico. Com isso, ao mesmo passo em que se apresenta o método de abordagem adotado, reforça-se a escolha pela matriz teórica marxista – a qual não pode ser dissociada de seu método característico.

Por seu turno, o método de procedimento histórico está presente ao longo de todo o desenvolvimento do trabalho, apesar do enfoque no século XXI. Isto, pois, os

acontecimentos das últimas décadas são analisados de acordo com as condições e contradições que historicamente marcam a economia política global e latino-americana.

Marx (2011, p. 25), ao mencionar que os seres humanos fazem a sua própria história, adverte que “não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Assim, tem-se em consideração que os sujeitos históricos, incluindo velhos e novos atores na esfera das relações internacionais, agem para a manutenção ou para a transformação de estruturas legadas a eles.

Ainda, a técnica de pesquisa empregada, caracterizada como documental indireta, abrange a pesquisa bibliográfica e a apreciação de outras fontes documentais. Dessa forma, tal técnica serve como meio de embasamento, a partir do avanço teórico-científico já existente, rearticulado em torno do objetivo geral e a partir da metodologia exposta.

A seguir, o desenvolvimento deste trabalho encontra-se dividido em três capítulos, cada um contendo, ainda, subdivisões.

No primeiro capítulo, intitulado “Capitalismo global e imperialismo contemporâneo”, é apresentada uma contextualização acerca do sistema capitalista, abordando a sua vocação mundial e relacionando-o com o imperialismo. Também, são analisadas as transformações estruturais pelas quais o capitalismo passou no século XX, com a transição do fordismo ao pós-fordismo, objetivando compreender o regime de acumulação e o modo de regulação pós-fordistas, em vigência até o presente. Por último, são introduzidas teorias do imperialismo, especialmente contemporâneas, que visam interpretá-lo no atual estágio do capitalismo. É dada ênfase às teorizações de David Harvey e de Ellen Wood e, com base em elementos não conflitantes de cada uma, se estabelece uma interpretação conjugada.

Por sua vez, no segundo capítulo, nomeado “A América Latina no século XXI: tendências políticas regionais”, avança-se em direção ao entendimento do contexto regional no qual esse imperialismo contemporâneo opera. Nesse sentido, são expostas duas tendências políticas regionais que se sucedem neste século: a “onda rosa” e a “onda conservadora”. Tais tendências são associadas, respectivamente, com o predomínio de governos do espectro político de esquerda e de direita na região. Com isso, busca-se entender e acompanhar a mudança em eixos como: o papel dos

Estados, o desenvolvimento nacional, a agenda social, as relações internacionais e a democracia.

Por fim, no terceiro capítulo, “A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI”, parte-se da constatação de que os mecanismos indissociáveis que compõem a dinâmica imperialista, de caráter econômico e extraeconômico, foram, por si só, reconfigurados. Assim, analisa-se a reconfiguração de cada um desses mecanismos no contexto da América Latina contemporânea, relacionando diretamente aspectos teóricos e empíricos. Por conseguinte, é efetuada uma análise acerca da rearticulação desses mecanismos entre si, que possibilita compreender a reconfiguração do imperialismo atual, como um todo, na região.

1. CAPITALISMO GLOBAL E IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

Capitalismo e imperialismo apresentam uma relação “simbiótica”, responsável pela configuração das relações internacionais desde a origem do sistema moderno até o presente. Tendo o capitalismo passado por transformações estruturais ao longo do tempo, entende-se que o imperialismo também o fez, acompanhando-o.

Assim, o imperialismo na atualidade deve ser entendido no contexto desse capitalismo global transformado. À vista disso, o presente capítulo visa compreender o imperialismo contemporâneo em consonância com o atual estágio do capitalismo.

Para tanto, encontra-se dividido em três partes. A primeira parte resgata a gênese do capitalismo global e introduz o conceito de imperialismo e sua atualidade. Por sua vez, a segunda aborda as transformações recentes do capitalismo global, do chamado fordismo ao pós-fordismo. A terceira parte é dedicada à compreensão das teorias do imperialismo, com destaque, entre as teorias contemporâneas, para as contribuições de David Harvey e de Ellen Wood.

1.1 Da gênese do capitalismo global à atualidade do imperialismo

Historicamente, a satisfação das necessidades materiais dos seres humanos se conecta com o desempenho do trabalho e com a transformação do meio ambiente. Esse processo, embora elementar, assume características complexas, na medida em que o trabalho passa a ser socialmente organizado e a objetivar o lucro (FOLADORI, 1999).

De acordo com a teoria marxista, a combinação entre a força de trabalho⁵ e os meios de produção⁶ dá origem ao que pode ser categorizado como forças produtivas (COHEN, 2010). Por sua vez, o conceito de relações de produção expressa as relações socialmente estabelecidas nesse processo, nas quais usualmente se verifica a existência de trabalhadores e daqueles que os exploram (COHEN, 2010).

⁵ A força de trabalho envolve, para além da força física, as habilidades e os conhecimentos técnicos aplicados por aqueles que produzem (COHEN, 2010).

⁶ Os meios de produção correspondem a recursos produtivos materiais (ex: ferramentas, maquinaria, matéria-prima, espaço físico) (COHEN, 2010).

A junção entre forças produtivas e relações de produção é o que determina a existência de um modo de produção. Na modernidade⁷, o advento do capitalismo é caracterizado, sobretudo, pelo surgimento de seu modo de produção específico (MARX, 2013).

O modo de produção capitalista requer relações de produção entre classes antagônicas (classes dominante e explorada), propriedade privada dos meios de produção e força de trabalho a ser dispendida pela classe trabalhadora em troca de remuneração (MARX, 2013). Sendo assim, não é possível pensar em sociedades capitalistas sem classes sociais, desigualdade material e exploração dos trabalhadores.

Além disso, desde o seu surgimento, o modo de produção capitalista opera de acordo com uma dinâmica que não está circunscrita ao âmbito interno dos Estados. Nessa senda, Jaime Osorio (2014, p. 161) assinala que “o capitalismo é a primeira organização econômica e social com vocação mundial”. Isto, pois, caracteriza-se tanto por um funcionamento *extensivo*, na medida em que opera expandindo-se para todos os espaços globais, quanto *intensivo*, pois reforça a dominação exercida sobre os múltiplos territórios já controlados (OSORIO, 2014).

Em análise das obras de Marx, Fred Halliday (1999) afirma que o autor já atentava para essa dimensão global do capitalismo. Na obra “Manifesto Comunista”, publicada originalmente em 1848, Marx e Engels apresentaram “a forma pela qual o modo capitalista de produção, com a burguesia como agente, transforma todas as sociedades por todo o mundo” (HALLIDAY, 1999, p. 127).

Nos termos de Marx e Engels (2010, p. 43), “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre”. Segundo os autores, ela “necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX, ENGELS, 2010, p. 43).

O cenário analisado por Marx e Engels à época correspondia àquele denominado por Eric Hobsbawm (2015) de Era das Revoluções (1789-1848), o qual foi marcado pela Revolução Industrial na Inglaterra (1780-1848) e pela Revolução Francesa (1789-1799). Conforme Hobsbawm (2015), tais revoluções não

⁷ A modernidade corresponde a uma periodização que considera os fundamentos políticos, econômicos, sociais e filosóficos que emergem em conjunto com as bases do capitalismo. De acordo com Bolívar Echeverría (1997, p. 192, tradução nossa) “a socialização mercantil [capitalista] é parte constitutiva da essência da modernidade” e é “própria da figura particular de modernidade que prevalece atualmente”.

significaram, respectivamente, o triunfo da indústria em si ou da liberdade e da igualdade de modo amplo, mas sim da indústria capitalista e da burguesia liberal.

Iniciadas na Europa e com seus efeitos irradiados pelo mundo, a mais notável consequência dessa dupla revolução foi “estabelecer um domínio do globo por uns poucos regimes ocidentais (e especialmente pelo regime britânico) que não tem paralelo na história [...]” (HOBSBAWM, 2015, p. 32). Considerando o exposto, nota-se que a análise de Marx e Engels (2010), diante do contexto da época, foi capaz de assimilar as transformações ocorridas e suas implicações globais.

Por sua vez, na obra “O Capital” (1867), Marx (2013; 2017) já estabelecia, logo no primeiro livro, uma compreensão da economia política no capitalismo, enquanto, no terceiro⁸, conferia destaque ao processo global de produção. Nesse sentido, Halliday (1999, p. 128) aponta que “a premissa implícita no Capital é de que uma sociedade internacional está sendo criada pela disseminação global do capitalismo”.

Ademais, Ben Fine e Saad-Filho (2021, p. 193) apontam que “Marx enfatiza [n’O Capital] o caráter mundial do capitalismo e sua busca incansável por lucros onde quer que estejam”. Essa busca extensiva tem precedente no processo de acumulação primitiva, conceito que auxilia a compreender a gênese do capitalismo com base em uma mirada para as relações internacionais.

O entendimento da acumulação primitiva decorre dos escritos de Marx em “O Capital”, especialmente nos seus capítulos finais, intitulados “A chamada acumulação originária” e “A teoria moderna da colonização”. Em tais capítulos, o autor reflete sobre o processo histórico de expropriação e as relações colonialistas entre a Europa ocidental, sobretudo a Inglaterra, e o restante do globo (TIBLE, 2013).

Ocorre que, desde a acumulação primitiva, o capitalismo se “metamorfoseou” visando a sua expansão e, com isso, a sua sobrevivência. Após o término do período colonial, por exemplo, o imperialismo assumiu a tarefa de manter, na medida do possível, os ganhos econômicos provenientes das colônias em razão de sua exploração (MAGDOFF, 1978).

⁸ O terceiro livro de “O Capital” não foi finalizado em vida por Marx, tendo sido editado por Engels para que pudesse ser publicado (ENGELS, 2017).

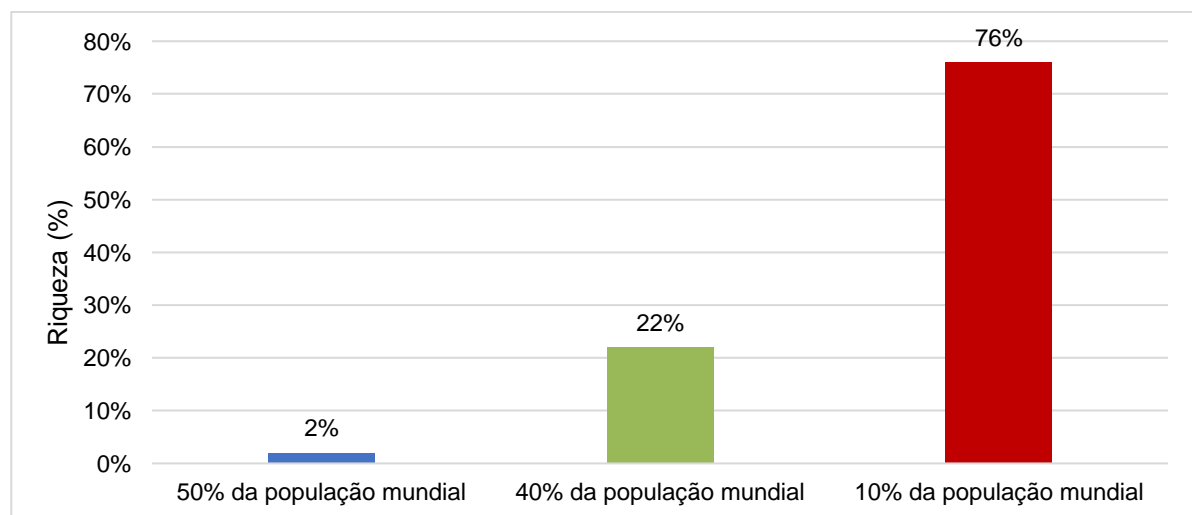
Porém, conservar os benefícios econômicos não foi suficiente em longo prazo e, diante da sobreacumulação de capital⁹, novos processos de acumulação tomaram forma. Esses processos, que ocorrem até o presente, tornam necessário teorizar acerca daquilo que pode ser considerado como um imperialismo contemporâneo.

Conforme introduzido, imperialismo é um conceito central para que se possa entender as relações internacionais no âmbito do capitalismo. Como expressão das relações político-econômicas no capitalismo global, esse fenômeno aponta para a dominação e a dependência que Estados e outros atores engendram.

A relevância do conceito de imperialismo na contemporaneidade decorre da sua capacidade analítica e explicativa diante das desigualdades econômicas e assimetrias de poder conjunturais. Tal conceito está diretamente relacionado com o processo de acumulação de capital e sua distribuição desigual, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional.

Além disso, o contexto atual sugere que, apesar da dinâmica de acumulação ter assumido novas formas, o imperialismo segue mantendo um padrão desigual de concentração de riqueza. Nesse sentido, o Gráfico 1 evidencia a desigualdade global da riqueza no capitalismo atual:

Gráfico 1 – Desigualdade global da riqueza em 2021 (%)



Fonte: elaboração própria com base em Chancel et al., 2021.

⁹ Conforme a definição de Harvey (2014, p. 124), a sobreacumulação “é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos”.

Conforme aponta o gráfico, no ano de 2021, 10% da população mundial detinha 76% da riqueza existente, enquanto 50% dessa população possuía apenas 2% da riqueza. Somando a fração mais pobre (50% da população) com a fração intermediária (40% da população), resulta que 90% da população global detinha apenas 24% (aproximadamente 1/4) da riqueza total.

Além disso, há que se considerar as diferenças regionais para uma análise holística diante da desigualdade no capitalismo contemporâneo. A Tabela 1 apresenta a riqueza estimada por região ou país em 2020, calculada em bilhões de dólares, assim como a correspondência dessa riqueza na divisão global:

Tabela 1 – Riqueza estimada por região ou país em 2020

Região/País	Riqueza total (bilhões US\$)	Divisão global (%)
África	4.946	1,18
América do Norte	136.316	32,58
América Latina	10.872	2,60
Ásia-Pacífico	75.277	17,99
China	74.884	17,90
Europa	103.213	24,67
Índia	12.833	3,07
Mundo	418.342	100

Fonte: elaboração própria com base em Credit Suisse Research Institute, 2021.

Com base nesses dados, verifica-se que regiões periféricas do globo, como a África e a América Latina, detêm apenas 3,78% da riqueza total. Isso demonstra a atualidade da dicotomia entre centro e periferia global, marcada por uma expressiva desigualdade material territorializada.

Contudo, se, por um lado, a desigualdade estrutural é inerente ao capitalismo e persiste até a atualidade, por outro, não há uma explicação simples para isso. O imperialismo é um conceito central para fornecer uma interpretação dialética das relações que produzem tal desigualdade, mas não pode prescindir de um refinamento teórico à luz das transformações do capitalismo.

Assim, acompanhando as modificações estruturais do sistema capitalista, entende-se que o imperialismo passou por reconfigurações significativas. Desse

modo, teorizar acerca do imperialismo hoje demanda um refinamento teórico, isto é, um aprofundamento diante do desenvolvimento existente sobre o objeto de análise.

Na sequência, busca-se compreender algumas das transformações recentes na ordem econômica e política do capitalismo global, para depois adentrar no desenvolvimento teórico acerca do imperialismo. Dessa forma, será exposto antes o contexto sobre o qual as teorias contemporâneas do imperialismo têm sido desenvolvidas.

1.2 Transformações do capitalismo global: do fordismo ao pós-fordismo

Para que se possa compreender as transformações estruturais que moldam o capitalismo global na atual quadra histórica, deve-se acompanhar o movimento dinâmico da economia política internacional. Nesse sentido, cabe, inicialmente, introduzir a relação entre o marxismo com a economia política internacional, para que depois se possa avançar em aspectos da atualidade.

Historicamente, modos de produção anteriores ao capitalismo, como o escravagismo e o feudalismo, não apresentavam uma distinção fundamental entre aqueles que detinham o poder econômico e o poder político. Assim, senhores de escravos e senhores feudais exerciam o controle dos aspectos econômicos e políticos da sociedade (MASCARO, 2013).

O capitalismo inaugurou a separação formal entre o domínio econômico e o domínio político, diferentemente dos modos de produção que o precederam. Sob o sistema capitalista, o detentor dos meios de produção não corresponde, necessariamente, ao agente estatal (MASCARO, 2013).

Contudo, salienta-se que se trata de uma separação formal pois, para Marx e para os marxistas, a economia e a política nunca foram consideradas de maneira apartada. Pelo contrário, as engrenagens econômicas se movimentam em conjunto com as engrenagens políticas, em um movimento dinâmico – e, por vezes, contraditório – no qual há interferência mútua.

Ademais, em consonância com o exposto anteriormente, cabe mencionar que o caráter internacional da economia política não foi desconsiderado por Marx. Ao desvendar a natureza do capitalismo como modo de produção global calcado na expropriação privada do trabalho, Marx e Engels (2010) ensinavam que a luta dos trabalhadores é nacional em sua forma e internacional em seu conteúdo,

desvendando tanto a essência internacionalista da reprodução capitalista quanto da luta por emancipação.

Desde então, diversos marxistas, de maneiras distintas, empregaram sua teoria para tratar de questões emergentes do capitalismo global, estabelecendo análises diante da economia política internacional. Isto, pois, “em todos os seus aspectos e independentemente de como se a conceba, a globalização é efeito da reprodução internacional do capitalismo e, conseqüentemente, a forma assumida pelas leis da economia política” (FINE, SAAD-FILHO, 2021).

A economia política de Marx parte da análise da economia clássica e de sua crítica. O autor toma em consideração especialmente o desenvolvimento teórico dos economistas ingleses Adam Smith¹⁰ e David Ricardo¹¹, a partir do qual desenvolve a sua teoria do valor¹².

Com sua crítica à economia política capitalista, Marx construiu um sistema teórico complexo. Esse arcabouço teórico abrange os conceitos fundamentais da economia política (ex: mercadoria, valor, capital e lucro) e as leis gerais do modo de produção capitalista (ex: lei do valor, lei da acumulação e lei da tendência à baixa taxa de lucro)¹³ (DUMÉNIL, LÖWY, RENAULT, 2015).

Para além desses e de outros conceitos gerais que conformam a economia política marxista, Alysso Mascaro (2013) trata de duas categorias de abrangência intermediária, que auxiliariam na análise das diferentes fases do capitalismo: *regimes de acumulação e modos de regulação*. Essas categorias, originadas no âmbito da Escola Francesa da Regulação, ajudam a compreender as transformações do capitalismo global e as crises que as ensejam.

A Escola Francesa da Regulação foi constituída durante a década de 1970, motivada “tanto pela tentativa de superação do marxismo convencional da época, quanto pela busca da compreensão dos limites dos modelos macroeconômicos de

¹⁰ Smith (1997) foi responsável por compreender o trabalho como origem do valor. Além disso, para ele, o valor estaria relacionado com a quantidade de trabalho que uma mercadoria é capaz de comprar no sistema de trocas.

¹¹ Seguindo os fundamentos legados por Adam Smith e reinterpretando-os, Ricardo (2001) entendeu que o trabalho produz valor incorporado à própria mercadoria, regulando seu valor de troca.

¹² Para Smith (1977, tradução nossa, p. 48), “a palavra valor [...] tem dois significados diferentes e, às vezes, expressa a utilidade de um objeto particular e, em outras, o poder de compra de outros bens que a posse desse objeto traz consigo”. O autor denominou esses significados, respectivamente, de “valor de uso” e “valor de troca” – termos reproduzidos na obra “O Capital”, de Marx (2013).

¹³ Para uma noção aprofundada dos conceitos fundamentais da economia política e das leis gerais do modo de produção capitalista, consultar: MARX, 2013.

inspiração keynesiana” (MELLO FILHO, 2019, p. 2). Entre os seus fundadores, destacam-se Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz (MELLO FILHO, 2019).

De acordo com Aglietta (1999, p. 286, tradução nossa), “a história ensina que a dinâmica do capitalismo não é autorregulada”, eis que “as economias capitalistas evoluem em fases de crescimento relativamente estáveis, intercaladas com períodos de crise”. Nesses períodos, ocorre uma desaceleração do crescimento ou até mesmo um decréscimo (AGLIETTA, 1999).

Assim, é necessário compreender a relação entre o capitalismo e as crises que ensejam sua transformação. Sabe-se que o capitalismo é dotado de uma tendência expansiva, todavia esse processo não é realizado por uma dinâmica linear, pelo contrário, ele é perpassado por crises (HIRSCH, 2010).

Isabelle Garo (2020, p. 17-18, tradução nossa) afirma que “o capitalismo não cessa de se reinventar para melhor se perpetuar”. Conforme a filósofa, “esse processo de constantes mudanças é constituído por crises periódicas que ele próprio desencadeia e que, ao mesmo tempo, o ameaçam”.

Historicamente, as crises do capitalismo, caracterizadas por obstaculizar um padrão estabelecido de dominação econômica, marcam momentos de inflexão que afetam diretamente as relações internacionais. A crise de 1929 (Grande Depressão), a crise de 1973 (Crise Mundial do Petróleo) e a crise financeira de 2007-2008 acarretaram impactos profundos no centro e na periferia global, sendo as duas primeiras responsáveis por alterar os regimes de acumulação vigentes a seu tempo.

O estouro das bolhas financeira e imobiliária em 2007 e 2008 resultou na mais global e, provavelmente, mais grave crise desde a Grande Depressão – que mais do que financeira, é uma crise do processo global de produção capitalista e sua lógica de acumulação. Trata-se de uma crise que, tendo como epicentro os Estados Unidos da América (EUA), irradia-se para todo o mundo, com a colaboração direta de governos¹⁴ (associados às oligarquias locais) que atuam como verdadeiros comitês na tentativa de salvação do grande capital¹⁵.

¹⁴ Refere-se às respostas oferecidas pelos Estados à referida crise, que em determinadas circunstâncias podem ser classificadas como “colaboração direta” com setores privados, em privilégio dos interesses das elites nacionais e internacionais e em desatenção aos reflexos sociais experimentados pela população. Exemplo disso foi o benefício concedido às instituições financeiras pelo governo estadunidense, estimado em 498 bilhões de dólares (HARBERT, 2019).

¹⁵ No século XIX, Marx e Engels (2010, p. 249) já apontavam que “o principal papel da política de Estado tem sido o de facilitar o processo econômico empreendido pela classe capitalista dominante”.

Diante disso, nota-se que as crises do capitalismo tendem a promover alterações conjunturais que impactam significativamente na economia política internacional. Por conseguinte, algumas dessas crises são responsáveis pela redefinição do regime de acumulação e do modo de regulação.

Na sequência, será exposta a conceituação oferecida por Robert Boyer às categorias mencionadas, de acordo com a sua formulação no âmbito da Escola Francesa. Depois, essas serão analisadas à vista dos acontecimentos históricos e com base em outros teóricos marxistas que se valem da Teoria da Regulação.

Conforme Boyer (2009, p. 81, grifo nosso), o termo *regime de acumulação* designa um “conjunto de regularidades que garante uma progressão geral e relativamente coerente da *acumulação do capital*, isto é, que permite incorporar e desdobrar no tempo as distorções e os desequilíbrios que nascem do próprio processo”. Assim, tal categoria explica o *modus operandi* do processo de acumulação capitalista e a forma pela qual são contornadas as contradições que ele mesmo produz.

O conjunto de regularidades mencionadas pelo autor correspondem: a) “ao tipo de evolução de organização da produção e da relação dos assalariados com os meios de produção”; b) “ao horizonte temporal de valorização do capital, a partir do qual podem se depreender os princípios de gestão”; c) “ao compartilhamento do valor permitindo a reprodução dinâmica de diferentes grupos sociais e classes”; d) “à composição da procura social que toma válida a evolução tendencial das capacidades de reprodução”; e) “à modalidade de articulação com as formas não capitalistas, quando tiveram um papel importante na formação econômica estudada” (BOYER, 2009, p. 81).

Por sua vez, Boyer (2009, p. 81) aponta que o *modo de regulação* consiste em “um conjunto de procedimentos e comportamentos, individuais e coletivos” que tem, entre as suas finalidades, a manutenção e o direcionamento do regime de acumulação, assim como a reprodução das relações sociais capitalistas. Desse modo, entende-se que o modo de regulação confere a “ordem” estrutural necessária para a viabilização do regime de acumulação.

Boyer (2009) reconhece que tanto o modo de regulação quanto o regime de acumulação variam no tempo e no espaço. No mesmo sentido, Joachim Hirsch (2010) afirma que os modos de regulação e o regime de acumulação não se mantêm

inalterados ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo. Ao contrário, eles sofrem reajustes em decorrência das crises e dos conflitos sociais.

Nessa perspectiva, alguns teóricos marxistas (HARVEY, 2008; HIRSCH, 2010; OSÓRIO, 2018a) compreendem que, entre 1929 e 1973, vigorou o regime de acumulação *fordista* e que, desde 1973 até o presente, vigora um novo regime de acumulação: o *pós-fordista*.

Acerca do fordismo, Liepitz (1997) entende que, como regime de acumulação, ele resultava em algum grau de conversão dos ganhos de produtividade (decorrentes de seus princípios de organização) em: a) investimentos financiados pelos lucros; b) poder de compra dos trabalhadores assalariados.

Por seu turno, como sistema de regras, Liepitz (1997, p. 81) aponta que o fordismo envolvia uma “contratualização a longo prazo da relação salarial, com limites rígidos às demissões e uma programação do crescimento do salário indexado aos preços e à produtividade em geral”. Ademais, para o autor, havia uma ampla socialização das rendas, impulsionada pelos Estados interventores.

Em linhas gerais, Hirsch (2010) entende o fordismo como um regime de acumulação baseado, entre outros aspectos, na produção generalizada de bens, na expansão do trabalho assalariado e no consumo em massa. O autor reconhece que, para isso, foi necessário um modo de regulação correspondente a estruturas e normas sociais que incentivaram as relações de consumo, crescimento e progresso no período.

Considera-se que, depois de 1945 (após a Segunda Guerra Mundial), o fordismo entrou em sua fase madura. Tal amadurecimento veio acompanhado pela implementação de diretrizes keynesianas, com intervenção estatal na economia e expansão internacionalista de abrangência global do capitalismo, que incorporou nações descolonizadas (HARVEY, 2008).

David Harvey (2008) afirma que, no contexto fordista, governos nacionais ideologicamente distintos lograram atingir um crescimento econômico estável combinado com um aumento dos padrões materiais de vida. O autor cita os casos do governo gaullista na França (1959-1969), trabalhista na Grã-Bretanha (1964-1970) e democrata-cristão na Alemanha (1949-1963) como exemplos. Para ele, isso se deu por meio da promoção de Estados de bem-estar social, da adoção de diretrizes macroeconômicas keynesianas e do controle de relações de salário.

Conforme Harvey (2008), o fordismo durou até a recessão de 1973 (crise mundial do petróleo), quando um novo regime de acumulação (flexível) teve início. Este, denominado pós-fordismo, é marcado pelo “deslocamento do regime de acumulação do eixo interno para o internacional, movimento chamado por muitos de globalização, trazendo todo um modo de regulação correspondente” (OSÓRIO, 2018b).

O que se convencionou denominar de “globalização” é o processo de ajustes espaço-temporais a nível global ocasionado pelo avanço técnico-científico ocorrido desde a década de 1970. Em que pese esses avanços tenham apresentado significativos impactos econômicos, políticos e sociais, o termo globalização é incapaz de explicar as transformações do capitalismo.

Isto, pois, o pós-fordismo só pode ser compreendido em sua integralidade se analisados os processos de acumulação e de regulação que, impactados pelo avanço técnico-científico, contaram também com a irradiação global do neoliberalismo. Acerca da questão, Alysso Mascaro (2013, p. 122, grifo do autor) dispõe que:

O neoliberalismo é a manifestação de um modo de regulação que, a partir da década de 1980, começa a tomar forma, acompanhando também um específico regime de acumulação, massivamente de capitais financeiros internacionalizados. A globalização, tomada como fenômeno causal, é insuficiente como explicação de tal dinâmica. O capitalismo desde sempre é globalizado. Condições estruturais, de acumulação e regulação, nacionais e internacionais, é que geram um novo padrão de desenvolvimento capitalista, o *pós-fordismo*.

À vista disso, nota-se que o pós-fordismo é um conceito abrangente, que pode ser utilizado para definir o padrão de desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, o regime de acumulação e o modo de regulação atuais. Para uma compreensão detalhada do pós-fordismo, Hirsch (2010) aborda as suas principais características:

- a) Precarização e informalidade do trabalho, redução do sistema de seguridade social e enfraquecimento dos sindicatos;
- b) Quebra da relação entre crescimento e aumento do consumo, que ocasionam crises de superprodução e uma tendência deflacionária;
- c) Financeirização das relações econômicas no curso da desregulamentação dos mercados de capital e financeiro e, com isso, aumento das crises especulativas;

d) Liberalização do movimento da moeda e do capital de controles político-estatais, ampliação do espaço de operação das empresas e internacionalização da produção e dos movimentos de capital que a acompanham;

e) Heterogeneidade e fragmentação dos assalariados, uma imigração crescente em busca de trabalho, desemprego estrutural e privatização das empresas estatais;

f) Mercantilização e valorização de bens comuns e recursos até então livres, como a natureza e o conhecimento;

g) Papel central das novas técnicas de comunicação, informação, da biotecnologia e da tecnologia genética;

h) Mudanças nas relações espaço e tempo.

À vista dessas características, tem-se que o pós-fordismo abrange tendências contemporâneas do mundo do trabalho, que envolvem flexibilização, informalidade e perda de direitos sociais (Item a). Tais aspectos sintetizam o chamado processo de “uberização do trabalho”¹⁶ e são promovidos pelo modo de regulação contemporâneo.

Também, ao romper com a relação entre crescimento econômico e aumento do consumo (item b), o pós-fordismo gera crises devido à superprodução não assimilada pelo mercado consumidor. Com isso, ocorre uma queda tendencial de preços de determinados produtos (deflação).

Outra característica do pós-fordismo corresponde à financeirização das relações econômicas associada com a desregulamentação dos mercados (item c). Isso acarreta uma perda parcial do controle estatal sobre os fluxos econômicos e, ainda, favorece a ocorrência de crises especulativas, geradas pela alta repentina e desproporcional de determinado ativo financeiro ou produto.

Por seu turno, a liberalização do movimento da moeda e do capital e a internacionalização da produção e dos movimentos de capital (item d) são

¹⁶ Conforme Sousa e Meinberg (2020, p. 110), o conceito de “uberização” visa “definir uma nova forma de utilizar, gerir e controlar a força de trabalho”, através de meios tecnológicos. Sua origem remete à empresa multinacional Uber Technologies Inc. e seu aplicativo Uber que, assim como outros, conecta tomadores e prestadores de serviço que não se relacionam formalmente, uma vez que o cliente paga à empresa e a empresa remunera o trabalhador. Cabe mencionar que os trabalhadores desse segmento, via de regra, não possuem vínculo empregatício reconhecido com tais empresas e, portanto, não gozam de diversos instrumentos de proteção jurídica. Os autores apontam que “o processo de ‘uberização’ é uma clara evidência do uso das novas tecnologias para gerar precarização do trabalho” (SOUSA, MEINBERG, 2020, p. 109). Para mais sobre a uberização das relações de trabalho e a conjuntura na qual esse processo se insere, consultar: ANTUNES, 2020.

características que apontam o caráter flexível do pós-fordismo. Tal flexibilização da regulação ocorre em conjunto com um processo crescente de internacionalização.

Ademais, outras características do pós-fordismo incluem o desemprego estrutural e suas consequências, assim como a privatização das empresas estatais (item e). Em que pese o desemprego estrutural não seja algo novo, pois Marx (2013) já atentava para o exército industrial de reserva¹⁷ no século XIX, o pós-fordismo promoveu uma ruptura com o padrão de empregabilidade e de salários que vigorou durante o fordismo.

Ainda, o pós-fordismo é caracterizado pela tendência de mercantilização daquilo que ainda não está inteiramente submetido à lógica do capital (item f). Este é um dos aspectos marcantes do atual regime de acumulação, que pode ser verificado, sobretudo, pela mercantilização da natureza e do conhecimento.

Além disso, o avanço técnico-científico-informacional (item g) é uma marca do pós-fordismo. Tal avanço possibilitou, entre outros fatores, um aprofundamento na internacionalização dos processos de produção e circulação das mercadorias.

Nesse sentido, alterou as relações dos sujeitos e do capital com o espaço e com o tempo (item h), na medida em que acelerou a produção e diminuiu os entraves à circulação. Atualmente, a configuração da relação espaço-tempo possibilita, inclusive, que o ciclo de reprodução do capital seja concluído em instantes, através da produção e da circulação instantâneas, em diferentes localidades, via dispositivos eletrônicos.

À vista do exposto, o Quadro 1 oferece uma síntese de algumas das principais características e correspondências referentes aos regimes de acumulação fordista e pós-fordista. Conforme se verifica, ambos tiveram origem a partir de crises do capitalismo no século XX, mas representam padrões distintos e correspondem a conjunturas opostas.

¹⁷ Conforme Marx (2013), o exército industrial de reserva corresponde à população trabalhadora excedente, sempre pronta para ser explorada, a qual é necessária para a perpetuação dos processos de geração e acumulação de riqueza no capitalismo.

Quadro 1 – Regimes de acumulação fordista e pós-fordista: informações, características e contrastes

Denominação	Regimes de acumulação em análise	
	Fordismo	Pós-fordismo
Período	1929-1973	1973-presente
Crise originária	Crise de 1929 (Grande Depressão)	Crise de 1973 (Crise Mundial do Petróleo)
Diretriz político-econômica	Keynesianismo	Neoliberalismo
Papel dos Estados na economia	Estado intervencionista	Estado-mínimo
Dinâmica do padrão de acumulação	Nacional	Internacional
Padrão monetário internacional	Padrão dólar-ouro (após Bretton Woods, em 1944)	Padrão dólar-flexível

Fonte: elaboração própria com base em análises de Mascaro, 2013; Osório, 2018a.

Em resumo, o fordismo assumiu uma diretriz macroeconômica keynesiana, com um papel intervencionista dos Estados na economia e uma dinâmica nacional de acumulação. Por sua vez, o pós-fordismo representa uma guinada no âmbito macroeconômico em direção ao neoliberalismo, com Estados-mínimos e uma internacionalização da dinâmica de acumulação.

Apesar da referência ao conceito de Estado-mínimo, faz-se uma ressalva no sentido de que o regime de acumulação pós-fordista jamais prescindiu do Estado. Ocorre que, na prática, tal modelo resulta em um Estado máximo para a reprodução do capital e mínimo para a sociedade.

Acerca do padrão monetário internacional, dispõe Mascaro (2013, p. 122) que “o papel dos Estados Unidos é crucial na desestabilização do regime fordista”. Isto, pois, “a ruptura do padrão ouro-dólar representa um destravamento que engendra uma nova fase na acumulação [...]” (MASCARO, 2013, p. 122).

O padrão dólar-flexível “desestabiliza o sistema financeiro internacional, gerando especulação nas taxas de câmbio, dinâmica desenfreada do crédito monetário, inflação e estagnação produtiva (‘estagflação’)” (MASCARO, 2013, p. 122). Com isso, a produção e o investimento associados ao modelo de regulação fordista cedem espaço para a lucratividade financeira pós-fordista.

À vista do exposto, entendidos os principais aspectos relacionados ao fordismo e, especialmente, ao pós-fordismo nesta quadra do capitalismo, cabe ainda tecer considerações sobre a economia política internacional contemporânea. Esta é, em suma, uma síntese das relações político-econômicas hodiernas no capitalismo global.

Sendo assim, a própria economia política internacional na atualidade define e é definida pelo pós-fordismo. Sendo o imperialismo um fenômeno de caráter predominantemente político-econômico e internacional, há que se considerar os impactos do atual regime de acumulação e modo de regulação em sua dinâmica.

Na sequência, passa-se a analisar as teorias marxistas do imperialismo, cujo desenvolvimento tem acompanhado as transformações do capitalismo global. Após uma retomada da evolução teórica, serão abordadas as teorias contemporâneas, as quais enfrentam o desafio de compreender o imperialismo no contexto do pós-fordismo.

1.3 Teorias do imperialismo: do debate pioneiro às teorias contemporâneas

Ao tratar do conceito de imperialismo, deve-se reputar que este apresenta um caráter polissêmico e que suas diferentes significações complicam a sua utilização de maneira autoexplicativa, frequentemente tornando-a polêmica e desconsiderando seu aspecto analítico (HARVEY, 2014). A atribuição de rigor científico a esse conceito, à vista do desenvolvimento teórico existente e em desenvolvimento, constitui uma tarefa importante para quem busca instrumentalizá-lo para a interpretação dos fenômenos globais.

Para que se possa compreender o imperialismo no presente momento histórico, é necessário atentar para as estruturas que o concebem e suas modificações ao longo do tempo. Desse modo, o imperialismo se apresenta como parte necessária do capitalismo, que se manifesta sob formas e constelações diferentes, de acordo com o desenvolvimento técnico-econômico e as mudanças nas relações de forças sociais e políticas (HIRSCH, 2010).

Além disso, o imperialismo não consiste em um simples fenômeno econômico, mas na expressão da complexa forma político-econômica do capitalismo (HIRSCH, 2010). Dessa forma, compreendê-lo demanda uma associação com a economia política internacional.

Na trilha de Marx, vários autores, à luz de seu tempo e da configuração das relações internacionais de cada época, trataram (e tratam) da questão do imperialismo. Nesse sentido, afirma Osório (2019, p. 24):

É a tradição marxista que conferirá as balizas metodológicas e teóricas para que se possa haurir a interpretação científica sofisticada, completa e fidedigna às relações internacionais. São os autores marxistas que enfocam o papel do Estado e do capitalismo na dinâmica internacional. Por isso, eles têm como categoria central o imperialismo, atribuindo a esse fenômeno político-econômico a devida luminosidade.

Assim, desde o início do século passado até o presente, o imperialismo tem sido um conceito tradicionalmente empregado pelos marxistas. Afora seu uso imediatamente político, sua cientificidade encontra respaldo em diversas teorias, muitas delas significativamente distintas entre si.

Conforme Duménil, Löwy e Renault (2015, p. 71), “o conceito moderno [do imperialismo] aparece no século XX, com a obra pioneira de John Atkinson Hobson, *Imperialismo* (1910)”, a qual “destaca a relação entre a dinâmica imperialista e a passagem do capitalismo de livre concorrência ao capitalismo monopolista”. Sequencialmente, importa mencionar a obra *O Capital Financeiro* (1910) de Rudolf Hilferding, que ergueu a base sobre a qual Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Nikolai Bukharin e Lenin teorizaram (LEITE, 2014) – os cinco são considerados expoentes clássicos do marxismo no que se refere à matéria.

Para Lenin (2012), o imperialismo deve ser considerado como um novo estágio do capitalismo, marcado pelo surgimento de monopólios e sua internacionalização, pelo capital financeiro, pela exportação de capitais e, ainda, pelo conflito constante que resulta da partilha do mundo entre as potências hegemônicas. Nesse sentido, Lenin obteve êxito ao associar o imperialismo com tendências do capitalismo que importaram em modificações substanciais na economia política internacional.

Para ele, “o capitalismo transformou-se em imperialismo” (LENIN, 2012, p. 44). Tal constatação denota que, com base no desenvolvimento do capitalismo, emergiram condições concretas que deram forma a um imperialismo dotado de especificidade histórica.

Em sentido semelhante, Kautsky (1914) também entende o imperialismo como uma fase do capitalismo, apontando para a superação da livre concorrência,

para a emergência do capitalismo monopolista e para a conflitualidade interestatal como características dessa. Contudo, ao desenvolver sua teoria do “ultra-imperialismo”, “segundo a qual após a guerra uma aliança entre Estados capitalistas tenderia a uma paz democrática e seria o terreno fértil para a revolução socialista”, Kautsky se distanciou da tese leninista (BUGIATO, 2017, p. 2). Isto, pois, Lenin percebia “a guerra como resultado do conflito entre Estados imperialistas e como momento de desencadear lutas para derrubar os governos burgueses, instaurando o socialismo” (BUGIATO, 2017, p. 2).

Por sua vez, Bukharin (1988) apresenta uma importante contribuição para se pensar os diferentes significados assumidos pelo imperialismo de acordo com os contextos históricos. Isto, pois, dinâmicas de imperialismo, em sentido amplo, existem desde os modos de produção pré-capitalistas (MASCARO, 2013).

Acerca da distinção proposta entre o imperialismo anterior e posterior à modernidade, por exemplo, Bukharin critica as proposições para um entendimento linear do que poderia ser considerado como imperialismo ao longo da história. Segundo ele, para se compreender um estágio específico de uma categoria como o imperialismo, é necessário entendê-la com base em suas características particulares, distinções e condições próprias que a circundam (BUKHARIN, 1988). Assim, o capitalismo estabelece uma divisão conceitual entre o imperialismo antes e depois desse sistema.

Por seu turno, para Rosa Luxemburgo, a compreensão do sistema mundial capitalista deve ser entendida a partir de dois pressupostos fundamentais: a dinâmica da acumulação do capital, portadora da crise, assim como a forma política específica do capitalismo. Assim, o imperialismo é tido como um conceito-chave, ao qual Luxemburgo atribui a explicação da acumulação e das crises (HIRSCH, 2010).

Em complemento, Saldanha (2006) aponta que, para Rosa Luxemburgo, “o imperialismo é a expressão política da acumulação de capital, de sua luta para apoderar-se das áreas não capitalistas ainda disponíveis [...]”. Contudo, isso não implica a existência de uma sociedade capitalista isolada, em concomitância com outra não capitalista, mas significa que há meios ainda não mercantilizados dentro de um todo econômico (LUXEMBURGO, 1970).

Esse debate pioneiro, que ergueu as bases teóricas para se pensar o imperialismo, foi sucedido pelos debates fordista e pós-fordista, conforme classificado por Luiz Felipe Osório (2018a). Esses debates são marcados por um contexto

histórico que permite um avanço correspondente das teorias do imperialismo, mas também representam momentos de alteração no regime de acumulação e no modo de regulação vigentes.

O debate fordista do imperialismo se inicia após a crise econômica de 1929, perpassa a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e se estende até a recessão econômica a partir de 1973. Conforme o nome indica, é caracterizado pelo fordismo, em razão da reestruturação produtiva ocasionada e seus efeitos globais.

Osório (2018a) assinala que tal debate, centrado na economia, é marcado por teóricos marxistas da dependência (BAMBIRRA, 2013; FRANK, 1982; MARINI, 2000; SANTOS, 2011), pelas teorias do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974; ARRIGHI, 1996) e das trocas desiguais (AMIN, 1990).

Immanuel Wallerstein (2006) é responsável pela concepção basilar acerca do sistema-mundo. Conforme o autor, o moderno sistema-mundo se origina no século XVI, inicialmente em partes da Europa e da América e depois se alastra para o restante do globo. Tal sistema é, essencialmente, caracterizado por uma economia global capitalista, ordenada por ciclos de acumulação, os quais explicam as relações sociais e internacionais com ênfase nas trocas e nos mercados.

Assim como Wallerstein, Giovanni Arrighi (1996) contribuiu para o entendimento do sistema mundial, ao empregar lentes de *longue durée*¹⁸ para a compreensão dos ciclos sistêmicos de acumulação no capitalismo. Para o autor (1996, p. 231), a análise desses ciclos demonstra que “toda expansão material da economia mundial capitalista baseou-se numa estrutura organizacional [...] minada pela própria expansão”, ensejando rearticulações sistêmicas.

Por sua vez, entre os fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD)¹⁹ estão André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bamberra, os quais apresentam contribuições relevantes para situar as economias da periferia global enquanto dependentes, assim como os efeitos disso. Conforme Theotonio dos Santos (2011), a dependência econômica interestatal consiste na

¹⁸ A expressão “*longue durée*” (longa duração) remete à proposta analítica de Fernand Braudel (1958), o qual desenvolveu uma série de pesquisas sobre o capitalismo através dos séculos, em uma mirada para a história de longa duração. O pensamento de Braudel influenciou o desenvolvimento teórico de Arrighi e Wallerstein,

¹⁹ Para desenvolvimentos teóricos recentes acerca da TMD, consultar: LUCE, 2018; MARTINS, 2011; MARTINS, 2018; OSORIO, 2016; SEABRA, 2019.

circunstância em que algum país tem a sua economia subordinada ao desenvolvimento de outro, ao qual o primeiro encontra-se sujeito.

Nessa senda, limita-se a autonomia da periferia global na medida em que a sua economia se encontra vinculada às amarras do projeto de desenvolvimento hegemônico. Conforme Ianni (1988) “a noção de dependência não substitui a de imperialismo; ao contrário, uma se desdobra na outra, integrando-se ambas tanto empírica quanto teoricamente”.

Por seu turno, Samir Amin (1977) oferece uma interpretação do imperialismo que confere destaque ao papel do comércio internacional. Através do conceito de “troca desigual”²⁰, originalmente teorizado por Arghiri Emmanuel (1978), o autor explicita a forma pela qual as relações comerciais entre países do centro e da periferia global acarretam, respectivamente, em seu desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para Amin (1977, p. 222), “a troca desigual está, acima de tudo, na raiz do desenvolvimento desigual”.

Sequencialmente, o debate pós-fordista, iniciado na década de 1970 e que se estende até o presente, ocorre em um contexto de fragilidade do modelo de bem-estar social no centro global e de ascensão do neoliberalismo. De acordo com Osório (2018a), o debate pós-fordista do imperialismo é caracterizado pelo alargamento da agenda de pesquisa para além da economia, através de perspectivas consideradas politicistas (HARDT, NEGRI, 2000; PANITCH, GINDIN, 2012; WOOD, 2014), parcialmente politicistas (HARVEY, 2014; CALLINICOS, 2009) e da plena crítica, por meio de novas concepções sobre o mercado mundial, o Estado e o Direito (BRAUNMÜHL, 1983; HIRSCH, 2010; MASCARO, 2013; MIÉVILLE, 2005).

No início do século XXI, a publicação do livro “Empire” (2000), de Michael Hart e Antonio Negri, estimulou o resgate de um desenvolvimento para as teorias do imperialismo, dada a sua repercussão polêmica entre os marxistas. Na obra, os autores apontam para a existência de uma nova ordem global na presente quadra do capitalismo.

Hardt e Negri (2000) entendem que o imperialismo se encontra superado e que, presentemente, o Império melhor expressa tal ordem. Nesse sentido, dispõem

²⁰ Leonardo Leite (2019, p. 4) dispõe que, no entendimento de Arghiri Emmanuel, a “troca desigual” corresponde ao “movimento permanente de desigualdade nos termos de intercâmbio – definido como preço médio das mercadorias exportadas pelos países subdesenvolvidos dividido pelo seu oposto, isto é, das mercadorias importadas – em benefício dos países desenvolvidos”.

que “em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder e não se sustenta sob fronteiras delimitadas” e que este “administra identidades híbridas, hierarquias flexíveis e trocas plurais entre redes” (HARDT; NEGRI, 2000).

Diante disso, parte das teorias contemporâneas do imperialismo emergem, de alguma forma, como uma resposta à tentativa de superação teórica desse conceito. Objetivam demonstrar a relevância do imperialismo como chave-analítica das transformações de um capitalismo global que não deixou de ser assimétrico, territorializado e hierarquicamente rígido.

Um importante contraponto à concepção de Negri e Hardt é feita por Atílio Boron (2002). Conforme o autor, o “Império” equivocadamente naturaliza o capitalismo, esconde as assimetrias entre centro e periferia global, nega as bases nacionais do imperialismo em prol de um “capital coletivo” que controlaria a economia mundial, entre outras críticas. Em suma, Boron (2002) denuncia o que considera ser uma “esterilidade analítica” da obra e defende que o imperialismo, sob diferentes contornos, segue existindo.

Por seu turno, a teorização de Panitch e Gindin acerca do imperialismo é significativamente influenciada pelo pensamento de Antonio Gramsci e pelo conceito de hegemonia²¹, com destaque em suas análises para a hegemonia estadunidense (OSÓRIO, 2018a). Segundo os autores, os EUA constituem um “império informal” no cenário internacional e são responsáveis pela constituição de um capitalismo verdadeiramente global desde o início do século XXI²² (PANITCH, GINDIN, 2012). Para eles, os EUA desempenham um papel como Estado “ordenador” do sistema capitalista internacional, “pelo consenso e pela coerção” (OSÓRIO, 2018a).

Além disso, um aspecto marcante do desenvolvimento teórico desses autores é a separação entre as esferas política e econômica. Para eles, os Estados (atores políticos) são relativamente autônomos, na medida em que se conectam com as

²¹ Acerca do conceito de hegemonia, Ana Saggiaro Garcia (2010, p. 172) menciona que a sua utilização entre marxistas e não marxistas tem se dado, sobretudo, no sentido de caracterizar “uma ordem mundial estável [...] ou, ao contrário, de dominação e imposição construída a partir de instituições que organizam o consenso e a coerção”. Ainda, aponta que, em uma perspectiva gramsciana, a hegemonia está relacionada à “universalização de regras, normas e valores particulares”, destacando-se assim o papel das instituições e do soft power, por exemplo, para a caracterização de uma ordem hegemônica.

²² Panitch e Gindin (2012, p. 331, tradução nossa) defendem que “demorou até o início do século XXI para que possa ser dito que ‘um mercado em constante expansão’ espalhou as relações sociais capitalistas ‘por toda a superfície do globo’, valendo-se de escritos de Marx que apontavam para o caráter internacional do capitalismo ainda no século XIX.

classes dominantes e seus interesses particulares e, ao mesmo tempo, possuem liberdade para agir em defesa da ordem capitalista de modo geral (PANITCH, GINDIN, 2012).

Nesse sentido, os autores apontam que, se por um lado, os mecanismos do neoliberalismo podem ter sido econômicos, por outro, o neoliberalismo em si foi uma resposta política (conduzida pelos Estados) às conquistas democráticas da classe trabalhadora. Assim, as diretrizes neoliberais conduziram à reversão dessas conquistas, encaradas como obstáculos ao processo de acumulação capitalista (PANITCH, GINDIN, 2012).

Para além, Alex Callinicos apresenta uma teorização acerca do imperialismo cujos fundamentos, assume ele, guardam relação com aqueles que embasam a teoria de David Harvey (que será exposta posteriormente). Ele compreende o imperialismo pela “intersecção entre duas formas de competição, nomeadamente econômica e geopolítica” (CALLINICOS, 2009, p. 15, tradução nossa). A primeira se resume na competição econômica, que integra as relações constitutiva do capital; a segunda na competição geopolítica, a partir da rivalidade entre Estados por segurança, território, influência e aspectos relacionados (CALLINICOS, 2009).

Callinicos (2009) assinala que o imperialismo pré-capitalista já assumia, de longa data, a forma de uma competição geopolítica (como no caso das cidades-Estado gregas) e que o momento que inaugura o imperialismo capitalista é aquele no qual as rivalidades interestatais se integram aos processos de acumulação de capital. À vista do exposto, além de caracterizar o imperialismo através de uma lógica interseccional, o autor aponta suas especificidades históricas e relaciona-o com a questão da acumulação.

O autor estabelece uma divisão do imperialismo capitalista de acordo com que considera como mudanças significativas, classificando-o em três estágios: a) imperialismo clássico” da era colonial (1870-1945), imperialismo do superpoder durante a Guerra Fria (1947-1991) e o imperialismo contemporâneo. No último estágio, ele destaca o papel imperialista dos EUA, apontando o seu caráter hegemônico na ordem global. Tal hegemonia é compreendida, no conjunto de sua obra, através da administração estratégica do capitalismo, da atuação global das suas grandes corporações, do papel das instituições internacionais na difusão de sua

política e ideologia e, ainda, pelo funcionamento de sua economia deficitária²³ (OSÓRIO, 2018a).

Por sua vez, Claudia von Braunmühl inaugurou, na década de 1970, uma concepção do imperialismo influenciada pela teoria materialista do Estado e inserida no debate (alemão) do mercado mundial (OSÓRIO, 2017). Para ela, o sistema imperialista é caracterizado pela contradição entre a internacionalização e a nacionalização do processo de acumulação capitalista, sobretudo nas regiões metropolitanas do globo. Essa contradição, pertencente à esfera político-econômica, se verifica a partir da análise de atores como, por exemplo, os Estados e as grandes corporações, os quais operam a serviço da reprodução do capital em diferentes níveis (doméstico e internacional), embora complementares (BRAUNMÜHL, 1978; 1983).

Conforme sintetizado por Osório (2017, p. 30), Braunmühl “define o imperialismo como as formas econômica e política de dependência e de modulação das condições de vida, oriundas da estruturação do mercado mundial [...]”. Isto, pois, a autora entende o mercado mundial como esfera da circulação²⁴ do capital e de concretização da lei do valor, que modela a organização política do sistema de múltiplos Estados e, junto a estes, articula os processos de acumulação (BRAUNMÜHL, 1983).

Em sentido aproximado ao de Braunmühl, a contribuição de Joachim Hirsch se dá, sobretudo, para a concepção de uma “teoria materialista do imperialismo”, derivada de sua teoria materialista do Estado. Nesse sentido, o autor reforça a centralidade do Estado como “núcleo decisivo das relações de dominação e o eixo dos processos sociais de regulação” (OSÓRIO, 2018a) que permeiam a dinâmica imperialista. Para ele, é preciso analisar como os diferentes modos de regulação e acumulação de cada Estado se articulam e como se ligam com a dinâmica do mercado mundial (HIRSCH, 2010).

Hirsch (2010) entende que as teorias do sistema-mundo, da dependência e a teoria clássica do imperialismo conceituam o sistema global capitalista em uma relação espacial e temporal fixa de dominação e subordinação, manejada por um

²³ Uma economia nacional deficitária é caracterizada pelo saldo negativo no balanço de pagamentos, que envolve a totalidade das transações econômicas e financeiras de um país com os demais.

²⁴ De acordo com a teoria marxista, a reprodução do capital depende da circulação das mercadorias. Marx (1983, p. 138) afirma que o “capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação”. Aparentemente contraditória, essa afirmação aponta que, para que o valor somente se realiza no ciclo do capital na medida em que as mercadorias são postas na esfera da circulação.

centro (em oposição à periferia global). Diferentemente disso, a teoria da regulação o concebe como uma rede, em que há vários contextos de acumulação e regulação em oposição entre si, mas que estão ao mesmo tempo vinculados. Dessa forma, Hirsch (2010) oferece uma reflexão sobre o imperialismo que envolve, entre outros aspectos, o papel dos Estados nos processos de acumulação e de regulação.

Por sua vez, Alysson Mascaro também oferece um desenvolvimento teórico original acerca do imperialismo. Possivelmente devido às suas pesquisas em torno da crítica marxista ao direito, o autor transita entre diversas teorias e correntes do pensamento por vezes pouco exploradas por cientistas políticos, economistas e internacionalistas, articulando-as de maneira coerente para a compreensão do imperialismo.

Mascaro (2013), seguindo a tradição teórica legada pelo jurista soviético Evgeni Pachukanis, entende as formas políticas e jurídicas como derivações da forma mercantil no capitalismo. A partir disso, o autor possibilita uma compreensão que vai além da abstração político-jurídica em torno dos Estados (formalmente) soberanos e equivalentes, desvelando, em sua concretude, a dinâmica capitalista que molda a dominação imperialista e a subordinação.

Entre as contribuições de Mascaro (2019), confere-se destaque, ainda, à associação realizada entre o imperialismo e os regimes de acumulação e modos de regulação capitalistas. Para ele, regulação e acumulação auxiliam a compreender, no capitalismo mercantil, fordista ou pós-fordista, questões como, respectivamente: a) o neocolonialismo no século XIX; b) as guerras mundiais da primeira metade do século XX e o domínio econômico do dólar; c) as estratégias de neoliberalismo, privatização e regressão de direitos sociais no século XXI.

Ademais, cabe ainda referir a contribuição de China Miéville que, assim como Mascaro, também é influenciada pelo pensamento de Pachukanis. Miéville apresenta uma análise acerca do imperialismo que o relaciona ao Direito Internacional e possibilita novas interpretações.

Em sua obra intitulada “Entre direitos iguais” (tradução nossa), Miéville (2005) faz referência à afirmação de Marx de que “entre direitos iguais, a força decide”. Nessa senda, a relação de equivalência entre os Estados, permeada pelo direito, concede uma aparência democrática na tomada de decisões de interesse comum, mas esconde que os poderes políticos e econômicos dominantes são os fatores que determinarão os interesses específicos que serão atendidos.

Além disso, Miéville (2008, p. 120, tradução nossa) afirma que “as ações imperialistas são enquadradas em termos jurídicos e que o imperialismo e o Direito Internacional são partes de um mesmo sistema”. Assim, tem-se que “o capitalismo moderno é um sistema imperialista e, simultaneamente, jurídico, sendo que as formas constituintes do Direito Internacional são as formas constituintes do capitalismo global e, por isso, imperialistas (MIÉVILLE, 2008, p. 120, tradução nossa).

À vista do exposto, efetuou-se um resgate das teorias marxistas do imperialismo que marcaram o debate pioneiro e fordista e, depois, expôs-se algumas das teorizações que marcam o debate pós-fordista. Na sequência, será conferido destaque a outras duas teorias inseridas neste último debate.

1.3.1 A teorização de David Harvey e de Ellen Wood

Do debate pioneiro até o debate pós-fordista, diversos acontecimentos marcaram o cenário político global e demandaram novos esforços para a compreensão de suas especificidades. Entre os desenvolvimentos teóricos recentes, este trabalho filia-se, predominantemente, às contribuições de David Harvey (2014) e de Ellen Wood (2014)²⁵, embora outros autores mencionados anteriormente contribuam também para a análise.

Em sua obra “O novo imperialismo” (2003), David Harvey (2014, p.) objetiva “examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um ‘novo’ imperialismo poderia estar desempenhando em seu âmbito”. A teorização de Harvey é significativamente influenciada por Rosa Luxemburgo e sua percepção das crises e dos processos de acumulação.

Para Harvey (2014), o imperialismo sob o capitalismo é marcado pela predominância de uma lógica tipicamente capitalista, diferente da lógica territorial que vinha em primeiro plano nas concepções anteriores de império. Nota-se que, ao tratar de predominância, resta claro que as lógicas capitalista e territorial coexistem e relacionam-se.

²⁵ Existem diferenças significativas entre as teorias de David Harvey e de Ellen Wood no tocante ao imperialismo. Tais autores travaram variados debates entre si e parte significativa desses está contida em artigos publicados no periódico *Historical Materialism* (OSÓRIO, 2018a).

Com base no conceito de lógica capitalista, expressa-se o aspecto econômico da acumulação e da reprodução do capital, que se associa com a dominação geopolítica e que, portanto, segue também uma lógica territorial no âmbito global.

Ademais, ao tratar dessa lógica predominantemente econômica do imperialismo, Harvey remete a uma espécie de “acumulação primitiva contemporânea”, isto é, o imperialismo da acumulação por espoliação. Essa modalidade se resume na liberação de meios de produção a baixo custo, para emprego do capital sobreacumulado e geração de lucro (HARVEY, 2014).

Para a compreensão do desenvolvimento teórico de Harvey sobre a questão, Márcio Morais Brum (2017, p. 30) aponta as soluções dadas pelo capital ao problema da sobreacumulação:

A sobreacumulação num dado sistema territorial consiste em uma situação de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (acúmulo de mercadorias que não pode ser dissolvido sem uma perda; capacidade produtiva ociosa; ou excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo), que podem ser absorvidos das seguintes maneiras: a) pelo deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de longo prazo ou gastos sociais, para uma futura reentrada em circulação de valores de capital; b) pelo deslocamento espacial por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou c) por alguma combinação de “a” e “b”.

Portanto, o capital é deslocado temporal e/ou espacialmente para que possa se reproduzir. O seu deslocamento espacial está intrinsecamente relacionado com um imperialismo via espoliação, eis que a referida abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos descreve a operacionalidade desse processo.

Assim, esse novo imperialismo, marcado pela espoliação, objetiva mercantilizar aquilo que não está totalmente submetido à lógica mercantil capitalista (HARVEY, 2014). Nesse sentido, a mercantilização da natureza e do conhecimento, assim como a privatização dos bens públicos, perfazem a dinâmica da espoliação.

Diante disso, o imperialismo como fenômeno contemporâneo coincide, invariavelmente, com o neoliberalismo, pois este engendra o cenário pelo qual o capital sobreacumulado encontra aplicações rentáveis ao explorar a periferia global (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018). Nesse sentido, Harvey (2014, p. 124) aponta que “se o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de

sobreacumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema”.

Portanto, a contribuição de Harvey dá conta de explicar um importante aspecto econômico do imperialismo contemporâneo, pelo processo de acumulação por espoliação. Além disso, demonstra a maneira pela qual o neoliberalismo desempenha um papel fundamental para a ocorrência desse processo.

Por seu turno, o objetivo da obra “O império do Capital” (2003), de Ellen Wood, é “definir a essência do imperialismo capitalista”, conforme aponta Leonardo Leite (2016). Para tanto, a autora estuda as variadas formas historicamente assumidas pelo imperialismo, visando compreender o elemento distintivo que marca o imperialismo contemporâneo (LEITE, 2016).

Nesse percurso, Wood analisa diversos impérios pré-capitalistas e compreende que a dominação exercida por estes era fundamentalmente baseada na coerção extraeconômica. De maneira diversa, o imperialismo capitalista se apresenta como o primeiro centrado na coerção econômica (LEITE, 2016).

Acerca disso, Osório (2018a) assinala que, para Ellen Wood, o imperialismo capitalista não é marcado pela colonização direta, como ocorreu com o Império Britânico, mas pela presença de mecanismos econômicos (capitalistas) de dominação. Isso ocorre mesmo que esses mecanismos estejam, por sua vez, associados a mecanismos extraeconômicos.

Nos termos da própria autora (2014, p. 17, grifo da autora), o que torna o imperialismo “especificamente *capitalista* é a predominância da coerção econômica, que se distingue da coerção ‘extraeconômica’ – política, militar ou judicial – direta”. Contudo, ela reconhece que, “isso não quer dizer, de forma alguma, que o imperialismo capitalista possa abrir mão da força extraeconômica” (WOOD, 2014, p. 17).

Portanto, para Wood (2014, p. 17), “entender o ‘novo imperialismo’ [...] exige que entendamos as especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre a força econômica e extraeconômica no capitalismo”. Acerca disso, afirma a autora que:

[...] O capitalismo é único na sua capacidade de separar o poder econômico do extraeconômico e que isso, entre outras coisas, implica que o poder econômico do capital é capaz de ir muito além do controle de qualquer poder político ou militar existente ou concebível. Ao mesmo tempo, o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica;

e a força extraeconômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado (WOOD, 2014, p. 18).

À vista do exposto, nota-se que, de acordo com a teoria marxista, Wood verifica a separação formal entre as esferas econômica e política no capitalismo, mas o faz sem desconsiderar a indivisibilidade prática dessas. Isto, pois, não há espaço para a dominação econômica do imperialismo senão dentro do sistema político pluriestatal que conforma a ordem capitalista global.

Além disso, a teorização de Wood tem o mérito de reconhecer, no âmbito dos mecanismos extraeconômicos de dominação do imperialismo, uma variedade de dimensões, para além da político-econômica. Nessa senda, ela explora o militarismo como um traço fundamental do imperialismo, que adquire novos contornos de acordo com a especificidade capitalista deste:

É o primeiro imperialismo em que o poder militar foi criado não para conquistar território nem para derrotar rivais. É um imperialismo que não busca expansão territorial nem dominação física de rotas territoriais. Ainda assim ele produziu essa enorme e desproporcional capacidade militar com um alcance global sem precedentes. Talvez seja precisamente por não ter nenhum objetivo claro e finito que o novo imperialismo exija força militar tão pesada. A dominação ilimitada de uma economia global e dos múltiplos Estados que a administram exige ação militar sem fim, em propósito ou tempo (WOOD, 2014, p. 109).

Tais observações feitas pela autora refletem diretamente o contexto observado por ela, marcado pela Guerra ao Terror, iniciada em 2001. Entende-se que o capital precisa da guerra “sem fim” para sustentar sua hegemonia sobre o sistema pluriestatal, seja pelo impacto político, interno e externo aos Estados, ou econômico, como no caso do ataque ao Afeganistão e do interesse estadunidense nas reservas de petróleo e gás da Ásia Central (WOOD, 2014).

A partir de mecanismos extraeconômicos, como o militarismo, tal guerra assegurou inclusive a reprodução dos mecanismos econômicos, fundamentando assim a ordem global contemporânea, na qual os EUA se apresentam como potência hegemônica. Trata-se de um exemplo da maneira pela qual os mecanismos econômicos e extraeconômicos do imperialismo se relacionam e de que, ainda no século XXI, há momentos em que os últimos assumem um papel predominante.

À vista disso, torna-se apropriado compreender o imperialismo como um fenômeno multidimensional, isto é, composto por múltiplas dimensões relacionadas

entre si. Desse modo, pode-se pensar em dimensões como a militar, a jurídica²⁶ e a cultural, por exemplo, inseridas na lógica dos mecanismos extraeconômicos de dominação.

Para além, Wood (2014) contribui para a compreensão dos mecanismos econômicos do imperialismo através da sua concepção de “imperativos de mercado”. Para ela, “a imposição dos imperativos de mercado também está na base do novo imperialismo” (WOOD, 2014, p. 28).

Os imperativos de mercado são aqueles originados pela introdução e sustentação da dinâmica econômica capitalista por todo o globo (WOOD, 2014). Tais imperativos garantem uma coerção econômica “invisível”, uma vez que a submissão à lógica do capital não é questionada, sendo o próprio sistema capitalista naturalizado.

Apesar disso, Wood não desconsidera a relação entre imperativos econômicos e mecanismos extraeconômicos na dinâmica imperialista. A autora reconhece que “o poder econômico do capital pode ser capaz de ir além do alcance militar e político, mas só o fará se e quando as “leis” da economia capitalista forem ampliadas – e isso é algo que exige ajuda extraeconômica [...]” (WOOD, 2014, p. 28).

Nas últimas décadas, a imposição dos imperativos de mercado está diretamente associada com o chamado ajuste estrutural que vários países sofreram, especialmente sob influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) (WOOD, 2014). Com isso, dinâmicas de acumulação, possibilitadas pelos imperativos de mercado, encontram amparo extraeconômico para a sua ocorrência, como na política estatal.

Fiori (2004), em análise próxima daquela sustentada por Wood, assinala que a Guerra do Iraque, por exemplo, transmitiu uma mensagem para os países da periferia global, no sentido de que haveria dois pesos e duas medidas: a “lei das selvas” e a “lei dos mercados”. A última seria reservada para os que aceitassem o imperialismo da economia global.

Diante do exposto, resta ainda relacionar as teorias do imperialismo contemporâneo, de acordo com Harvey e Wood, com as transformações do capitalismo global. Ambos são capazes de contribuir para a compreensão acerca de como o imperialismo se associa com as dinâmicas do regime de acumulação e do modo de regulação pós-fordistas.

²⁶ Sobre a dimensão jurídica do imperialismo, compreendida a partir da forma jurídica e do conteúdo normativo do Direito Internacional, consultar: DE DAVID, SILVA, 2018.

De maneira geral, a teorização de Wood (2014) acerca dos imperativos de mercado demonstra a subordinação planetária à lógica do capital e, com isso, das regiões periféricas aos mecanismos econômicos do imperialismo. Desse modo, a coerção econômica indireta foi e continua sendo uma tendência nos regimes de acumulação capitalistas.

Por seu turno, Harvey (2014) contribui, com o conceito de acumulação por espoliação, para a compreensão de uma das principais formas assumidas pelo regime de acumulação pós-fordista. Assim, para além da persistência dos imperativos de mercado, está em curso atualmente um processo específico de mercantilização de tudo aquilo que ainda não está totalmente submetido à valorização pelo capital.

Ademais, parte-se das considerações de Wood (2014) acerca dos mecanismos extraeconômicos do imperialismo para que se possa compreender a relação deste com o modo de regulação pós-fordista. Isto, pois, o sistema de múltiplos Estados exerce um papel fundamental na regulação política do capitalismo contemporâneo.

Além disso, considerando que a coerção extraeconômica operada pelo imperialismo pode assumir aspectos também militares ou jurídicos, a autora amplia a capacidade de percepção acerca da regulação pós-fordista. Assim, abre-se espaço para compreender as múltiplas dimensões do fenômeno imperialista, em conjunto com a economia política que o define. Essas dimensões seriam capazes de oferecer outras regularidades sem as quais algumas dinâmicas imperialistas não ocorreriam.

Por fim, o destaque conferido por Harvey (2004) ao neoliberalismo auxilia a compreendê-lo como aspecto central da regulação pós-fordista. Isto, pois, o neoliberalismo, no contexto da pluriestatalidade referida, engendra o cenário no qual a periferia global passa a contar com condições políticas e jurídicas de submissão ao processo de acumulação por espoliação.

No próximo capítulo, será dado enfoque à América Latina no século XXI, a partir de uma análise das tendências políticas que afetam a região. Espera-se, com isso, contextualizar um dos cenários periféricos no qual o imperialismo contemporâneo tem se manifestado.

2. A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: TENDÊNCIAS POLÍTICAS REGIONAIS

Considerando a América Latina como cenário no qual se busca compreender o que caracteriza a reconfiguração do imperialismo no século XXI, nota-se que estudos variados têm buscado interpretar algumas tendências na região. Ao longo do tempo, essas tendências se apresentaram, por exemplo, a partir dos movimentos regionais de independência no século XIX e dos regimes ditatoriais na segunda metade do século XX²⁷. Para além, com enfoque político-econômico, análises têm interpretado outras tendências regionais que impactam no conjunto dos países latino-americanos como, por exemplo, o neoliberalismo.

Carlos Eduardo Martins (2011) observa que o padrão neoliberal de desenvolvimento foi inaugurado na região durante a década de 1970 (no Chile, na Argentina e no Uruguai) e expandiu-se ao longo da década posterior. Na década de 1990, seguindo o Consenso de Washington²⁸ (1989), o neoliberalismo tornou-se hegemônico e influenciou significativamente os rumos da política na América Latina (MARTINS, 2011).

Por sua vez, o século XXI é marcado por duas tendências políticas regionais antagônicas, que se sobrepõem temporalmente: as chamadas *onda rosa* e *onda conservadora*. Este capítulo se dedica à análise dessas tendências, identificadas, nessa ordem, com o espectro político de esquerda e de direita²⁹, em termos amplos.

²⁷ Países latino-americanos governados por regimes autoritários na segunda metade do século XX: Argentina (1966-1973; 1976-1983), Brasil (1964-1985), Bolívia (1974-1982), Chile (1973-1990), Guatemala (1954-1985), Haiti (1957-1986; 1986-1990), Nicarágua (1934-1979), Paraguai (1954-1989), Peru (1968-1980), República Dominicana (1930-1966; 1966-1978) e Uruguai (1973-1984).

²⁸ O Consenso de Washington consistiu em um encontro organizado pelo Instituto de Economia Internacional, que reuniu funcionários do governo estadunidense, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e economistas latino-americanos (CAMPAGNARO, 2014). As diretrizes que moldam o Consenso de Washington incluem: disciplina fiscal, reordenação das prioridades das despesas públicas, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, liberalização do comércio, liberalização do investimento estrangeiro direto interno, privatização, desregulação e direitos de propriedade (WILLIAMSON, 2009).

²⁹ O emprego dos conceitos de “direita” e “esquerda” para a definição de orientações políticas antagônicas teve início diante de dois diferentes segmentos sociais que constituíram a Assembleia Nacional após a Revolução Francesa. São esses: os girondinos, que se sentavam à direita na Assembleia, e os jacobinos, que se sentavam à esquerda. Enquanto os jacobinos buscavam aprofundar o processo revolucionário, os girondinos defendiam moderação e comprometiam a concretização dos objetivos assumidos durante a revolução (FERREIRA, 2020). Ao longo do tempo, tais conceitos ganharam maior complexidade, mas a esquerda ainda abrange, de modo geral, progressismo e ideários revolucionários, enquanto a direita abarca o conservadorismo e ideários antirrevolucionários. Ainda, tendo em vista a centralidade da luta de classes na teoria marxista, pode-se afirmar que a esquerda representa a luta da classe dominada (por reforma ou revolução) e a direita a luta da classe dominante (pela manutenção do status ou pela ampliação de privilégios).

Desde já, cabe mencionar que as definições amplas de esquerda e de direita empregadas neste trabalho levarão em conta, especialmente, três aspectos centrais que permeiam o contexto da América Latina contemporânea. Tais aspectos, pensados a partir de estudos da região (BALESTRO, 2012; FERNANDES, 2017) são apontados no Quadro 2:

Quadro 2 – Características usualmente associadas aos espectros políticos de direita e de esquerda na América Latina contemporânea

Esquerda	←————→	Direita
Papel do Estado		
Estado interventor	≠	Estado mínimo
Política econômica		
Economia desenvolvimentista	≠	Economia neoliberal
Moral e costumes		
Agenda liberal	≠	Agenda conservadora

Fonte: elaboração própria.

À vista disso, tem-se que as características dispostas no Quadro 2 irão nortear os enquadramentos realizados neste capítulo. Desde já, cabe advertir que, salvo quando houver menção expressa às posições de centro (centro-direita e centro-esquerda) e de extremismo (extrema-direita e extrema-esquerda), os conceitos de “direita” e “esquerda” serão empregados de maneira a representar um espectro amplo, que abrange inclusive tais posições.

2.1 A onda rosa na América Latina (1998-2016)

A onda rosa designa uma tendência política regional correspondente à ascensão de chefes de Estado de esquerda e centro-esquerda na América Latina desde, aproximadamente, o começo do século XXI (LEVITSKY; ROBERTS, 2011). Tem como marco inicial a eleição de Hugo Chávez para a Presidência da Venezuela,

em dezembro de 1998, e, como fim, o ano de 2016³⁰, considerando-se a conjuntura regional e o golpe de Estado que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff no Brasil.

A origem do termo está associada a um artigo publicado pelo jornalista Larry Rohter no *New York Times*, em 2005, no qual ele apontava a eleição de Tabaré Vázquez para a presidência do Uruguai, ocorrida naquele ano, como parte de um novo consenso de esquerda na América do Sul (ROHTER, 2005)³¹. Para ele, os Chefes de Estado que ascenderam nesse contexto eram lideranças de uma esquerda mais pragmática e menos revolucionária, motivo pelo qual afirmou que “eles não são tanto uma maré vermelha quanto uma rosa”³² (ROHTER, 2005, tradução nossa).

A partir de então, a terminologia onda rosa (“marea rosa” ou “pink tide”, respectivamente, em espanhol e em inglês) e suas variações (ex: maré rosa; onda progressista) ganharam espaço nos meios de comunicação e no âmbito acadêmico. Neste último, alguns pesquisadores (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017; RIBAS, 2018; SILVA, 2018) concedem destaque ao trabalho de Francisco Panizza (2006), por designar o fenômeno regional como uma maré rosa latino-americana.

Além disso, os termos “giro à esquerda”, “giro a la izquierda” (em espanhol) e “left turn” (em inglês) têm sido, da mesma forma, empregados para designar o fenômeno (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017). Assim, para os fins deste trabalho, adota-se a nomenclatura onda rosa, embora todas as referidas expressões sejam adequadas e dependam, sobretudo, de escolha autoral.

Para que se possa compreender alguns dos marcos institucionais da onda rosa, a Tabela 2 apresenta a sequência de mandatos de Chefes de Estado em cada país entre os anos de 1998 e 2016, assim como aponta a orientação política tendencial desses mandatários. Para a sua leitura, cabem algumas observações: a) a classificação quanto à orientação política tendencial dos Chefes de Estado segue, preferencialmente, entendimentos consolidados, além de considerar suas agendas (à vista do Quadro 2), seu contexto nacional, seus partidos políticos e suas bases de apoio, entre outros fatores; b) em alguns casos, Chefes de Estado podem ter adotado, parcialmente, medidas que contradizem essa classificação consolidada (ex:

³⁰ Tal periodização oferecida para a onda rosa encontra amparo nos trabalhos de Santos (2018) e Silva (2018).

³¹ Conforme mencionado, a origem do termo não é científica e sim jornalística. No âmbito midiático, especialmente em um primeiro momento, seu uso esteve ligado à crítica antipopulista.

³² Conforme aponta Nascimento Júnior (2017), a relação estabelecida entre o contexto político latino-americano e a cor rosa aponta para a ascensão de esquerdas mais moderadas e, por isso, não associadas ao vermelho, cor esta atribuída aos comunistas.

mandatário de esquerda que implementou política econômica neoliberal ou mandatário de direita que não defende o conservadorismo na moral e nos costumes); c) entende-se que algumas dessas contradições podem gerar questionamentos cientificamente válidos quanto à classificação adotada em alguns casos, que não deve ser encarada como um dado inequívoco, mas como uma interpretação, também científica; d) em apenas dois casos, ambos correspondentes à sucessão presidencial por juízes que à época presidiam a Suprema Corte (no Haiti em 2004 e na Bolívia em 2005), não foi atribuída classificação, por falta de dados conclusivos; d) por fim, o momento da posse oficial de um Chefe de Estado varia de acordo com o calendário eleitoral de cada país e, ainda, pode ser determinado por outros eventos, como o *impeachment*, a renúncia ou o falecimento de um antecessor ou a ocorrência de um golpe de Estado. Diante da transição de governo que não ocorre imediatamente no início do ano, foram atribuídos tanto o nome do antecessor quanto do sucessor a esse mesmo ano.

Tabela 2 – Mandatos de Chefes de Estado (por país) durante a onda rosa na América Latina (1998-2016) e suas orientações políticas tendenciais (à direita ou à esquerda)

País	Linha do tempo																			
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Argentina	Carlos Menem		Fernando de la Rúa	Adolfo Rodríguez Saá	Eduardo Duhalde		Néstor Kirchner			Cristina Kirchner			Cristina Kirchner			Mauricio Macri				
Bolívia*	Hugo Banzer			Jorge Quiroga	Gonzalo Sánchez de Lozada	Carlos Mesa	Eduardo Rodríguez Veltzé	Evo Morales			Evo Morales			Evo Morales						
Brasil*	Fernando Henrique Cardoso	Fernando Henrique Cardoso			Luiz Inácio Lula da Silva			Luiz Inácio Lula da Silva			Dilma Rousseff					M T				
Chile	Eduardo Frei Ruiz-Tagle		Ricardo Lagos				Michelle Bachelet			Sebastián Piñera		Michelle Bachelet								
Colômbia	Ernesto Samper	Andres Pastrana Arango			Álvaro Uribe Vélez			Álvaro Uribe Vélez		Juan Manuel Santos		Juan Manuel Santos								
Costa Rica	Miguel Ángel Rodríguez Echeverría				Abel Pacheco			Óscar Arias Sánchez		Laura Chinchilla		Luis Guillermo Solís								
Cuba	Fidel Castro							Raúl Castro												
El Salvador	Armando Corderón Sol	Francisco Flores				Eliás Antonio Saca			Maurício Funes			Salvador Sánchez Céren								
Equador	Fabián Alarcón	Jamil Mahuad	Gustavo Noboa		Lucio Edwin Gutiérrez	Alfredo Palacio	Rafael Correa	Rafael Correa		Rafael Correa										
Guatemala	Álvaro Arzú		Alfonso Portillo			Óscar Berger		Álvaro Colom		Otto Pérez Molina		Alejandro Maldonado								
Haiti	René Prével			Jean-Bertrand Aristide		Boniface Alexandre	René Prével			Michel Martelly				E P	J P					
Honduras	Carlos Roberto Flores				Ricardo Maduro			Manuel Zelaya	Roberto Micheletti	Porfirio Lobo Sosa		Juan Orlando Hernández								
México	Ernesto Zedillo		Vicente Fox					Felipe Calderón			Enrique Peña Nieto									
Nicarágua	Arnoldo Alemán				Enrique Bolaños			Daniel Ortega		Daniel Ortega										

País	Linha do tempo																			
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Panamá	Ernesto Pérez Balladares	Mireya Moscoso					Martín Torrijos					Ricardo Martinelli					Juan Carlos Varela			
Paraguai	Raúl Cubas Grau	Luis Ángel González Macchi				Nicanor Duarte Frutos					Fernando Lugo			Federico Franco	Horacio Cartes					
Peru	Alberto Fujimori		Valentín Paniagua	Alejandro Toledo					Alan García Pérez					Ollanta Humala				P K		
República Dominicana	Leonel Fernández		Hipólito Mejía				Leonel Fernández			Leonel Fernández			Danilo Medina				D M			
Uruguai	Julio María Sanguinetti		Jorge Batlle					Tabaré Vázquez					José Mujica				Tabaré Vazquez			
Venezuela	Hugo Chávez		Hugo Chávez		*	Hugo Chávez			Hugo Chávez					Hugo Chávez	Nicolás Maduro					
Siglas utilizadas (por país): Brasil – MT (Michel Temer); Haiti – EP (Evans Paul), JC (Jocelerme Privert); Peru – PK (Pedro Pablo Kuczynski); República Dominicana – DM (Danilo Medina).																				
* (Venezuela): Pedro Carmona Estanga (12 de abril a 13 de abril de 2002) e Diosdado Cabello (13 de abril de 2002 a 14 de abril de 2002).																				

Legenda:

- Posicionamento político tendencial à direita (inclui centro-direita, direita e extrema-direita).
- Posicionamento político tendencial à esquerda (inclui centro-esquerda, esquerda e extrema-esquerda).
- Não classificado.

Fonte: elaboração própria.

À vista da Tabela 2, percebe-se que, entre 1998 e 2016, houve uma ascensão tendencial significativa de Chefes de Estado com posicionamentos políticos tendenciais à esquerda na América Latina. Desde já, destaca-se que cada país atingido por esse fenômeno o foi sob circunstâncias particulares, levando em consideração questões como, por exemplo, as peculiaridades da sua política nacional e da sua inserção internacional.

A eleição de Hugo Chávez (Movimiento V República, MVR) para a Presidência da Venezuela, em 1998, se deu “em meio ao colapso das instituições e dos partidos tradicionais” e marcou o início da onda rosa (SILVA, 2015, p. 2). Isto, pois, “foi a primeira vitória de um candidato alternativo à política convencional na América do Sul no contexto do neoliberalismo” (SANTOS, 2018, p. 30), que marcou a década de 1990 na região.

Conforme aponta Santos (2018, p. 30), “nas quatro décadas anteriores, a Venezuela havia sido comandada por dois partidos que se revezavam no poder segundo um arranjo político conhecido como Pacto de Punto Fijo”. Assim, tal eleição provocou a ruptura desse modelo e deu início ao “chavismo” no país – que marca uma nova etapa política na democracia venezuelana (SERRANO, 2016).

Cabe mencionar que, inicialmente, o governo de Chávez apresentava uma orientação moderada e que a sua “intenção de conceder caráter público à renda petroleira polarizou o país” (SANTOS, 2018, p. 30). Seu governo foi “confrontado por uma tentativa de golpe seguida de locaute patronal, em 2002” (que durou poucos dias, conforme dados da Tabela 2), a partir da qual “extremou posições” em direção à “autodenominada Revolução Bolivariana³³” (SANTOS, 2018, p. 30).

No Chile, a eleição de Ricardo Lagos (Partido Socialista, PS), em 2000, representou “uma inflexão à esquerda na Concertação, aliança que governava o país desde o retorno à democracia em 1990” (SILVA, 2015, p. 2). Antes disso, o país esteve sob uma ditadura militar desde 1973, quando o general Augusto Pinochet comandou um golpe contra o governo de Salvador Allende³⁴ (1970-1973).

³³ A expressão “Revolução Bolivariana” é empregada em alusão ao processo iniciado por Chávez e seu significado revolucionário e integrador para a região latino-americana. É assim denominada em referência ao venezuelano Simón Bolívar (1783-1830). Bolívar e o cubano José Martí (1853-1895) são as duas grandes figuras políticas responsáveis pela difusão da noção de uma América Latina integrada. Na obra “Nossa América”, José Martí (1983, p. 201) já defendia “a união tácita e urgente da alma continental” como solução dos problemas comuns à América Latina, capaz de proporcionar “a paz dos séculos”.

³⁴ Salvador Allende foi um dos fundadores do PS chileno, em 1933, e se elegeu Presidente em 1970, através de uma coalização de esquerda, denominada Unidade Popular (UP). Tal coalização visava

Depois, entre os anos de 2001 e 2006, países como Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Panamá e Peru elegeram Chefes de Estado de esquerda e deram início a uma sequência duradoura de governos desse mesmo espectro político.

No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores, PT) foi eleito para a Presidência em 2002. Lula governou durante dois mandatos consecutivos (2002-2006; 2007-2010) e, após, logrou eleger a sua sucessora Dilma Rousseff (2010-2014; 2014-2016), também reeleita. Os governos petistas representaram uma guinada progressista no país e promoveram diversas reformas internas, sem que houvesse uma radicalização à esquerda.

Na Argentina, é especialmente significativa para a onda rosa a eleição de Néstor Kirchner em 2003, sucedida pelas eleições consecutivas de sua correligionária e esposa, Cristina Kirchner, em 2007 e 2011. Ambos integram a ala peronista do Partido Justicialista (PJ) e, com base na política desempenhada em seus mandatos, foi criada a expressão “kirchneirismo”³⁵.

Na Bolívia e no Equador, respectivamente, as vitórias eleitorais de Evo Morales (Movimiento al Socialismo, MAS), em 2006, e de Rafael Correa (Alianza País, PAIS), em 2007, se deram em meio a crises político-sociais experimentadas em seus países nos anos que antecedem (SILVA, 2015). Um dos aspectos que merece destaque em relação a esses mandatos é que, durante o exercício de ambos, ocorreu a promulgação de novas Constituições, que deram origem ao chamado “novo constitucionalismo latino-americano”.

O novo constitucionalismo latino-americano pode ser entendido como um arcabouço normativo com características comuns, que traduz relações concretas para o âmbito jurídico de modo distinto do modelo constitucional liberal, podendo ser caracterizado como antineoliberal e anti-imperialista (BRUM, 2017). Nesse sentido, destaca-se que “as novas constituições de Equador e Bolívia são hoje os instrumentos jurídicos mais avançados em matéria de proteção ambiental, bem-estar social e proteção das soberanias nacionais” (BRUM, 2019, p. 251).

Por sua vez, em países como Cuba, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, ocorreu, ao longo da onda rosa, a permanência das esquerdas no poder.

construir um caminho rumo ao socialismo através de transformações no sistema econômico, político e social, sem que houvesse revolta armada. Tal concepção deu origem à chamada “via chilena ao socialismo” (BORGES, 2014).

³⁵ Para mais sobre o kirchneirismo, consultar: KATZ, 2014.

Em Cuba e na Venezuela (nesta desde 2002), trata-se de esquerdas de caráter revolucionário acentuado, enquanto na República Dominicana e no Uruguai, de esquerdas predominantemente reformistas. Neste último país, destaca-se que a eleição de Tabaré Vázquez (Frente Ampla), em 2005, representou uma guinada à esquerda em relação ao governo de Jorge Battle, político de perfil liberal filiado ao Partido Colorado (de centro-esquerda).

Países como Honduras e Paraguai deram guinadas à esquerda, respectivamente, em 2006 e em 2008, mas foram interrompidas por golpes de Estado (que serão abordados no contexto da onda conservadora). Por seu turno, países como Colômbia e México não integraram a onda rosa, mantendo uma hegemonia da direita à frente dos seus governos desde o fim de 1998 até 2016.

Para além, o ano de 2014 é considerado um período em que as esquerdas latino-americanas ainda obtiveram expressivas vitórias eleitorais. Foi marcado pela eleição de Michelle Bachelet para a Presidência do Chile, de Tabaré Vázquez para a Presidência do Uruguai, de Salvador Sánchez Céren para a Presidência de El Salvador e pela reeleição de Dilma Rousseff para a Presidência do Brasil.

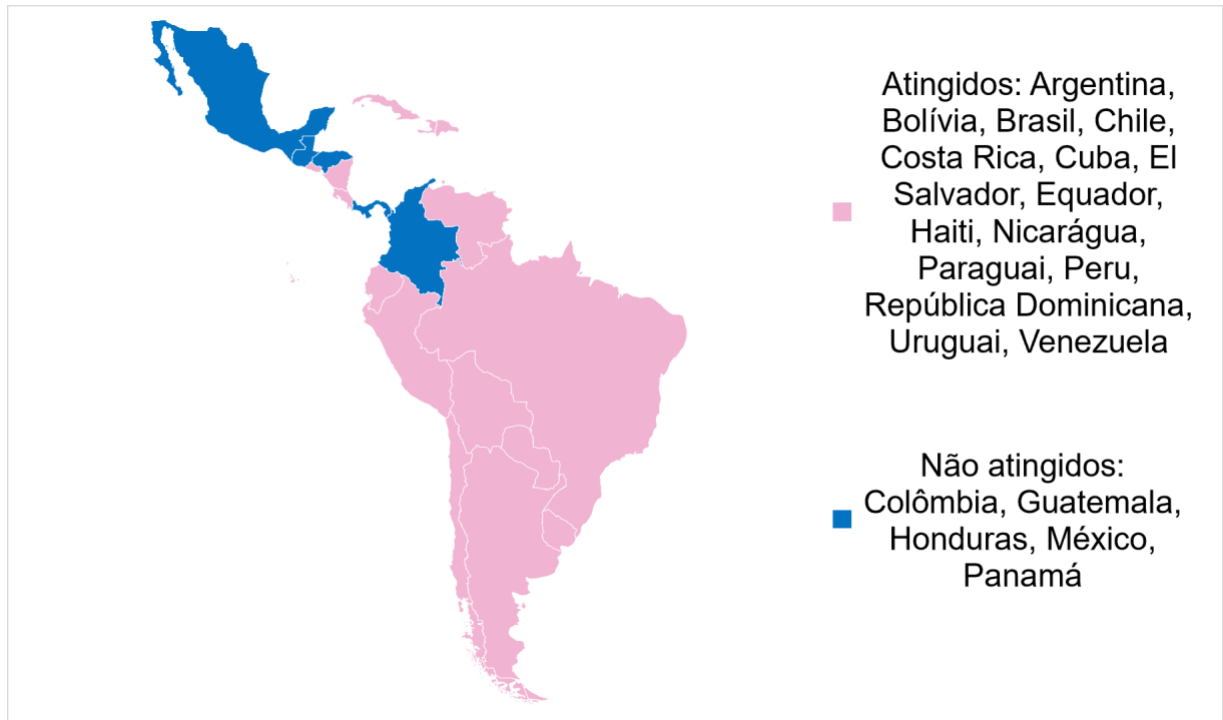
O fim da onda rosa é antecedido, em 2015, pela eleição de Mauricio Macri para a Presidência da Argentina e se consolida, em 2016, com o golpe de Estado que destituiu Dilma Rousseff da Presidência do Brasil. Nesse contexto, a guinada à direita que se sucedeu nas duas maiores lideranças regionais é indicativa do fim desse período.

Na sequência, a Figura 1, elaborada com base nos dados da Tabela 2, expõe o alcance geográfico da onda rosa na América Latina. Para tanto, classifica os países da região entre “atingidos” e “não atingidos” pela onda rosa. Os países “atingidos” abrangem os seguintes casos: a) Chefes de Estado de esquerda chegaram ao poder, após governo(s) de direita, e tiveram ao menos dois mandatos de esquerda (subsequentes ou não) durante o período; b) Chefes de Estado de esquerda se mantiveram no poder durante a maior parte ou totalidade do tempo. Por exclusão, os países “não atingidos”, são aqueles em que não se verifica aderência à categoria “atingidos”.

Observa-se que o item “a” serve para identificar países nos quais houve uma guinada à esquerda e estabelece o critério de dois mandatos para a atribuição de uma consistência mínima à essa guinada. Por sua vez, item “b” inclui países nos quais se

verifica um nítido predomínio político da esquerda, assumindo que a sua continuidade pode ter, eventualmente, reforçado e/ou ter sido reforçada pela onda rosa.

Figura 1 – Países latino-americanos atingidos pela onda rosa (1998-2016)



Fonte: elaboração própria.

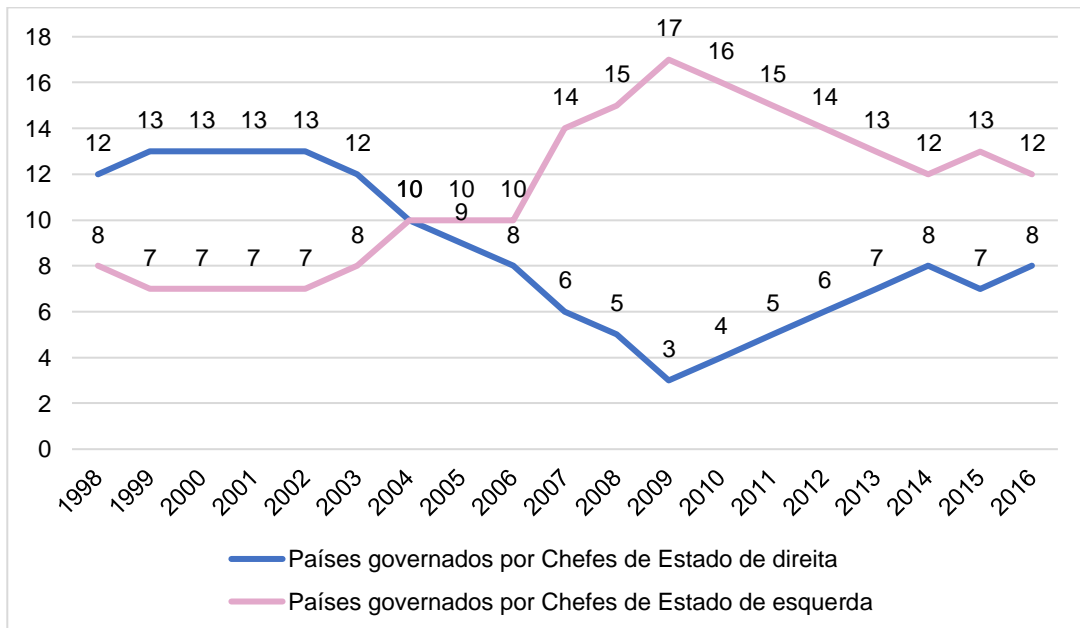
À vista disso, nota-se que o alcance geográfico da onda rosa, quando percebido através da quantidade de países atingidos (15), reforça a sua classificação enquanto tendência política regional. Conforme se visualiza, apenas cinco países da região não foram atingidos por tal tendência política: Colômbia, Guatemala, Honduras, México e Panamá. Também, observa-se que, entre os países latinos do continente sul-americano, somente a Colômbia não foi atingida.

Para além, ressalta-se que a Figura 1 inclui, enquanto países atingidos, somente aqueles que integraram formalmente a onda rosa (de acordo com os critérios elencados). Porém, há que se considerar também que, com a internacionalização que marca esta quadra histórica, os efeitos da onda rosa também foram sentidos, em maior ou menor grau, pelos demais países latino-americanos (assim como pela comunidade internacional).

Ademais, para que se possa compreender a onda rosa como uma tendência em movimento, que não se manteve estanque ao longo de sua duração, faz-se oportuna uma análise de alguns dos diferentes estágios pelos quais ela passou.

Nesse sentido, o Gráfico 2 aponta para a quantidade de “países governados por Chefes de Estado de direita” (PGCED) e de “países governados por Chefes de Estado de esquerda” (PGCEE)” na América Latina, entre 1998 e 2016. Para a leitura do gráfico, cumpre mencionar que: a) seus dados correspondem à uma sistematização daqueles contidos na Tabela 2; b) o período de referência para a coleta dos dados corresponde ao início de cada ano abrangido; c) precisamente, o marco inicial da onda rosa está próximo do término de 1998 (no mês de dezembro) e o marco final próximo do término de 2016 (no mês de agosto), de tal forma que o gráfico estabelece um percurso com início e fim aproximados, embora situados no ano correto.

Gráfico 2 – Países latino-americanos governados por Chefes de Estado de direita e de esquerda durante a onda rosa (1998-2016)



Fonte: elaboração própria.

Tal gráfico auxilia na compreensão da onda rosa como uma tendência em movimento e possibilita análises variadas diante da ascensão tendencial de Chefes de Estado de esquerda. Em sua observação, destaca-se que:

a) entre 1998 e 2003 (seis primeiros anos), o número de PGCED era consideravelmente superior, tendo se aproximado do dobro em relação aos PGCEE entre os anos de 1999 e 2002;

b) no ano de 2003 ocorreu, pela primeira vez, uma equiparação quantitativa entre os PGCED e os PGCEE e, a partir de 2004, o segundo grupo passa a ser superior e se manteve assim até o fim do período;

c) De 2006 para 2007 ocorreu o maior salto numérico registrado de um ano para outro (quatro), aumentando expressivamente o número de PGCEE, que passou a ser mais do que o dobro daqueles de direita;

d) no início de 2009, se verifica a maior distância entre as linhas do Gráfico 2, que representa o momento no qual 17 países (equivalentes a 85%) que compõem a região encontram-se sob o governo de Chefes de Estado de esquerda;

e) entre 2009 e 2014, há um declínio gradativo no número de PGCEE, que passa a corresponder a 12 em 2014 e, apesar de leve mudança em 2015, retorna a tal número em 2016, permanecendo superior a todos os da mesma linha no intervalo entre 1998 e 2016.

Para além dos dados contidos na Tabela 2, na Figura 1 e no Gráfico 2, que auxiliam na compreensão da onda rosa a partir do seu elemento definidor (ascensão tendencial de Chefes de Estado de esquerda e centro-esquerda em países latino-americanos), é necessário ainda abordar em profundidade o que ela representou na região. Porém, antes disso, cabe advertir que, pela definição oferecida à onda rosa, entende-se que as análises em torno dela, com frequência, adotam uma perspectiva institucionalista (centrada no funcionamento das instituições), de grande expressão na área da Ciência Política.

Considerando-se a matriz teórica marxista que fundamenta este trabalho, a análise da onda rosa não será feita com primazia no funcionamento das instituições, mas sim no movimento concreto e dialético das estruturas sociopolíticas e econômicas ao longo de seu percurso. Assim, propõe-se uma breve análise de cinco eixos considerados centrais para a sua compreensão. São esses: a) papel dos Estados; b) desenvolvimento nacional; c) agenda social; d) relações internacionais; e) democracia.

Acerca do papel assumido pelos Estados latino-americanos atingidos, tem-se que ele foi, em grande medida, ressignificado. Martins (2011) entende que a guinada progressista ocorrida fez emergir um capitalismo de Estado nesses casos. Por capitalismo de Estado, entende-se que o autor enfatiza o papel interventor do Estado na economia, com vistas à promoção do bem-estar social.

Contudo, Martins (2011) e Granato (2021) entendem que não houve uma ruptura completa com o modelo neoliberal. Para Granato (2021), a predominância de Estados neoliberais, que emergiu na América Latina na década de 1990, persistiu

durante a onda rosa. Embora tenha sido tentada sua reforma, não houve, propriamente, um confronto com esse modelo.

Conectado a isso, está a questão do desenvolvimento nacional. Embora tal questão tenha sido marcada pelo aumento de investimentos públicos em alguns países, em estratégias dirigidas pelos Estados, há que se mencionar, também, a persistência do neoliberalismo.

Nesse sentido, Leonardo Granato (2021, p. 115) dispõe que:

Sem desfazer as principais diretrizes de política-econômica dos governos neoliberais (comprometendo-se, de fato, a formulação de medidas mais profundas a respeito de mudanças estruturais), os governos populares e progressistas afirmaram, ainda que sob diversas formas e graus, a necessidade de implementação de agendas nacionais e sociais e desenvolvimento, em diálogo com as camadas populares da sociedade.

Assim, o desenvolvimento nesse contexto se deu, em grande medida, por uma mescla entre um modelo desenvolvimentista, guiado pelos Estados, ainda que fundamentado em uma economia neoliberal. Pode-se considerar que houve uma “gestão progressista” do neoliberalismo em prol de um desenvolvimento socialmente menos desigual.

No tocante à agenda social, a implementação sistemática de políticas públicas foi marcante em diversos países. Entende-se que a onda rosa trouxe consigo consideráveis avanços em indicadores sociais, importando em um balanço positivo do período nos países que atingiu (SILVA, 2015).

Tais indicadores apontam para uma redução significativa da pobreza e da indigência da população urbana, com ênfase em países como Argentina, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Além disso, a redução da desigualdade, de acordo com o Índice de Gini, apesar de mais lenta, foi quase constante em todos os países atingidos pela onda rosa (SILVA, 2015).

Por sua vez, no âmbito das relações internacionais, cabe destacar dois aspectos relevantes. Tais aspectos correspondem à adoção de políticas externas menos subservientes às potências hegemônicas e à continuidade e consolidação de processos voltados à integração latino-americana.

Conforme Fiori (2011, p. 30), “não é possível conceber uma integração internacional soberana que não questione e enfrente, de uma forma ou de outra, os consensos éticos e estratégicos das potências que controlam, naquele momento, o

núcleo central do poder mundial”. Em outros termos, a afirmação da soberania na periferia global perpassa, necessariamente, por uma articulação regional anti-imperialista.

No tocante aos processos de integração regional, o fortalecimento do Mercado Comum do Sul³⁶ (MERCOSUL) e a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) constituem dois importantes marcos do período. O MERCOSUL, originalmente instituído em 1991³⁷ e consolidado em 1994³⁸, passou a ter papel importante na integração sul-americana durante a onda rosa, especialmente na primeira década dos anos 2000. Cabe destacar que, “no decorrer de sua trajetória o bloco logrou avanços significativos, principalmente na esfera comercial, pois comparando-se o resultado do ano de 2007 com o início do processo de integração (1991), se verifica um crescimento do comércio intrabloco de 460%” (PAMPLONA, FONSECA, 2008, p. 20).

Para além de uma agenda econômica, ao longo do processo de integração sub-regional o MERCOSUL passou a contar também com uma agenda política. Esta pode ser verificada através do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL³⁹ (FOCEM) (criado em 2004 e em operação desde 2006), do Plano de Ação para o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL (2010) e do Plano Estratégico de Ação Social (2011) (MERCOSUL, 2019b).

Ademais, em 2008, a tendência política progressista que se propagou na América Latina possibilitou a criação da UNASUL que, para além dos aspectos econômicos abarcados, assumiu um viés político notável. Com a criação da UNASUL, a América do Sul estabeleceu um canal para articulação política e econômica, com

³⁶ O MERCOSUL é uma organização internacional de integração regional, caracterizada como uma união aduaneira imperfeita, de acordo com os critérios de classificação de Bela Balassa (1969). Há três aspectos que caracterizam uma união aduaneira no âmbito de uma organização regional: a) Preferência Tarifária Regional; b) livre comércio (inexistência de barreiras alfandegárias); c) adoção de Tarifa Externa Comum (TEC), através das quais produtos importados para o âmbito do bloco terão o mesmo valor de importação/exportação para todos os demais membros desse (ANDRADE, RIBEIRO, 2016). No caso do MERCOSUL, a caracterização do bloco como uma união aduaneira imperfeita decorre dos entraves ao livre comércio, além da quantidade excessiva de restrições às TEC, que “causaram um número significativo de tarifas de importação não uniformes” (AZEVEDO, MASSUQUETTI, 2019, p. 15) entre os membros do bloco.

³⁷ O MERCOSUL foi instituído por intermédio do Tratado de Assunção de 1991, assinado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Posteriormente, houve a adesão da Venezuela ao bloco, em 2012, apesar de o país se encontrar atualmente suspenso. A Bolívia, hoje considerada como Estado Associado, encontra-se em processo de adesão (MERCOSUL, 2019).

³⁸ O MERCOSUL passou a contar com sua estrutura orgânica e com personalidade jurídica de direito internacional a partir do Protocolo de Ouro Preto, de 1994 (BAPTISTA, 1996).

³⁹ Trata-se de um “mecanismo solidário de financiamento próprio dos países do MERCOSUL e tem por objetivo reduzir as assimetrias no bloco” (MERCOSUR, 2019, tradução nossa).

objetivos que incluíam desenvolvimento, autonomia regional (especialmente em relação aos EUA) e influência internacional (SANAHUJA, 2012).

Ainda, tratando-se da democracia nos países da região, o período da onda rosa pode ser considerado, de modo geral, como um momento no qual governos de esquerdas moderadas buscaram tornar a democracia liberal “mais democrática”. Contudo, a avaliação da democracia na região está sujeita a interpretações diversas, podendo partir, por exemplo, de perspectivas que privilegiam seus aspectos formais ou materiais.

Do ponto de vista formal, tem-se como fundamento o Índice de Democracia⁴⁰ (ID), criado em 2006 e publicado no formato de relatórios pela revista *The Economist*. O ID atribui pontuações (até dez) para mensurar a qualidade da democracia nos países, com base em 60 indicadores, agrupados em cinco categorias: a) processo eleitoral e pluralismo; b) liberdades civis; c) funcionamento do governo; d) participação política; e) cultura política. Em análise pautada pelo ID, D’Araujo e Ribeiro (2015) entendem que, no contexto da onda rosa, ocorreu um processo de democratização e de liberalização política na América Latina, apesar de persistir a desigualdade estrutural.

Do ponto de vista material, a onda rosa resultou, conforme exposto, na redução da pobreza e, mais timidamente, da desigualdade, mas também significou a implementação de agendas políticas alinhadas com as demandas por direitos humanos, igualdade racial, justiça de gênero, proteção ambiental e outras pautas progressistas em diversos países.

Por fim, sem desconsiderar os avanços sociais conquistados, alguns autores estabelecem um balanço crítico desse período, assumindo as limitações que se impunham diante de esquerdas predominantemente moderadas e reformistas. Nesse sentido, Silva (2015, p. 20) observa que “as novas esquerdas não superaram totalmente o legado neoliberal dos anos 1990”.

Em sentido semelhante, Luis Felipe Miguel (2019, p. 04, tradução nossa) aponta que, “na maioria das vezes, o intuito era aplicar políticas redistributivas ou compensatórias nos marcos do regime vigente e sem amenizar a reprodução do

⁴⁰ De acordo com a matriz teórica marxista adotada neste trabalho, entende-se que o ID expressa a adequação dos países ao modelo de democracia liberal e caracteriza-os a partir disso – com o predomínio de um enfoque formal das instituições e da sociedade. Embora reconhecidas as limitações de tal índice, ele serve como um indicador válido da adequação a esse modelo de democracia tornado hegemônico.

capital”. Por essa razão, o autor classifica tal projeto como “moderado e autocontido desde o princípio”.

Ainda, Mascaro (2018, p. 25) aponta que “o caso recente dos governos de esquerda da América Latina surgiu e foi dissolvido e destruído num período menor que duas décadas”. Tal observação permite compreender o caráter transitório dessa guinada não-radical à esquerda, que cedeu espaço, gradualmente, à onda conservadora, analisada na sequência.

2.2 A onda conservadora na América Latina desde 2009

O final da onda rosa é, gradualmente, marcado por golpes e por uma guinada neoliberal (ARAÚJO, PEREIRA, 2018; BALLESTRIN, 2018; MIGUEL, 2018; SILVA, 2018; SOLER, 2015), que constituem a onda conservadora, sobreposta temporalmente à anterior. Esta, em sentido contrário, representa a ascensão de chefes de Estado de direita e de extrema-direita na região desde 2009.

O entendimento de que há um processo de sobreposição da onda conservadora à onda rosa se fundamenta na percepção dinâmica e não linear que constituiu as tendências políticas regionais. Assim, ainda que a onda rosa tenha findado somente em 2016, a onda conservadora teve sua origem em 2009, ganhando contornos e aprofundando-se posteriormente.

Como marco inicial da onda conservadora, aponta-se para o golpe de Estado que destituiu Manuel Zelaya da Presidência de Honduras, em 2009. Isto, pois, tal golpe foi sucedido por uma série de outros em países da região. Nesse sentido, aponta-se os golpes que destituíram Fernando Lugo da Presidência do Paraguai (2012), Dilma Rousseff da Presidência do Brasil (2016), a tentativa de golpe contra o Presidente Nicolás Maduro da Venezuela (2019) e o golpe que resultou na renúncia de Evo Morales da Presidência da Bolívia (2019).

Acerca da onda conservadora, cabe mencionar que ela é antecedida pela crise financeira de 2007-2008, que acarretou impactos profundos em todo o globo. Nesse contexto, como tendência regional, constitui, conforme mencionado, uma guinada rumo ao neoliberalismo.

Ainda, para além da análise da onda conservadora nos países latino-americanos, importa situá-la dentro de uma tendência global. Essa tendência pode ser considerada, de acordo com diferentes entendimentos, como neofascismo

(BOITO, 2020) ou pós-fascismo (TRAVERSO, 2019). Para a presente análise, o fascismo contemporâneo consiste em um fenômeno global politicamente autoritário, socialmente opressor, economicamente neoliberal e culturalmente xenófobo.

Na última década, esse fenômeno é marcado por movimentos reacionários de massa como os que elegeram o Presidente Donald Trump nos EUA (2017-2021), que levaram a candidata Marine Le Penn ao segundo turno das eleições presidenciais na França (2017) e que sustentam partidos como o FPÖ na Áustria, o VlamsBelang na Bélgica e a Lega na Itália (LÖWY, 2019). Na América Latina, associa-se com alguns setores e movimentos bastante heterogêneos que apoiaram os referidos golpes e que, nas urnas, elegeram Chefes de Estado de extrema-direita, como Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal, PSL; depois Partido Liberal, PL) no Brasil.

À vista do exposto, nota-se que a onda conservadora é uma tendência política regional, inserida, por sua vez, dentro de uma tendência política global. Em síntese, a onda conservadora se associa ao neoliberalismo e seus resultados, bem como à ascensão da extrema-direita e de uma forma contemporânea de fascismo na América Latina.

Para o entendimento dos marcos institucionais da onda conservadora, a Tabela 3 apresenta a sequência de mandatos de Chefes de Estado em cada país entre os anos de 2009 e 2022, assim como aponta a orientação política tendencial desses mandatários. Embora centrada temporalmente no contexto da onda conservadora, ela foi formulada com base nos mesmos moldes da Tabela 2, que trata da onda rosa, cabendo assim retomar algumas das observações feitas anteriormente para a sua leitura.

Tabela 3 – Mandatos de Chefes de Estado (por país) durante a onda conservadora na América Latina e suas orientações políticas tendenciais (à direita ou à esquerda) no período entre 2009 e 2022

País	Linha do tempo															
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
Argentina	Cristina Kirchner			Cristina Kirchner				Mauricio Macri				Alberto Fernández				
Bolívia	Evo Morales		Evo Morales				Evo Morales				Jeanine Áñez	Luis Arce				
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva			Dilma Rousseff			Dilma Rousseff	Michel Temer		Jair Bolsonaro						
Chile	Michelle Bachelet	Sebastián Piñera				Michelle Bachelet			Sebastián Piñera					Gabriel Boric		
Colômbia	Álvaro Uribe Vélez	Juan Manuel Santos			Juan Manuel Santos				Iván Duque					Gustavo Petro		
Costa Rica	Óscar Arias Sánchez		Laura Chinchilla			Luis Guillermo Solís				Carlos Alvarado Quesada				Rodrigo Chaves		
Cuba	Raúl Castro								Miguel Díaz-Canel	Miguel Díaz-Canel						
El Salvador	Elías Antonio Saca	Maurício Funes				Salvador Sánchez Céren				Nayib Bukele						
Equador	Rafael Correa	Rafael Correa			Rafael Correa			Lenín Moreno				Guillermo Lasso				
Guatemala	Álvaro Colom				Otto Pérez Molina		Alejandro Maldonado	Jimmy Morales				Alejandro Giammattei				
Haiti	René Préval			Michel Martelly					E P	J p	Jovenel Moïse			C J	J L	Ariel Henry
Honduras	Manuel Zelaya	Roberto Micheletti	Porfirio Lobo Sosa			Juan Orlando Hernández				Juan Orlando Hernández				Xiomara Castro		
México	Felipe Calderón				Enrique Peña Nieto						Andrés Manuel López Obrador					
Nicarágua	Daniel Ortega			Daniel Ortega				Daniel Ortega				Daniel Ortega				

País	Linha do tempo													
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Panamá	Martín Torrijos	Ricardo Martinelli				Juan Carlos Varela				Laurentino Cortizo				
Paraguai	Fernando Lugo			Federico Franco	Horacio Cartes				Mario Abdo Benítez					
Peru	Alan García Pérez		Ollanta Humala			Pedro Pablo Kuczynski	Martín Vizcarra	Manuel Merino	Franciso Sagasti	Pedro Castillo	Dina Boluarte			
República Dominicana	Leonel Fernández			Danilo Medina			Danilo Medina			Luis Abinader				
Uruguai	Tabaré Vázquez	Pepe Mujica			Tabaré Vazquez				Luis Alberto Lacalle Pou					
Venezuela	Hugo Chávez			Hugo Chávez	Nicolás Maduro				Nicolás Maduro					
Siglas utilizadas: Haiti – EP (Evans Paul), JP (Jocelerme Privert), CJ (Claude Joseph), JL (Joseph Lambert).														

Legenda:

- Posicionamento político tendencial à direita (inclui centro-direita, direita e extrema-direita).
- Posicionamento político tendencial à esquerda (inclui centro-esquerda, esquerda e extrema-esquerda).

Fonte: elaboração própria.

Com base na Tabela 3, percebe-se que, entre 2009 e 2022, ocorreu uma ascensão tendencial de Chefes de Estado alinhados à direita na região latino-americana. Entende-se que tal fenômeno se deu de maneira gradativa e fez com que o progressismo da onda rosa fosse substituído pelo conservadorismo.

O alcance geográfico da onda conservadora pode ser visualizado na figura a seguir, elaborada a partir dos dados da Tabela 3. A Figura 2 classifica os países da região entre “atingidos” e “não atingidos” pela onda conservadora. Os países “atingidos” abrangem os seguintes casos: a) países nos quais Chefes de Estado posicionados à direita chegaram ao poder, após governos de esquerda; b) Chefes de Estado de direita se mantiveram no poder durante quase todo o período. Por sua vez, os países “não atingidos” são aqueles que não se enquadram em nenhuma das situações descritas acima.

Figura 2 – Países latino-americanos atingidos pela onda conservadora entre 2009 e 2022



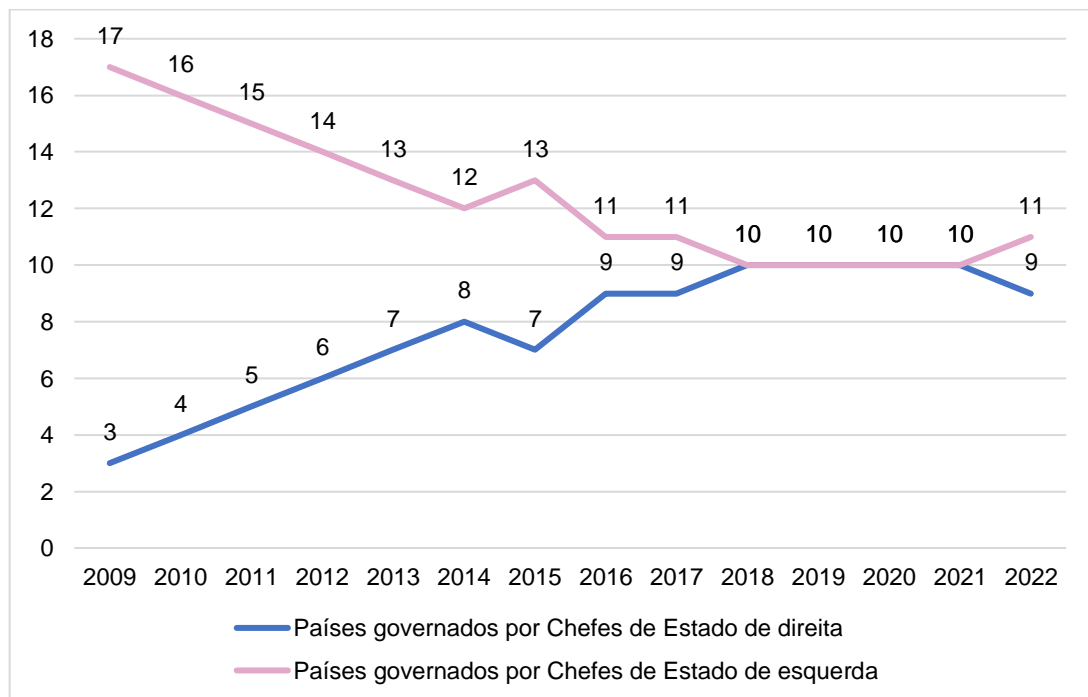
Fonte: elaboração própria.

À vista da Figura 2, observa-se que a onda conservadora teve um alcance geográfico significativo, observável pela quantidade de países atingidos (15), igual à onda rosa. Faz-se uma ressalva no sentido de que há países nos quais, apesar de não ter ocorrido a ascensão de chefes de Estado de direita ou de extrema-direita e,

por esse critério, constarem como não atingidos, na prática foram atingidos de outras formas. É o caso da Venezuela e da tentativa de golpe sofrida em 2019⁴¹.

Na sequência, o Gráfico 3 aponta para a quantidade de países latino-americanos governados por Chefes de Estado de direita e de esquerda entre 2009 e 2022. Para a leitura do gráfico, cumpre mencionar que: a) os dados foram extraídos da Tabela 3 e sistematizados; b) o período de referência para a coleta dos dados corresponde ao início de cada ano abrangido; c) precisamente, o marco inicial da onda conservadora está próximo da metade de 2009 (no mês de junho) e o período máximo desta análise corresponde ao final do ano de 2022.

Gráfico 3 – Países latino-americanos governados por Chefes de Estado de direita e de esquerda durante a onda conservadora, entre 2009 e 2022



Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 3 aponta para o aumento do número de “países governados por Chefes de Estado de direita” (PGCED) e, conseqüentemente, para a diminuição de “países governados por Chefes de Estado de esquerda” (PGCEE) na América Latina, entre 2009 e 2022. Algumas observações acerca dele, incluem:

a) Entre 2009 e 2014, houve um aumento linear no número de PGCED;

⁴¹ Para uma análise aprofundada da tentativa de golpe na Venezuela em 2019, consultar: PAZELLO, SOARES, 2019.

b) Em 2016, ano que marca o fim da onda rosa, o número de PGCED era o triplo daquele observado em 2009, quando do início da onda conservadora.

c) Entre 2018 e 2021, metade dos Chefes de Estado na América Latina pertenciam ao espectro político da direita e metade da esquerda.

d) A quantidade de PGCED em um mesmo ano durante a onda conservadora (10) é significativamente menor do que o registrado em relação aos PGCEE durante a onda rosa (17), conforme o Gráfico 2;

Na sequência, propõe-se, para o entendimento da onda conservadora, uma breve análise pautada pelos mesmos cinco eixos utilizados anteriormente para a compreensão da onda rosa. Foram eles: a) papel dos Estados; b) desenvolvimento nacional; c) agenda social; d) relações internacionais; e) democracia.

Essas tendências afetam, diretamente, as políticas internas e externa da maior parte dos países latino-americanos. Da onda rosa à onda conservadora, modelos progressistas cederam espaço às diretrizes neoliberais, que envolvem ajustes fiscais, privatizações e maior abertura ao capital estrangeiro.

Primeiramente, acerca do papel dos Estados, destaca-se que o Estado neoliberal, referido por Granato (2021), ampliou-se e assumiu integralmente a sua designação. Nessa senda, observa-se o processo de aprofundamento na caracterização de Estados mínimos para as políticas sociais e máximos para a reprodução do capital.

Por seu turno, a questão do desenvolvimento nacional esteve, em diversos países, contida pelas diretrizes político-econômicas neoliberais. Além disso, diferentemente do ocorrido sob a onda rosa, a qual contou com expressivos investimentos públicos, a onda conservadora é marcada por políticas de austeridade fiscal.

O caso de Honduras é exemplificativo dessa guinada neoliberal. O golpe militar ocorrido em 2009 foi contra a inclusão de setores subalternos nas estruturas de decisão política pelo governo de Manuel Zelaya. Assim, ocorreu em resposta ao que foi considerado como uma ruptura no processo de “transição democrática” no país, pois a democracia estava condicionada à implementação de uma agenda neoliberal (PADILLA; ARAYA, 2019).

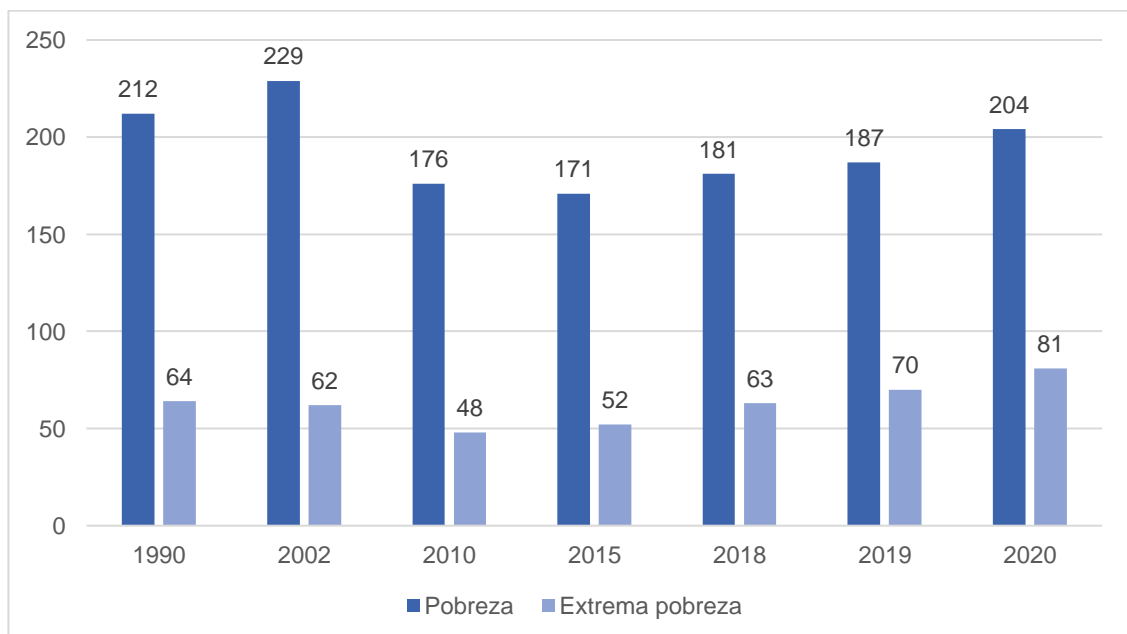
Também, o contexto brasileiro após o golpe de 2016 é ilustrativo dessa guinada. Mascaro (2022, p. 875) entende tal golpe como uma “contrapartida necessária para o liberalismo econômico, jurídico e político”, que propiciou a

“atualização e a modernização inexoráveis para que a exploração e o domínio se mantenham nas mãos das mesmas classes e grupos”.

O golpe de 2016 no país evidenciou uma estratégia para a imposição de uma política de austeridade fiscal a longo prazo. Isto, pois, no governo de Michel Temer (2016-2018), aprovou-se como Emenda à Constituição (EC n. 95/2016) uma regra fiscal que impôs um teto de gastos ao poder público, limitando o crescimento das despesas do governo pelo período de 20 anos. Ademais, sob o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), aprofundou-se a agenda neoliberal, especialmente representada pelo então Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ainda, acerca da agenda social, que durante a onda rosa foi marcada pela implementação sistemática de políticas públicas em diversos países, retrocedeu em suas conquistas, em decorrência das referidas medidas de austeridade fiscal. O Gráfico 4 corrobora o exposto sobre a diminuição da pobreza e da extrema pobreza na América Latina durante a onda rosa e, ao mesmo tempo, adverte para a reversão desses avanços sob a onda conservadora:

Gráfico 4 – Pobreza e extrema pobreza na América Latina (18 países⁴²) entre 1990 e 2020 (em milhões de pessoas)



Fonte: adaptado da CEPAL, 2021.

⁴² A amostra estatística é composta países pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Conforme se verifica no Gráfico 4, o número de pessoas em situação de pobreza na América Latina aumentou de 2015 a 2020, totalizando um acréscimo de 33 milhões nessa faixa. Por seu turno, nota-se que, de 2010 a 2020, a extrema pobreza também tem aumentado, tendo sido incluídas, igualmente, 33 milhões de pessoas nesse estrato.

No que se refere às relações internacionais, observa-se, em sentido oposto à onda rosa, uma maior subserviência diante das potências hegemônicas, sobretudo os EUA, além de rupturas significativas nos processos de integração regional. Essa subserviência em contextos recentes é apontada por autores, por exemplo, nos casos argentino (MORGENFELD, 2017), brasileiro (BAPTISTA JÚNIOR, 2019), chileno e mexicano (CANO, 2015), entre outros.

A onda conservadora marca um período de ruptura na integração latino-americana, que acompanha a agudização da ofensiva neoliberal. Nesse sentido, representantes de 08 países sul-americanos assinaram, no dia 22 de março de 2019, um documento com a proposta para a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL). Trata-se de um fórum de desenvolvimento regional pensado para substituir a UNASUL. Na ocasião, o então Presidente chileno, Sebastián Piñera defendeu que o PROSUL seria “um fórum sem ideologias” (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Se, por um lado, a onda rosa consistiu em um período de fortalecimento da integração latino-americana, a onda conservadora evidenciou “as dificuldades para uma integração contínua (sem interrupções recorrentes) e coerente (com um planejamento estratégico de longo prazo)” (DE DAVID; SILVA, 2020, p. 498).

Acerca da questão democrática, tem-se que a onda conservadora traz consigo um panorama de reversão dos avanços democráticos alcançados durante a onda rosa. Considerando-se o Índice de Democracia já abordado, até mesmo os marcos que avaliam a qualidade da democracia formal permitem afirmar que a onda conservadora representou um processo de desdemocratização na região. Nesse sentido, o relatório de 2021 aponta que a América Latina “registrou o maior retrocesso democrático de qualquer região desde o lançamento do Índice de Democracia, com sua pontuação média regional caindo de 6.37 em 2006 para 5.83 em 2021” (ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2021, tradução nossa).

No caso brasileiro, Alysson Mascaro (2022) considera que o contexto que sucedeu o golpe de 2016 não deve ser tomado como a ruptura de uma ordem democrática e constitucional permanente. Antes disso, trata-se da continuidade do

padrão estabelecido desde 1964, com a Ditadura Civil-Militar no país, o qual foi, em termos, interrompido pelo processo de redemocratização.

Aplicando tal concepção para a análise de outros países latino-americanos, em termos amplos, a democratização sob a onda rosa poderia ser encarada como uma exceção ao padrão que as ditaduras da segunda metade do século XX estabeleceram. Sendo assim, a onda conservadora teria restabelecido uma ordem antidemocrática que apresenta caráter estrutural.

Por fim, cabe mencionar que a onda conservadora talvez tenha encontrado seu fim em 2022 ou, pelo menos, sofrido um forte revés. Especialmente após a vitória de Lula para a Presidência do Brasil em 2022 e de sua posse no início de 2023, ganhou repercussão midiática a ideia de que uma “nova onda rosa” estaria se constituindo. Apesar de haver fundamentos políticos que amparam tal projeção, entende-se que ainda é cedo para se declarar, oficialmente, o fim da onda conservadora e/ou o início de uma nova onda rosa.

3. A RECONFIGURAÇÃO DO IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA DURANTE O SÉCULO XXI

Ao longo do século XXI, acompanhando as transformações do capitalismo global iniciadas na década de 1970, com o pós-fordismo, e as tendências políticas recentes na América Latina, o imperialismo na região passou por reconfigurações. As transformações que impactaram a dinâmica do imperialismo envolvem, entre outros aspectos, o aprofundamento de formas específicas de exploração econômica sob o regime de acumulação pós-fordista (HARVEY, 2008; HARVEY, 2014) e novos meios de dominação extraeconômica da periferia global (WOOD, 2014).

Portanto, neste capítulo, a teorização contemporânea acerca do imperialismo será empregada diante do contexto concreto da América Latina durante o século XXI, marcado pelas tendências políticas analisadas. Isso se dará, em ordem, conforme a divisão estabelecida entre mecanismos extraeconômicos e econômicos da dominação imperialista.

Após, será abordado o processo de rearticulação entre esses mecanismos. Isso significa compreender de que forma eles, uma vez reconfigurados, passaram a se relacionar e a compor a dinâmica imperialista na região.

3.1 A reconfiguração dos mecanismos extraeconômicos de dominação

O imperialismo sempre contou com mecanismos extraeconômicos de dominação. Exemplos disso, na segunda metade do século XX, incluem o estabelecimento de ditaduras na América Latina e a implementação de políticas macroeconômicas neoliberais em países da região, sobretudo na década de 1990.

No primeiro exemplo, destaca-se que os EUA desempenharam um importante papel no estabelecimento desses regimes ditatoriais, por intermédio da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Conforme aponta Padrós (2009), os preceitos da DSN envolviam a) o enfrentamento a um suposto comunismo em escalada; b) a substituição da figura do “inimigo externo” para a do “inimigo interno” no âmbito dos Estados; c) o alinhamento econômico a um novo modelo de desenvolvimento. Em um contexto marcado pela Guerra Fria, tais ditaduras asseguraram um expressivo alinhamento político de países latino-americanos às diretrizes emanadas por Washington.

Ademais, ainda no século XX, o segundo exemplo corresponde ao modelo neoliberal largamente implementado na região, sob impacto do Consenso de Washington. Nesse sentido, Leonardo Granato (2021) chama a atenção para os governos de Salinas de Gortari (México), Menem (Argentina), Pérez (Venezuela), Gavira (Colômbia), Fujimori (Peru), Collor e Cardoso (Brasil), que representaram uma ascensão do neoliberalismo. Acerca de seus efeitos, o autor refere que:

Em diferentes medidas, a depender do país, realizaram-se mudanças estruturais que reforçaram, de forma global, a subordinação do Estado latino-americano ao capital transnacional, assim como a impossibilidade de formular um projeto autônomo e soberano de inserção e participação no sistema interestatal capitalista (GRANATO, 2021, p. 112).

Por sua vez, ao tratar da reconfiguração dos mecanismos extraeconômicos do imperialismo no século XXI, atenta-se para um novo padrão, que emergiu durante a transição da onda rosa para a onda conservadora. Tal padrão, ainda associado ao neoliberalismo, se diferencia dos anteriores pela ocorrência das chamadas “guerras híbridas” – conceito central para o seu entendimento.

A guerra híbrida⁴³ corresponde a uma guerra indireta, que ocasiona a desestabilização política de países por meio de táticas variadas, não-convencionais, e visa a mudança de seus governos (KORYBKO, 2018). Tais guerras envolvem uma instrumentalização direta dos mecanismos políticos, militares e jurídicos do imperialismo trazidos por Ellen Wood (2014). Essa instrumentalização abrange a cooptação de movimentos de massa, ciberguerras, lawfare e, em última instância, faz uso do poderio militar (KORYBKO, 2018).

Essa conceituação teve inspiração nas manifestações da Primavera Árabe, que ocorreram a partir de 2010 no Oriente Médio e no norte da África e objetivaram, sobretudo, a “mudança de regime” (VISENTINI, 2012). Embora tais manifestações tenham parecido, na análise da mídia hegemônica, uma busca por democracia, foram,

⁴³ O emprego do conceito de “guerra híbrida”, popularizado no meio acadêmico a partir da publicação de Andrew Korybko (2018), tem sido alvo de controvérsias. Em análise crítica da obra de Korybko, Santos et al. (2021, p. 218), entendem que, por um lado, ela “tem por mérito sistematizar os conceitos (ainda que com falhas) e apresentar uma abordagem original sobre o tema”. Por outro, afirmam que “alguns desses conceitos não são aprofundados de maneira satisfatória, e parte de suas afirmações não são adequadamente comprovadas”. À vista disso, diversos pesquisadores (FRIEITAS, 2019; MENDES, 2022; PENIDO, STÉDILE, 2021) têm se dedicado ao refinamento desse conceito que, junto de teorias críticas, apresenta potencial para explicar a realidade concreta.

em verdade, “fronts em uma guerra de classe sob as condições do capitalismo comunicativo global” (DEAN, 2021, p. 116).

Além disso, destaca-se que tais protestos tiveram intensa mobilização popular e obtiveram o apoio declarado de diversas nações, como os EUA. Como exemplo, cita-se o fato de que a OTPOR – organização de origem sérvia e atuante não só na Primavera Árabe, mas em diversas outras manifestações – distribuíra para alguns ativistas o livro “Dictatorship to democracy: a conceptual framework for liberation”, escrito pelo estadunidense Gene Sharp com a colaboração de Robert Helvey, ex-coronel do Exército dos Estados Unidos. A intervenção americana tornou-se ainda mais nítida quando a plataforma Voice of America – a qual era financiada pela CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA) e, após, pelo governo federal – divulgou, em forma de notícia, a influência do texto de Sharp nas manifestações da Primavera Árabe (KORYBKO, 2018).

Essa influência se deu, para além de meios convencionais e da utilização da mídia tradicional, no campo das redes sociais:

As Forças Armadas dos EUA e as empresas privadas de tecnologia (no estudo de caso específico do livro, o Facebook) uniram forças para potencializar o efeito da guerra social em rede no século XXI. O objetivo é criar uma mente de colmeia de incontáveis indivíduos que dedicam-se na cruzada contra o governo e tornam-se “uma só mente”. A colmeia pode ser então manipulada para investidas táticas em enxame que são a manifestação da teoria do caos armatizada e contra as quais é extremamente difícil para as autoridades se preparar e repeli-las (KORYBKO, 2018, p. 72).

Partindo dessa noção da interferência dos Estados Unidos na Primavera Árabe, o conceito de guerra híbrida surge para caracterizar as mais recentes ações (principalmente estadunidenses) que visam desestabilizar governos, em especial potências euroasiáticas. Salienta-se que essas novas táticas são menos instáveis (em termos políticos), geram menor gasto militar e podem ser divididas em: a) revoluções coloridas; b) guerras não-convencionais.

A primeira etapa objetiva a mudança de regime nos países que não se alinham à potência, utilizando, assim, táticas não violentas de ação política, como a manipulação para a ocorrência de mobilizações populares (MENDES, 2022). Nesse viés, destaca-se que a revolução colorida usa de forma intensa as redes sociais e gera uma violência contra as autoridades do país, sendo, portanto, um caos administrado; fato esse ocorrido na Primavera Árabe (FREITAS, 2019, p. 68).

Embora seu objetivo seja a queda do governo, as táticas das revoluções coloridas não devem ser tão restritivas, para que não haja um afastamento de novos simpatizantes. Desse modo, mobilizam-se pautas como: democracia, liberdade ou combate à corrupção (STÉDILE, 2020).

Em contrapartida, a segunda etapa ocorre, normalmente, quando a primeira não surte o efeito desejado. Desse modo, entende-se como um golpe rígido, o qual se dá por meio de uma violência generalizada (organizada por forças não regulares) contra a nação como um todo. Diferentemente das revoluções coloridas, as guerras não-convencionais, apesar de possuírem grande apoio e organização na virtualidade, ocorrem em redes físicas (KORYBKO, 2018, p. 97).

Além disso, retomando as bases sobre as quais se ergue a teorização em torno da Guerra Híbrida, tem-se o conceito de “Guerras de 4ª Geração”, inicialmente formulado por pensadores militares estadunidenses no final dos anos 1980. Entre esses, destaca-se William Lind, que se tornaria um dos principais teóricos da extrema-direita nos EUA.

Lind (2015), considerando as constatações do estrategista estadunidense John Boyd, aponta a existência de três níveis clássicos da guerra, correspondentes ao estratégico, operacional e tático. Estes são acrescidos por outros três níveis nas Guerras de 4ª Geração, notadamente, físico, mental e moral. Para eles, o nível físico seria o menos efetivo, enquanto o nível moral seria o mais poderoso.

Ademais, relacionando as Guerras Híbridas às Guerras de 4ª Geração, Santos et al. (2021, p. 202) apontam que:

O que Korybko observou foi, em verdade, uma mudança substancial na própria concepção da guerra: o fim da distinção entre civis e militares, em um processo similar ao que William Lind designou como “guerras de quarta geração”, ou seja, a intensificação da atuação “na guerra” por parte de atores desvinculados do Estado, especialmente no âmbito das campanhas de informação e desinformação direcionadas contra governos contra-hegemônicos por parte de seus próprios cidadãos.

Assim, convém chamar a atenção para o papel desempenhado pelos cidadãos nas Guerras Híbridas, na medida em que são atores centrais e cujas manifestações são usualmente consideradas espontâneas. Contudo, se, por um lado, os cidadãos são sujeitos ativos nesse processo, por outro são também sujeitos passivos, suscetíveis à manipulação midiática, que frequentemente se vale de suas frustrações, medos e indignações e as utiliza como arma política.

Em síntese ao exposto, entende-se que o imperialismo contemporâneo se associa com novas estratégias no tabuleiro geopolítico global, dentro das quais a guerra híbrida se apresenta como guerra contemporânea marcada por características como fluidez, descentralização e assimetrias (RODRIGUES, 2020). Em suma, a guerra híbrida consiste em um novo meio de desestabilização política e substituição de governos.

Embora Korybko (2018) aplique essa modalidade de guerra somente no que tange às potências euroasiáticas, o presente trabalho se propõe a aplicá-la em um cenário específico, como a América Latina. Afinal, a união de estratégias regulares e irregulares em um conflito, com o objetivo de desestabilizar nações não alinhadas ao centro global, foi utilizada também na região.

Na sequência, retoma-se brevemente os casos dos golpes ocorridos em países latino-americanos durante a onda conservadora. O objetivo é verificar a incidência de elementos que possibilitem aproximá-los ou enquadrá-los no contexto de guerras híbridas. Nesse sentido, serão analisadas questões como movimentos de massa, lawfare, ciberguerras e interferência externa.

Conforme mencionado anteriormente, o golpe ocorrido em Honduras, no ano de 2009, deu início à sequência de golpes que marcam a onda conservadora. É caracterizado pela intervenção direta dos militares, associada à atuação do Poder Judiciário (que respaldou a prisão do então Presidente em decisão secreta) e Legislativo (por meio de um julgamento político sumário) (SILVA, 2018).

Tal golpe jurídico-parlamentar é típico de uma guerra híbrida, pela instrumentalização do aparato legal associado a setores do Poder Legislativo. Cabe mencionar, ainda, que nesse caso não há indicativos claros de que os meios digitais tenham assumido um papel importante em uma estratégia de desestabilização política.

Por sua vez, no Paraguai, a guerra híbrida ocorreu por meio de um processo de *impeachment*, que teve como estopim o Massacre de Curuguaty — conflito agrário que ensejou a morte de 11 “sem terras” e seis policiais. Afinal, diante do fato, o presidente instaurou uma comissão especial para investigar o ocorrido, mas, logo em seguida, foi apresentada uma proposta de *impeachment*, que o acusava por “mau desempenho de suas funções” (SZWAKO, 2014).

Vale ressaltar que, além de um processo extremamente rápido, o direito ao contraditório de Lugo foi cerceado pela Suprema Corte do País, uma vez que o

presidente teve somente 24 horas para preparar sua defesa (DÍAZ, TOVAR, 2014). Ademais, após o Senado aprovar o afastamento de Lugo, o cargo foi assumido por seu vice, Frederico Franco, de centro-direita. Já no ano seguinte, o Partido Colorado reassumiu o poder. Assim como em Honduras, constatou-se, atinente aos meios digitais, que esses não foram operacionalizados centralmente como tática de guerra híbrida.

No Brasil, a gênese do golpe remete a 2013, quando ocorreram as chamadas “jornadas de junho”, nas quais cidadãos ocuparam as ruas do país para protestar, inicialmente, contra o aumento da tarifa de ônibus, sobretudo, na cidade de São Paulo. A Figura 3 expõe manifestantes segurando um cartaz grande com a frase “se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”, além de cartazes menores indicando que “3,20 [reais] é um roubo”.

Figura 3 – Protesto ocorrido na cidade de São Paulo (Brasil), no dia 7 de junho de 2013, com pautas do Movimento Passe Livre (MPL)



Fonte: adaptado de MISITI, 2013.

Após conseguirem o cancelamento do reajuste, as manifestações passaram a versar sobre outras causas, tendo como uma das principais pautas a corrupção (SOUZA; SIMIONI, 2022). A partir disso, é importante ressaltar que os protestos foram organizados pelas redes sociais (principalmente pelo Facebook) e, ainda, utilizavam o slogan de “manifestações apartidárias”, enquanto, na realidade, passaram a se associar aos interesses de uma elite conservadora (STÉDILE, 2020).

Em 2014, o país presenciou o início da Operação Lava Jato que, na teoria,

caracterizava-se por investigar a corrupção e a lavagem de dinheiro nas instituições políticas. Contudo, serviu como ferramenta manipuladora do clamor popular, fazendo com que, em 2015, surgisse uma série de manifestações organizadas pelo grupo “Vem pra Rua”, que se apresentava discursivamente como um movimento representativo de todos os brasileiros indignados com o governo de Dilma Rousseff.

A Figura 4 expõe manifestantes segurando um cartaz com os dizeres “corrupção não” em frente ao Congresso Nacional em 2015. De acordo com o Departamento Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal, “ao menos 45 mil pessoas atenderam às convocações feitas nas redes sociais para o protesto contra o governo” (AGÊNCIA SENADO, 2015).

Figura 4 – Manifestantes tomam gramado em frente ao Congresso Nacional e protestam pelo fim da corrupção no Brasil, em 15 de março de 2015



Fonte: PEREIRA, 2015.

As manifestações organizadas pelo “Vem pra Rua” se declaravam “contra a falta de ética e as mentiras que são contadas diariamente a todos nós, contra os políticos corruptos (...)” (VEM PRA RUA, 2023). Percebe-se, nesse aspecto, uma evidente característica da guerra híbrida: o protesto aparentemente pacífico e contra causas generalizadas. Além disso, destaca-se que os organizadores dos atos utilizavam uma linguagem bastante informal e descontraída nas redes sociais, bem como imagens de cunho provocativo, fazendo com que a população se sentisse

estimulada a participar das ações. Verifica-se, nesse prisma, que se iniciava uma revolução colorida, na qual o cidadão era o principal sujeito ativo do golpe.

Por sua vez, na Bolívia, quando da instauração dos questionamentos acerca dos resultados eleitorais, em 2019, tomaram forma manifestações violentas, que se diziam em defesa da “liberdade”, as quais foram realizadas e propagadas por intermédio das redes sociais (PENIDO, STÉDILE, 2021). Além disso, policiais e militares se uniram como forças paramilitares, atacando familiares de agentes do governo e demais movimentos.

Na cidade de Vinto, a escalada da violência atingiu proporções significativas. Conforme se observa na Figura 5, a Prefeitura Municipal foi incendiada na ocasião:

Figura 5 – Manifestantes golpistas incendeiam a Prefeitura Municipal de Vinto, na Bolívia, em 06 de novembro de 2019



Fonte: EPA, BBC NEWS BRASIL, 2019.

Na mesma ocasião, Patricia Arce Guzmán (MAS), Prefeita da cidade de Vinto à época, foi agredida por opositores políticos. As imagens de sua agressão ganharam significativa repercussão (Figura 6):

Figura 6 – Patricia Arce Guzmán (MAS), prefeita de Vinto (Bolívia), sofre agressões de opositores golpistas no dia 06 de novembro de 2019



Fonte: BRASIL DE FATO, 2019.

Ressalta-se, nesse viés, que as forças regulares não agiram para combater tais atos, sendo, portanto, coniventes, mesmo que de forma tácita, ao golpe (PENIDO, STÉDILE, 2021). Além disso, o caso da Bolívia possibilita um aprofundamento acerca da ciberguerra, com ênfase nas *fake news*.

A operacionalização de *fake news* no contexto do golpe na Bolívia pode ser indicada, por exemplo, através de um levantamento de dados recente, realizado através da plataforma “Bolívia Verifica” (SILVA, ANVERSA, DE DAVID, 2021). Tal plataforma é responsável por verificar, de maneira independente e sem fins lucrativos, a veracidade/falsidade de notícias e de discursos que apresentam repercussão social no país (BOLÍVIA VERIFICA, 2022).

Os dados analisados, correspondentes ao período de 1º de setembro a 10 de outubro de 2019⁴⁴, abrangem 108 publicações da plataforma, das quais 71 foram verificadas como *fake news*, por conterem informações falsas ou enganosas, enquanto 36 foram verificadas como verdadeiras e 1 não verificada.

A partir disso, as *fake news* (amostra de interesse) foram divididas entre aquelas que apresentaram (categoria 1) e aquelas que não apresentaram (categoria

⁴⁴ A data inicial remete ao mês de ocorrência das eleições no país, enquanto a data final corresponde à renúncia do então Presidente Evo Morales.

2) potencial prejuízo à eleição e ao governo de Evo Morales e estímulo ao golpe na Bolívia. A categoria 1 conta com 37 *fake news*, enquanto a categoria 2 conta com 34.

Ao fim, tal análise concluiu que “um conjunto de *fake news* apresentou potencial prejuízo à eleição e ao governo de Evo Morales e estímulo ao golpe na Bolívia” (SILVA, ANVERSA, DE DAVID, 2021, p. 13). Ainda, pela análise do conteúdo dessas, entende-se que houve uma “manipulação política da população boliviana, realizada, sobretudo, por meio da incitação ao julgamento moral” (SILVA, ANVERSA, DE DAVID, 2021, p. 13).

Ademais, acerca da influência externa nos casos mencionados, embora seja difícil apreendê-la em sua totalidade, pois nem sempre decorre de atos públicos e anunciados, cabem algumas considerações.

No caso paraguaio, uma interferência estadunidense está associada a documentos divulgados pela organização “WikiLeaks”. Tal organização publicou documentos confidenciais da Embaixada dos Estados Unidos no Paraguai (datados de 2009), os quais retratavam que Fernando Lugo seria deposto por um golpe parlamentar (como, de fato, ocorreu em 2012).

No caso brasileiro, a Operação Lava-Jato não atendeu apenas aos interesses da elite brasileira, mas também de potências externas⁴⁵. Como exemplo, Kanaan (2018) dispõe que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, provavelmente por meio da Agência Nacional de Segurança (NSA), foi o responsável por fornecer as informações pioneiras acerca da corrupção na Petrobras, bem como da sua relação com as empresas líderes da construção civil do Brasil. Destaca-se que essa desestabilização beneficiava os EUA, uma vez que, dentre diversos fatores: possibilitava que a exploração do pré-sal fosse aberta a potências externas, aumentava a venda de ferramentas para a referida exploração por empresas estrangeiras (tal qual a estadunidense Halliburton) e desestruturava o engajamento brasileiro nos arranjos estabelecidos pelo BRICS (JABBOUR, PINTO, DANTAS, 2022).

No caso boliviano, a influência externa é perceptível pela instrumentalização estadunidense da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na ocasião, a OEA

⁴⁵ Em matéria publicada no jornal francês *Le Monde*, Gaspard Estrada e Nicolas Bourcier (2021) denunciam, com base em um conjunto de evidências, o envolvimento dos EUA na Operação Lava Jato e como esta serviu como forma de atender aos seus interesses estratégicos.

apontou para a ocorrência de fraude nas eleições nacionais, que culminou na renúncia de Evo Morales e na posse da autoproclamada Presidenta Jeanine Áñez em 2019.

Ainda, no caso da tentativa de golpe na Venezuela, a influência dos EUA é perceptível, por exemplo, pelo rápido reconhecimento dado a Juan Guaidó (opositor de Nicolás Maduro), autoproclamado Presidente da Venezuela em 2019 (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2019). Soma-se a isso a pressão exercida para que houvesse seu reconhecimento internacional, através do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (REUTERS, 2019).

À vista do exposto, tem-se que tais golpes resultaram na substituição de governos de esquerda por governos de direita. Isso, somado à vitória eleitoral da direita nas urnas, favoreceu uma nova ascensão neoliberal na América Latina durante a onda conservadora. Assim, entende-se que o neoliberalismo permanece como elemento constitutivo dos mecanismos extraeconômicos do imperialismo na região durante o século XXI. A inovação reside no processo dinâmico de desestabilização política que possibilitou uma nova guinada neoliberal.

Em suma, analisando-se os quatro países elencados, concluiu-se que a Guerra Híbrida é um modelo de desestabilização política, econômica e social, cujas técnicas têm sido ampliadas e aprimoradas. Enquanto em Honduras (2009) e no Paraguai (2012) a influência das redes sociais era baixa, entende-se que o mesmo não pode ser dito em relação ao Brasil (2016) e à Bolívia (2019). Em ambos os casos, a instrumentalização dos meios digitais ocorreu, principalmente, por meio de campanhas de desinformação e manipulação. No Brasil, tem-se como exemplo aquelas lideradas pelo “Vem pra Rua”, que mobilizaram movimentos não espontâneos de massa; já na Bolívia, cabe destacar o papel central ocupado pela disseminação de *fake news*, conforme analisado. Ademais, verificou-se que, apesar das peculiaridades de cada caso, todos são enquadrados no conceito de guerra híbrida, uma vez que foram golpes que mesclaram diferentes táticas de combate, possuindo como objetivo a desestabilização de países e o seu realinhamento político às diretrizes do centro global.

Por fim, cabe referir que “o golpe não é a negação da política estatal, mas uma de suas formas de resolução de crise e de câmbio de forças sociais” (MASCARO, 2018, p. 89). Nesse sentido, os golpes ressaltam a centralidade da ordem pluriestatal teorizada por Wood (2014), na qual os conflitos capitalistas se manifestam no âmbito interno dos Estados, mas também em suas relações externas.

Ainda, tendo sido a contribuição de Wood (2014) fundamental para se pensar o aspecto extraeconômico que permeia a dinâmica imperialista, o desenvolvimento teórico em torno das guerras híbridas vem a se somar a essa, ao acrescentar elementos para uma análise conjuntural concreta. Análise esta que reforça os meios políticos, militares e jurídicos da dominação imperialista, mencionados pela autora.

À vista do exposto, tem-se que a reconfiguração dos mecanismos extraeconômicos do imperialismo é caracterizada, especialmente, pelas guerras híbridas e pela reimplementação em larga escala de políticas macroeconômicas neoliberais. Nesse sentido, as guerras híbridas foram responsáveis pela desestabilização política de países e conduziram a golpes de Estado, que substituíram governos e, com isso, promoveram uma nova guinada neoliberal, acompanhada de um realinhamento político dos países da região ao centro global, especialmente aos EUA.

3.2 A reconfiguração dos mecanismos econômicos de dominação

Compreender a reconfiguração dos mecanismos econômicos que constituem o imperialismo contemporâneo na América Latina demanda uma análise aprofundada dos processos de acumulação capitalista na região. Essa acumulação, marcada desde a década de 1970 pelo regime pós-fordista, pode ser entendida a partir de três modalidades complementares: a) acumulação financeirizada; b) acumulação flexível; c) acumulação por espoliação (conforme Quadro 3).

Quadro 3 – Complexo de acumulação do capitalismo global

Acumulação capitalista		
Acumulação <i>financeirizada</i>	Acumulação <i>flexível</i>	Acumulação <i>por espoliação</i>

Fonte: elaboração própria com base em ALVES, 2009.

A divisão estabelecida dentro desse complexo de acumulação do capitalismo global permite que se aponte, separadamente, para diferentes componentes da dinâmica imperialista. Apesar disso, cabe destacar que a apreensão do imperialismo contemporâneo, em sua totalidade, envolve uma indissociabilidade dessas modalidades de acumulação.

Na sequência, tais modalidades de acumulação serão abordadas, seguindo a ordem disposta no Quadro 3. A última (acumulação por espoliação), conforme já referido, ocupa lugar de destaque na teorização de Harvey (2014) sobre o imperialismo contemporâneo.

Primeiramente, acerca da acumulação financeirizada, esta decorre de um “intenso processo de financeirização da economia, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica especulativa predominante sobre a lógica produtiva” (AMARAL DUARTE, 2010, p. 124). Acerca disso, Leda Paulani (2016) chama a atenção para o rentismo, que se configura pela reprodução do capital com base em imperativos de propriedade ao invés de produção.

Nesse sentido, Paulo Nakatani (2006, p. 14) assinala que “uma parte desse capital transita pela esfera produtiva, mas a maior parte dele se reproduz de forma puramente fictícia, nas bolsas de valores, nas bolsas de mercadorias e no mercado de títulos públicos”. Ainda, o autor destaca o papel das ações, dos derivativos e da dívida pública como instrumentos centrais dessa valorização fictícia.

No capitalismo contemporâneo, a criação do sistema de crédito se relaciona com um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que visam a reprodução do capital descolada da esfera produtiva (NAKATANI, 2006). Nesse sentido, destacam-se organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, determinantes para a inserção do conjunto de Estados, do centro e da periferia global, dentro da lógica da acumulação financeirizada e de um sistema internacional de crédito.

Acerca do assunto, Nakatani (2006, p. 14) dispõe que:

Nos países subdesenvolvidos, a constituição desse sistema de crédito permite a integração financeira ao sistema mundial e funciona como uma plataforma de transferência de mais-valia para o centro do imperialismo, os Estados Unidos e seus associados, comandado e orquestrado pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Em consideração a esse contexto, François Chesnais (2016, p. 65, tradução nossa) aponta que “programas de ajustes estruturais foram decididos pelo Banco Mundial e pelo FMI, recriando ou acentuando a dependência externa neoimperialista”. Um caso exemplificativo disso ocorreu na Argentina durante a onda conservadora. O

governo de Mauricio Macri firmou, em 2018, um Stand-By Arrangement⁴⁶ com o FMI, através do qual este concedeu um empréstimo de 50 bilhões de dólares ao país (IMF, 2018).

Amparado por um conjunto de dados estatísticos sobre pobreza e indigência na Argentina, Claudio Lozano (2019, p. 10) aponta que “as condições de vida da população encontram-se num processo de deterioração desde o início da crise cambial em abril de 2018, aprofundando-se desde então no contexto da vigência do acordo com o FMI”. À vista desse cenário, os últimos dois anos do governo Macri, 2018 e 2019, foram marcados por manifestações de oposição que tinham como uma de suas pautas o fim da ingerência do FMI no país. A Figura 7 é ilustrativa disso:

Figura 7 – Manifestantes protestam contra o FMI na Argentina, em 17 de maio de 2018



Fonte: ABRAMOVICH, AFP, 2018.

À vista do exposto, a dependência financeira diante de instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, se apresenta como mecanismo econômico do imperialismo. Além disso, outros processos de rentismo que acarretam fluxos de capital da periferia em direção ao centro global se somam e podem ser igualmente considerados dentro do contexto imperialista.

⁴⁶ Conforme o FMI (IMF, 2021, tradução nossa), um Stand-By Arrangement é um “instrumento de empréstimo para países de mercados emergentes e avançados”. O Fundo considera que “em crises econômicas, países frequentemente necessitam financiamentos para ajudá-los a superar seus problemas com o balanço de pagamentos”.

Para além, a acumulação flexível é entendida por Harvey (2008) em oposição à rigidez que marcou a produção e circulação de mercadorias durante o fordismo. O autor caracteriza tal modalidade de acumulação da seguinte forma:

A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas (HARVEY, 2008, p. 140).

Acerca dessas inovações que acompanham a acumulação flexível, Harvey (2008) aborda, por exemplo, os níveis relativamente altos de desemprego estrutural, a grande quantidade de mão-de-obra excedente, o enfraquecimento do poder sindical e os contratos de trabalho mais flexíveis. Tais aspectos estão abrangidos dentro da caracterização do pós-fordismo e evidenciam, sobretudo, questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Nessa senda, Ricardo Antunes (2018) trata da expansão da informalidade e da terceirização⁴⁷ como aspectos definidores do mundo do trabalho hodierno. Para ele, a informalidade (“que ocorre quando o contrato empregatício não obedece à legislação social protetora do trabalho”) expressa a subtração de direitos e aproxima-se da precarização (ANTUNES, 2018, p. 252).

Ademais, Antunes (2018, p. 374) menciona que “a terceirização vem se conformando como um dos principais instrumentos, nos mais diversos ramos e setores produtivos, para incrementar a acumulação flexível”. Assim, informalidade e terceirização se apresentam como tendências da acumulação contemporânea.

A rede Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO) sistematizou, a partir de relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dados importantes sobre a informalidade. Nesse sentido, a Tabela 4, apresenta informações acerca dos empregos informais em países periféricos (em desenvolvimento e emergentes) e centrais (desenvolvidos):

⁴⁷ A terceirização no âmbito trabalhista pode ser entendida como “processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas” (MARCELINO, CAVALCANTE, 2012).

Tabela 4 – Porcentagem de empregos informais em relação ao total de empregados, aos empregados urbanos e aos empregados rurais*

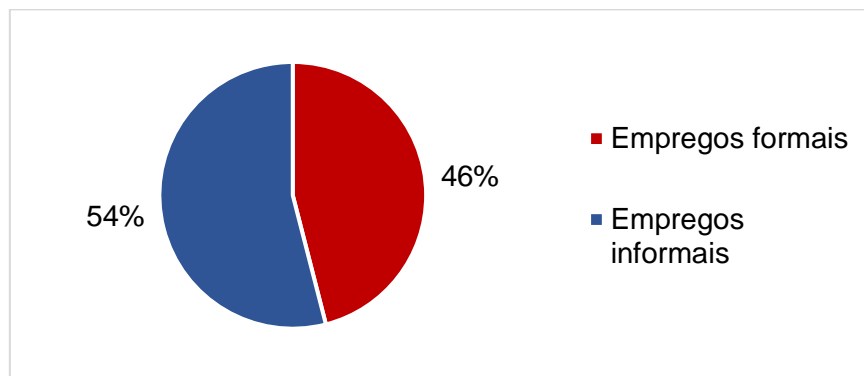
	Total (%)	Urbano (%)	Rural (%)
Países em desenvolvimento	90	79	90**
Países emergentes	67	51	83
Países desenvolvidos	18	17	22
Mundo	61	44	80

* Conforme definições do Banco Mundial, de 2018, com base nos níveis nacionais de renda bruta per capita.

Fonte: adaptação (WIEGO, 2023) com base em ILO, 2018.

Os dados contidos na Tabela 4 possibilitam compreender que o impacto da acumulação flexível no mundo do trabalho acarreta de maneira aprofundada os trabalhadores da periferia. Em adição a ela, o Gráfico 5 chama a atenção para dados específicos sobre a informalidade no mercado de trabalho latino-americano e caribenho:

Gráfico 5 – Taxa de empregos informais e formais na América Latina e no Caribe



Fonte: adaptação (WIEGO, 2023) com base em ILO, 2018.

Em complemento, resta ainda abordar a superexploração do trabalho, que se conecta com a precarização associada à informalidade e à terceirização. Notadamente, “há três formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia” (AMARAL, DUARTE, 2010, p. 121). São essas: “i) o aumento da intensidade do trabalho, ii) a prolongação da jornada de trabalho e iii) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador

– então convertido em fundo de acumulação capitalista” (AMARAL, DUARTE, 2010, p. 121-122).

Jaime Osorio (2018, p. 494) assinala que “é preciso ponderar e destacar as particularidades da forma como a superexploração ocorre em diferentes regiões, em diferentes economias e formas de capitalismo”. Para ele, essa superexploração resulta em consequências diferentes no âmbito da reprodução do capital. Nesse sentido, o autor aponta que:

No capitalismo dependente, onde predominam o pagamento direto de salários abaixo do valor e a prolongação da jornada de trabalho, processos que afetam a maioria da população trabalhadora, gerando estruturas produtivas voltadas fundamentalmente para os mercados externos e para o estreito mercado interno de alto poder de consumo, tudo isso impulsionado pelos setores mais dinâmicos do capital (OSORIO, 2018, p. 494).

Assim, entende-se que na periferia capitalista a superexploração do trabalho impacta de maneira ainda mais profunda a classe trabalhadora. Além disso, essa superexploração se insere dentro de uma lógica produtiva que visa atender mercados com maior poder de consumo, como os mercados externos e alguns segmentos específicos do mercado interno.

Em resumo às questões abordadas, Marisa Amaral e Pedro Duarte (2010, p. 121) estabelecem uma análise que relaciona superexploração, desemprego estrutural, intercâmbio desigual e relações centro-periferia:

A ocorrência da superexploração da força de trabalho acaba sendo fortalecida, nos países periféricos, pela existência do exército industrial de reserva. Como não se desenvolvem nestes uma indústria capaz de produzir bens com alto valor agregado – que permitam um intercâmbio equitativo com os países centrais – e que ao mesmo tempo absorvam a massa de trabalhadores desempregados, a pressão sobre essa classe, através da imposição de cargas de trabalho cada vez mais excessivas e de baixos salários, acaba se apresentando como a alternativa mais viável para a geração do excedente necessário à transferência de valor.

À vista do exposto, é possível relacionar a acumulação flexível com o imperialismo na medida em que ela: a) possibilita às empresas do centro global uma maior margem de lucro com a superexploração da mão de obra dos trabalhadores periféricos; b) obstaculiza a industrialização da periferia global; c) contribui para a persistência de trocas desiguais entre países centrais e periféricos, considerando que

os primeiros seguem exportando produtos com maior valor agregado em relação aos últimos (que exportam especialmente *commodities*).

Por fim, resta abordar a acumulação por espoliação, já conceituada, a qual se insere dentro da dinâmica do imperialismo contemporâneo de maneira central. Harvey (2014, p. 129) entende que “a acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973”, relacionando-se com a resolução dos problemas de sobreacumulação do capitalismo.

Para ele, tal modalidade foi impulsionada pelo sistema financeiro internacional, especialmente sob comando estadunidense, e sua capacidade de desencadear “surto [...] de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros” (HARVEY, 2014, p. 129). Nesse sentido, Harvey (2014, p. 147) aponta que:

O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC [Organização Mundial do Comércio), apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções.

Tal análise pode ser relacionada com um processo atual de afirmação de imperativos de mercado, conforme a teoria de Ellen Wood (2014). Isto, pois, introduzem e sustentam novos atores e processos de acumulação capitalistas na esfera planetária, que operam uma coerção econômica por meio de mecanismos sofisticados.

Além disso, entende-se que a acumulação por espoliação, acentuada na América Latina durante o século XXI é definidora da reconfiguração dos mecanismos econômicos do imperialismo na região. O contexto no qual isso ocorre é marcado, durante a onda rosa, pelo chamado “boom dos commodities” e, durante a onda conservadora, pela implementação e pelo aprofundamento generalizados do neoliberalismo na região.

Em meio a esses dois momentos, destaca-se ainda a crise financeira de 2007-2008, que deve ser considerada pelos seus impactos nos processos de acumulação, inclusive na região latino-americana. Acerca disso, Mascaro (2018, p. 76) dispõe que:

De nacionalismos variados a um crescimento das extremas direitas e de partidos fascistas, de instabilidades de ditaduras e governos eleitos a golpes

– Primaveras Árabes, impeachments na América Latina –, a crise de 2008 fará com que o sistema político até então assentado não consiga mais dar conta de uma instabilidade que é, fundamentalmente, a de acumulação do capitalismo internacional.

No mesmo sentido, Mascaro (2018, p. 76) complementa ao afirmar que “estratégias como as da espoliação passam a ter peso maior na resolução da crise de acumulação de 2008”. Isto ocorre, pois, “é necessário fazer com que países, povos, classes, empresas e interesses percam para que outros possam ganhar e contrabalancear suas quedas econômicas” (MASCARO, 2018, p. 76).

Nesse sentido, os processos de acumulação por espoliação descritos por Harvey (2014) se aprofundam na América Latina. Uma das suas principais faces se releva por meio de processos de privatização. Assim, considera-se que esse processo de acumulação “criou impressionantes pressões de descoberta de um número cada vez maior de arenas, domésticas ou externas, em que se pudesse executar privatizações” (HARVEY, 2014, p. 131).

Conforme Félix e Neto (2022, p. 479), “as privatizações de empresas estatais têm se mostrado uma medida salutar para drenar os recursos oriundos dos trabalhadores e transferi-los para as grandes corporações econômicas e instituições financeiras”. Para eles, o controle dessas empresas, anteriormente consideradas estatais, garante a ampliação do poder financeiro de corporações e instituições dominantes na economia global.

Na sequência, serão abordados alguns casos paradigmáticos⁴⁸ da acumulação por espoliação na América Latina contemporânea, que consideram a vasta riqueza natural da região. Tais casos envolvem o neoextrativismo mineral, a estrangeirização de terras e a mercantilização da água e possibilitam uma compreensão de como opera a espoliação.

Desde a primeira década do século XXI, o preço dos *commodities* minerais subiu e o extrativismo na América Latina se expandiu. Tal processo se relaciona com o crescimento da demanda mundial por minérios, principalmente pela China e outros países asiáticos, que intensificou a atividade das megaempresas estrangeiras de mineração (GONÇALVES, 2016). Harvey (2014) aponta que o (neo)extrativismo

⁴⁸ Os casos paradigmáticos consistem em padrões exemplificativos. A seleção desses casos se deu de acordo com a possibilidade que possuem de servir como apoio fático à pesquisa bibliográfica, com vistas à interpretação da realidade concreta. Além disso, no intuito de haver uma representatividade regional, foram selecionados casos comuns a vários países latino-americanos.

mineral na América Latina se baseia em processos de acumulação por espoliação e favorece a ingerência na região.

Conforme aponta Gonçalves (2016, p. 41):

[...] Uma das características que permitem apreender a força intempestiva do capital sobre a apropriação dos recursos minerais na América Latina é a atuação de empresas mineradoras transnacionais. Entre os exemplos das principais transnacionais da mineração atuantes na produção mineral nesta vasta dimensão territorial, e várias delas presentes no Brasil, destacam-se a BHP Billinton, Glencore Xtrata, Anglo American, Rio Tinto, Vale S.A, Newmont y Gold Corporation, Barrick Gold Corporation e AngloGold Ashanti.

Aráoz (2009), entende que a dimensão estritamente econômica de tal expropriação se relaciona com transformações territoriais e, também, com reformas legais e institucionais de caráter neoliberal. Para ele, a partir disso se operam processos de transferência de recursos financeiros da periferia ao centro global.

Acerca disso, o autor destaca ainda que, “por um lado, tais transferências ocorrem como resultado da reestruturação territorial das cadeias produtivas em escala global”. Enquanto isso, “por outro lado, os processos de expropriação econômica estão ligados às reformas políticas” (ARÁOZ, 2009, p. 9). De tal forma, tem-se que o contexto do mercado global no contexto do boom dos commodities, associado à regulação neoliberal (aprofundada sob a onda conservadora), favoreceu um aprofundamento do neoextrativismo mineral na região.

Por sua vez, a estrangeirização da terra é um fenômeno antigo nos países listados que, associada com a concentração dessas, apresenta diversos impactos negativos (BAUMEISTER, 2014). A partir da crise econômica mundial de 2008, a aquisição de terras na periferia global, inclusive na América Latina, sofreu um crescimento, pois se apresentou como maneira segura e lucrativa de investimento (BRUM, 2017).

Por derradeiro, a estrangeirização de terras corresponde a um processo de acumulação por espoliação, que ameaça a soberania e o desenvolvimento desses países. Igor Mendes Bueno (2019, p. 134) aponta que:

Por trás de todos esses processos se encontra, enfim, a busca pela apropriação das rendas fundiárias – da parcela do valor extraído e fundado exclusivamente na propriedade privada da terra, sob suas mais diversas formas fenomênicas. O desenrolar histórico da questão agrária na periferia também narra a história do desenvolvimento do capitalismo e de sua penetração sobre o campo no intuito de extrair riqueza e valor fundados na

propriedade da terra. Numa breve expressão: a história da questão agrária é a história da perseguição e da distribuição das rendas fundiárias pelo capital

Ademais, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aponta para ocorrência de processos de estrangeirização da terra em diversos países latino-americanos nas últimas décadas, como Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Costa Rica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Algumas das razões para isso incluem, economicamente, menor regulação, em um contexto neoliberal e, legalmente, a liberalização do acesso aos mercados de terra para estrangeiros (FAO, 2014).

Para além, a preocupação global com a água vem se destacando nas últimas décadas e a América Latina⁴⁹ tem sido cenário de disputas com o centro global, em razão do interesse das megaempresas estrangeiras na exploração e mercantilização de seus recursos hídricos (IRIGARAY, 2016). De acordo com Porto-Gonçalves (2012), até o final do século XX, a gestão da água costumava ser feita pelo poder público, até que grupos empresariais passaram a contribuir significativamente para a mercantilização dessa, por meio de suas atividades. Desse modo tal prática corresponde à dinâmica da acumulação por espoliação, seguindo uma tendência de mercantilização da natureza.

Cabe destacar que, se por um lado a privatização da água se dá por meio da gestão privada de empresas anteriormente públicas, responsáveis pelo tratamento e pela distribuição, por outro, também ocorre através de grandes corporações com atuação internacional (IRIGARAY, 2016). Nessa senda, observa-se que “são dos países imperialistas a quase totalidade das grandes corporações que vêm se constituindo no setor, sobretudo nas grandes e médias cidades da América Latina” (PORTO-GONÇALVES, s.d.). Porto-Gonçalves (s.d.) chama a atenção para a atuação de empresas estadunidenses, como a Bechtel Co., a Coca-Cola e a Pepsi-Cola, francesas, como Suez/ONDEO e Vivendi, inglesa, como a Thames Water, e suíça, no caso da Nestlé.

Diversos países latino-americanos, como Argentina, Bolívia, Brasil e México têm sido cenário de casos emblemáticos de resistência oposta por movimentos sociais

⁴⁹ Cabe referir que há uma distribuição desigual da água na região latino-americana. Conforme aponta Wagner Costa Ribeiro (s.d., p. 9) “o México e parte dos países da América Central encontram maiores dificuldades para abastecimento público que os países da América do Sul, que contam com mais reservas, como os da bacia Amazônica e os que se sobrepõem ao aquífero Guarani.

à privatização da água (IRIGARAY, 2016). No caso de El Salvador, em 2018, diversos segmentos da sociedade se opuseram à privatização da gestão de recursos hídricos, que decorreria de projeto de lei protocolado por uma coalização de direita (TELESUR, 2018). Na Figura 8, visualiza-se manifestantes salvadorenhos segurando um cartaz no qual está escrito “com a população organizada, a água não será privatizada” (tradução nossa).

Figura 8 – Manifestação ocorrida em El Salvador contra a privatização da água, em 22 de novembro de 2018



Fonte: TELESUR, 2018.

Portanto, tem-se que, em meio à exploração e conflitos, os casos paradigmáticos analisados contribuem para a compreensão de alguns dos processos de acumulação por espoliação no século XXI. Contudo, cabe destacar a existência de outros, não contemplados nesta análise.

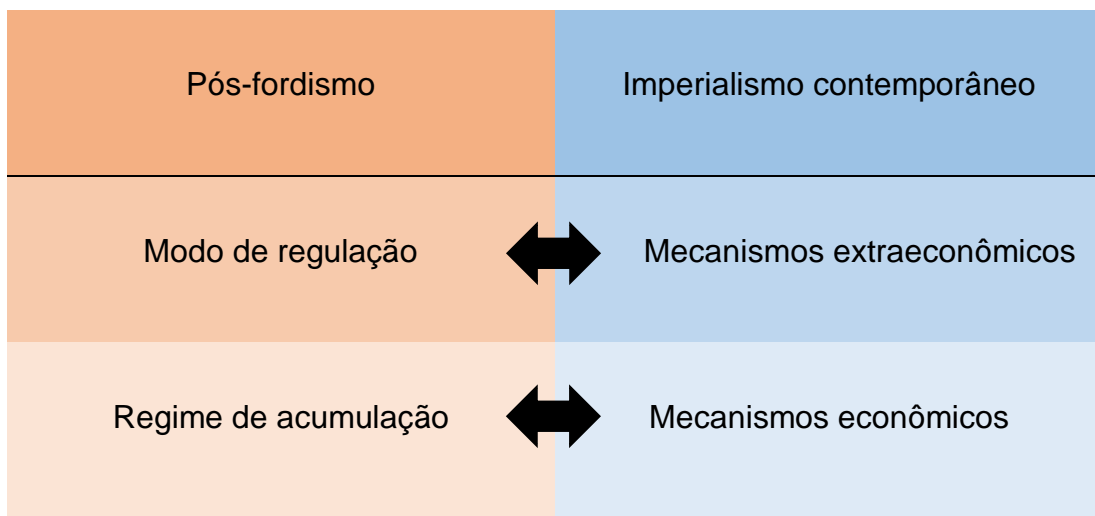
À vista do exposto, os mecanismos econômicos do imperialismo persistem em uma dinâmica que inclui os processos de acumulação financeira, flexível e por espoliação. Contudo, a reconfiguração desses mecanismos na América Latina durante o século XXI se caracteriza, especialmente, pelo predomínio da acumulação por espoliação em relação às demais modalidades, embora todas integrem um processo de complementariedade.

3.3 A rearticulação entre os mecanismos econômicos e extraeconômicos de dominação

Conforme abordado, os mecanismos econômicos e extraeconômicos do imperialismo passaram por uma reconfiguração nas últimas duas décadas. Resta, ainda, compreender a maneira pela qual esses mecanismos indissociáveis se rearticularam entre si.

Para tanto, cabe estabelecer uma associação entre os componentes do pós-fordismo e do imperialismo contemporâneo. Isto, pois, entende-se que, semelhante à forma pela qual a acumulação capitalista ocorre, em um contexto moldado pelo modo de regulação vigente, os mecanismos econômicos do imperialismo dependem de um cenário engendrado pelos mecanismos extraeconômicos. O Quadro 4 ilustra essa associação:

Quadro 4 – Associação entre componentes do pós-fordismo e do imperialismo contemporâneo



Fonte: elaboração própria.

A relação complementar entre regulação e acumulação é similar àquela existente entre os mecanismos extraeconômicos e econômicos. Isto pois, os mecanismos extraeconômicos engendram o contexto regulatório, no qual os mecanismos econômicos operam os processos de acumulação imperialista.

Na América Latina do século XXI, os aspectos que definem a operacionalidade desses mecanismos abrangem a continuidade do neoliberalismo e de três modalidades de acumulação (financeira, flexível e por espoliação), que já se

manifestavam conjuntamente desde a década de 1970. Contudo, conta ainda com duas importantes diferenças que marcam o imperialismo contemporâneo na região: a) a instrumentalização das guerras híbridas como mecanismo extraeconômico; b) a centralidade assumida pela acumulação por espoliação.

O Quadro 5 auxilia a compreender os aspectos definidores de cada mecanismo do imperialismo contemporâneo na região:

Quadro 5 – Aspectos definidores dos mecanismos extraeconômicos e econômicos do imperialismo na América Latina contemporânea

Imperialismo	Aspectos definidores
Mecanismos extraeconômicos	Neoliberalismo
	Guerras Híbridas
Mecanismos econômicos	Acumulação financeira
	Acumulação flexível
	Acumulação por espoliação

Fonte: elaboração própria.

Com base no exposto, a rearticulação entre os mecanismos do imperialismo na América Latina durante o século XXI ocorre em um contexto no qual a acumulação por espoliação ganha destaque, desde o boom dos commodities, ainda durante a onda rosa. Nesse contexto, o legado neoliberal não foi totalmente superado pelos governos de esquerda na região (MARTINS, 2011), embora o progressismo tenha resultado em reformas significativas.

Porém, é somente com o início da onda conservadora que o padrão neoliberal irá, gradualmente, se aprofundar. Esse movimento é favorecido, no contexto que segue a crise financeira de 2007-2008, pela ocorrência de guerras híbridas na região latino-americana.

As guerras híbridas passam a ter um importante papel na desestabilização política de alguns países e na mudança de governos, por meio de golpes de Estado. Por conseguinte, foram responsáveis por realinhar, junto das vitórias eleitorais, parte dos países da região às diretrizes do centro global (especialmente dos EUA) e ao neoliberalismo.

Nesse contexto, a acumulação financeira se manteve como uma das modalidades de acumulação do imperialismo, erguida sobre pilares como o rentismo e o endividamento externo dos países latino-americanos. Por sua vez, a acumulação flexível se intensificou a partir dos ajustes neoliberais, sobretudo no mundo do trabalho, acarretando precarização, ao mesmo passo em que atende às necessidades dos mercados externos.

Por fim, sob a onda conservadora, a acumulação por espoliação, que já se encontrava em ascensão, passa a ser, dentro dos mecanismos extraeconômicos, a modalidade central da dinâmica imperialista na região. Tais processos de espoliação marcam uma importante etapa a ser observada dentro do regime de acumulação pós-fordista, a qual se relaciona com os processos de privatização e de mercantilização da natureza na região, entre outros.

Em relação a isso, Félix e Neto (2022, p. 479) observam que “as privatizações [...] contam com o anteparo poderoso da maquinaria estatal e sua constelação de medidas regulatórias, jurídicas e administrativas”. Tal exemplo ilustra a forma pela qual os mecanismos econômicos e extraeconômicos do imperialismo apresentam-se dentro de articulação uma conjunta – modificada de acordo com as especificidades do imperialismo contemporâneo.

Portanto, encontra-se exposta a forma pela qual, uma vez reconfigurados, os mecanismos do imperialismo se rearticularam entre si, inseridos no contexto latino-americano do século XXI. Essa rearticulação permitiu que um novo aspecto definidor dos mecanismos extraeconômicos, as guerras híbridas, contribuíssem para a consolidação de um mecanismo econômico que passou a ser central, a acumulação por espoliação.

CONCLUSÃO

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, estabeleceu-se um percurso analítico iniciado em torno do capitalismo global e do imperialismo contemporâneo, que avançou, na sequência, pelas tendências políticas regionais na América Latina e, ao fim, tratou da reconfiguração do imperialismo na região durante o século XXI.

Na esteira do capitalismo global e de suas modificações substanciais, como aquela que inaugura o fordismo na década de 1970, o imperialismo passou por alterações em sua dinâmica. Na América Latina, quando analisada a conjuntura política regional, tais alterações ganham contornos específicos no presente século.

De modo geral, considera-se que o imperialismo se manifesta através de uma conjugação entre mecanismos econômicos e extraeconômicos de dominação, complementares entre si. Ocorre que, durante a onda rosa e a onda conservadora, esses mecanismos foram reconfigurados e rearticulados entre si.

Tratando-se dos mecanismos extraeconômicos do imperialismo, estes permanecem, desde a década de 1990, associados à regulação neoliberal, embora isso tenha ocorrido de maneira mais sutil durante onda rosa e tenha sido agudizado ao longo da onda conservadora. Sendo assim, o novo elemento, responsável pela reconfiguração desses, consiste nas guerras híbridas, que têm ocorrido desde 2009 na região e marcam o início da onda conservadora.

Acerca dos mecanismos econômicos do imperialismo, estes passaram a contar, ao longo da onda rosa, com o predomínio da acumulação por espoliação em relação às outras modalidades de acumulação. Isso ocorreu em um contexto do “boom de commodities” e, posteriormente, se aprofundou durante a onda conservadora, com o aprofundamento do neoliberalismo.

Entende-se que, a partir disso, houve uma rearticulação entre esses mecanismos, considerando-se tais inovações em suas dinâmicas. Disso decorre a reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI, que passou a contar com novas formas de desestabilização política e mudança de governos (pelas guerras híbridas) e com o predomínio da acumulação por espoliação em termos econômicos.

Em síntese ao exposto, os resultados obtidos podem ser listados, de forma sistematizada, da seguinte maneira:

a) A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI decorre da reconfiguração e da rearticulação de seus próprios mecanismos econômicos e extraeconômicos;

b) A dinâmica dos mecanismos extraeconômicos do imperialismo tem sido marcada na região pela regulação neoliberal, especialmente desde a década de 1990;

c) A dinâmica dos mecanismos econômicos do imperialismo abrange, desde a emergência do pós-fordismo na década de 1970, três modalidades complementares da acumulação capitalista: financeira, flexível e por espoliação;

d) A reconfiguração dos mecanismos extraeconômicos é caracterizada, sobretudo, pelas Guerras Híbridas que conduziram a golpes de Estado, com o objetivo de implementar uma regulação neoliberal e promover um realinhamento político dos países da região;

e) A reconfiguração dos mecanismos econômicos é caracterizada pelo aprofundamento de um processo generalizado de acumulação por espoliação da América Latina, que passou a ser a modalidade predominante do imperialismo na região durante o século XXI;

f) A rearticulação desses mecanismos é expressa pela relação de complementariedade entre os itens “d” e “e” que, em última análise, correspondem aos processos igualmente complementares de regulação e de acumulação.

À vista disso, espera-se que este trabalho possa contribuir para a compreensão da economia política internacional na América Latina. Marcada pelo imperialismo, ela impacta em questões como soberania, autodeterminação dos povos, democracia, direitos humanos, trabalho, produção, consumo, meio ambiente, entre outras.

Compreender a dinâmica do imperialismo contemporâneo na América Latina, especialmente após mais de uma década do início da onda conservadora, se revela de interesse social, político e econômico. Isto, pois, suscita uma crítica conjuntural acerca da condição latino-americana na geopolítica global e possibilita a concepção de uma postura unificada para problemas comuns aos países da região.

Também, espera-se contribuir para a área de Relações Internacionais, marcada por um debate “bipolar” (realismo x liberalismo) que, de maneira implícita, nega a validade do marxismo. Grande parte das análises feitas na área possui uma tendência instrumental e/ou um enfoque institucionalista, por influência da Ciência Política (VISENTINI, 2019). Diante disso, o desenvolvimento deste trabalho contribui para uma “triangularização” do debate, pela demonstração da teoria marxista como

abordagem crítica e, ao mesmo tempo, científica. Ademais, dada a sua relevância, o imperialismo precisa ser trazido para o centro das análises e discussões no âmbito acadêmico, no qual situa-se às margens. A realidade concreta impõe a necessidade de se (re)pensar, desde a periferia global, a dominação e a dependência nas relações internacionais a partir do referido conceito.

Por fim, cabe reiterar que, em 2023, ano que acaba de iniciar, a América Latina se encontra diante daquilo que pode vir a ser considerado o fim da onda conservadora. Inclusive, está sendo anunciado o início de uma “nova onda rosa”, embora haja incerteza em relação aos desdobramentos dessa.

Esse contexto não afasta a necessidade de se compreender o imperialismo na região. Pelo contrário, torna necessário um aporte teórico fundamentado acerca desse, para que possam ser pensadas alternativas às políticas adotadas pelas esquerdas durante a onda rosa e, especialmente, formas de romper com aquilo que se aprofundou durante a onda conservadora.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Eitan; AFP. **Argentinos participam de protesto contra as negociações do governo com o FMI, em Buenos Aires, na quinta-feira (17)**. 2018. 1 Fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/milhares-de-manifestantes-protestam-contrafmi-na-argentina.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **Prosul será “um fórum sem ideologias”, defende Piñera**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/sera-um-forum-sem-ideologias-defende-pinera>. Acesso em: 10 fev. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Manifestação**: manifestantes tomam gramado em frente ao Congresso Nacional e protestam pelo fim da corrupção no Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/agenciasenado/16837356331>. Acesso em: 10 fev. 2023.

AGLIETTA, Michel. Les transformation du capitalisme contemporain. In: CHAVANCE, Bernard et al. (Org.), **Capitalisme et socialisme en perspective: évolution et transformation des systems économiques**. Paris: La Découverte, 1999.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009.

AMARAL, Marisa; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência. **Leituras de Economia Política**, v. 16, p. 111-138, 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3128/08%20MARISA.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

AMIN, Samir. El comercio internacional y los flujos internacionales de capitales. In: AMIN, Samir; BETTELHEIM, Charles; EMMANUEL, Arghiri (et al.). **Imperialismo y comercio internacional**: el intercambio desigual. Buenos Aires: Siglo XXI, 1990.

AMIN, Samir. **Imperialism and unequal development**. New York/London: Monthly Review Press, 1977.

ANDRADE, Mayra Thais; RIBEIRO, Antônio Carlos. A necessidade de inclusão de uma agenda plural para promover a parceria estado-sociedade na integração econômica no MERCOSUL. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, v. 4, n. 8, p. 136-156, ago, 2016. Disponível em: http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-78872016000800136. Acesso em: 10 fev. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARÁOZ, Horacio Machado. Auge minero y dominación neocolonial en América Latina: ecología política de las transformaciones socioterritoriales neoliberales. **Anais do XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**, 2009. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-062/1107.pdf>. Acesso em: 10 fev 2023.

ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 1, p. 125-136, jan/abr, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p125/36202>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XXI: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

AZEVEDO, André Filipe Zado de; MASSUQUETTI, Angélica. TEC no âmbito do Mercosul: teoria e prática. **Análise Econômica**, v. 27, n. 52, p. 7-23, set, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/3336>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BALASSA, Bela. **The theory of regional integration**. London: R. D. Irwin, 1969.

BALESTRO, Moisés Villamil. Instituições do Estado desenvolvimentista na América Latina no contexto pós-neoliberal: os casos do Brasil e Argentina em perspectiva comparada. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 6, n. 2, 2012, Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/19515/18053>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824/9146>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BAPTISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**. São Paulo: LeYa, 2019.

BAPTISTA, Luiz Olavo. O Mercosul após o Protocolo de Ouro Preto. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 27, p. 179-199, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000200011. Acesso em: 10 fev. 2023.

BAUMEISTER, Eduardo. Dinámica de los mercados de tierras en Costa Rica, Guatemala, México, Nicaragua, Panamá y República Dominicana: contexto y comentarios comparativos. In: BAQUERO, Fernando Soto; GÓMEZ, Sergio (Orgs.). **Reflexiones sobre la concentración y extranjerización de la tierra en América Latina y el Caribe**. Santiago: FAO (Food and Agriculture Organization), 2014.

BOITO, Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, n. 2, p. 9-30, 2020. Disponível em:

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/6026/5416>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BOLIVIA VERIFICA. **Bolivia Verifica**. 2023. Disponível em: <https://boliviaverifica.bo/> Acesso em: 10 fev. 2023.

BORGES, Elisa de Campos. “¡Con la Unidad Popular ahora somos Gobierno! Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende”. **Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC**, 2014. Disponível em:

<http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/Elisa%20de%20Campos%20Borges.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BORON, Atilio A. **Império e imperialismo**: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

BOYER, Robert. **Teoria da Regulação**: os fundamentos. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

BRASIL DE FATO. **Maria Patrícia Arce Guzmán denunciou que sofreu ameaças de morte durante o escracho público no centro do município de Vinto**. 2019. 1 Fotografia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/09/golpistas-ganham-terreno-na-bolivia-e-evo-morales-alerta-para-democracia-em-risco>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. n. 4, p. 725-753, 1958. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1958_num_13_4_2781. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRAUNMÜHL, Claudia Von. Mercado mundial y Estado nación. **Cuadernos Políticos**, n. 35, México, p. 4-14, jan-mar, 1983. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.35/CP.35.3.ClaudiaVonBraunmuhl.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRAUNMÜHL, Claudia von. On the analysis of the bourgeois nation State within the world market context. In: HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol (Eds.) **State and capital**: a Marxist debate. Londres: Edward Arnold, 1978.

BRUM, Márcio Morais. **Imperialismo e novo constitucionalismo na América Latina**: a questão da terra em Bolívia e Equador. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

BRUM, Márcio Morais. Imperialismo via espoliação e novo constitucionalismo latino-americano: contradições e desafios. In: DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria

Beatriz Oliveira da. (Org.), **Marxismo, Direito e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BUENO, Igor Mendes. **Dependência, questão agrária e globalização: interpretações econômico-políticas e jurídicas da estrangeirização da terra no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

BUGIATO, Caio. Kautsky e Lenin: imperialismo, paz e guerra nas relações internacionais. **Novos rumos**, v. 54, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8533>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and Global Political Economy**. Cambridge; Malden: Polity, 2009.

CALLINICOS, Alex. **Making history: agency, structure, and change in social theory**. Leiden: Koninklijke Brill, 2004.

CAMPAGNARO, Yuri Gabriel. **Capital imperialismo e neoliberalismo: um estudo da reforma financeira e da privatização dos bancos estaduais no Brasil na década de 1990**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CANO, Ernesto. Élités del poder en México y Chile: mediadoras de la dominación imperialista. **Anais das XI Jornadas de Sociología**, Buenos Aires, 2015. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-061/726.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CHANCEL, Lucas et al., **World Inequality Report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2021. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2021/12/WorldInequalityReport2022_Full_Report.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

CHESNAIS, François. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Leiden/Boston: Brill, 2016.

COHEN, Gerald A. Forças produtivas e relações de produção. **Crítica Marxista**, n. 31, p. 63-82, 2010. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie46Dossie2.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. **Global Wealth Report**. 2014. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

D'ARAUJO, Maria Celina; RIBEIRO, Guilherme Leite. **Perspectivas sobre desenvolvimento democrático e qualidade da democracia: Brasil e América Latina**.

Sociedade e Cultura, v. 18, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/42375>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. “Os ventos do norte não movem moinhos”: o repensar da integração latino-americana com base na crítica ao imperialismo. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 9, n. 18, jul/dez, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/10955/7627>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. A dimensão jurídica do imperialismo na (des)ordem global capitalista: uma análise com base na crítica marxista ao Direito Internacional e às relações político-econômicas de dominação e dependência. **Revista de Direito Internacional**, v. 15, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/5882>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DEAN, Jodi. Capitalismo comunicativo e luta de classes. **Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 61, p. 115-138, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/issue/view/1814/showToc>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DÍAZ, Omar Huertas; TOVAR, Víctor Manuel Cáceres. Los golpes de Estado constitucionales en Latinoamérica: una amenaza emergente para el principio democrático. **Justicia Juris**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-85712014000200004. Acesso em: 10 fev. 2023.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DUMÉNIL, Gérard; LÖWY, Michael; RENAULT, Emmanuel. **100 palavras do marxismo**. São Paulo: Cortez, 2015.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Las ilusiones de la modernidad**. Ciudad de México: UNAM/El equilibrista, 1997.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2021**: the China challenge. London: EIU, 2021.

EMMANUEL, Arghiri. **L'échange inégal**: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux. Paris: François Maspero, 1978.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

EPA; BBC NEWS BRASIL, 2019. **Manifestantes também incendiaram a prefeitura da cidade de Vinto**. 2019. 1 Fotografia. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/7-decadas-apos-linchamento-de-presidente-em-palacio-fantasma-da-violencia-politica-volta-a->

bolivia,2526ed85fc15730aa253a4c570b7f9cd8zfcycni.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

FÉLIX, Tatiana; SANTOS NETO, Artur Bispo dos. A privatização da companhia energética de Alagoas (CEAL) no contexto das espoliações na América Latina.

Germinal: marxismo e educação em debate, v. 14, n. 1, p. 477-489, 2022.

Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/47978>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FERNANDES, Jean Lucas Macedo. Direitas partidárias na América Latinado século XXI. **Leviathan**: Cadernos de Pesquisa Política, n. 14, p. 26-50, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/147008/150767>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FERREIRA, Muniz. Direita e esquerda na história: considerações pontuais acerca de alguns casos de dislexia conceitual. In: ANDRADE, Guilherme Ignácio et. al. (Orgs.)

Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas. Goiânia: Gárgula, 2020.

FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. **O Capital de Marx**. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FIORI, José Luis. **Brasil e América do Sul**: o desafio da inserção internacional soberana. Texto para Discussão, n. 1560, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2011. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9742. Acesso em: 10 fev. 2023.

FIORI, José Luís. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOLADORI, Guillermo. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, n. 25, p. 82-92, 1999. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23683>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FRANK, Andre Gunder. **Dependent accumulation and underdevelopment**. London: Macmillan Press, 1982.

FREITAS, Ilton. **Guerra híbrida contra o Brasil**. Porto Alegre: Liquidbook, 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GARCIA, Ana Saggioro. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 155-177, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/tG3CZt7yfWzRzkcF9q3TxwC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GARO, Isabelle. Le capitalisme peut-il vraiment être reinventé? **Journal L'Humanité**, 18 e 19 de janeiro de 2020, p. 21.

GLIGO, Nicolo; MORELLO, Jorge. Notas sobre la historia ecológica de América Latina. **Estudios Internacionales**, v. 13, n. 49, p. 112-148, 1980. Disponível em: <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/16622>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Cadernos PROLAM**, v. 15, n. 29, p. 38-55, jul/dez, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/133593/133845>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GRANATO, Leonardo. **O Estado latino-americano: teoria e história**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HARBERT, Tom. Here's how much the 2008 bailouts really cost. **MIT Sloan School of Management**. Disponível em: <https://mitsloan.mit.edu/ideas-made-to-matter/heres-how-much-2008-bailouts-really-cost>. Acesso em: 10 fev. 2023.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988.

ILO. **Women and men in the informal economy: a statistical picture**. Genebra: International Labour Organization, 2018.

IMF. **Argentina: request for stand-by arrangement – Press release and staff report**. 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2018/07/13/Argentina-Request-for-Stand-By-Arrangement-Press-Release-and-Staff-Report-46078>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IMF. **Stand-By Arrangement (SBA)**. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/20/33/Stand-By-Arrangement>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IRIGARAY, Micheli Capuano. **Privatização e mercantilização da água na América Latina**: desafios da sustentabilidade e defesa do bem (de uso) comum “no” e “para além” do capitalismo. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

JABBOUR, Elias; PINTO, Eduardo Costa; DANTAS, Alexis. Notas sobre a reconstrução do Brasil. **Textos para discussão**, n. 005, Instituto de Economia – UFRJ, 2022. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2022/TD_IE_005_2022_JABBOUR_PINTO_DANTAS.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. O Brasil na mira do Tio Sam: o Projeto Pontes e a participação dos EUA no golpe de 2016. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio**: histórias e parcerias. 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1530472505_ARQUIVO_KANAAN,GabrielLecznieski.OBrasilnamiradoTioSam%5BANPUHRJ%5D.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

Karl, Marx. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KAUTSKY, Karl. [1913-1914]. O imperialismo. In: Aloisio Teixeira (Org.). **Utópicos, Heréticos e Malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão popular, 2018.

LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. **Que és la dialectica?** Buenos Aires: Dedalo, 1964.

LEITE, Leonardo de Magalhães. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 2, p. 507-534, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v23n2/0104-0618-ecos-23-02-0507.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LEITE, Leonardo. A lógica do império do capital (uma homenagem à Ellen Wood). **Blog da Boitempo**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/01/15/a-logica-do-imperio-do-capital-em-homenagem-a-ellen-m-wood/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LEITE, Leonardo. O canal mais oculto do imperialismo: breve genealogia da categoria da troca desigual a partir das formulações pioneiras sobre o tema. **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, 2019. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC11/MC113.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. Latin America's "left turn": a framework for analysis. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. (Orgs.). **The resurgence of Latin American left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

LIEPITZ, Alain. O mundo do pós-fordismo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 79-130, 1997. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1256/1613>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Lind, William S. **4th Generation Warfare Handbook**. Kouvola: Castalia House, 2015.

LÖWY, Michel. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **A Terra é Redonda**, 24. out. 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/?doing_wp_cron=1621107253.2920179367065429687500. Acesso em: 10 fev. 2023.

LOZANO, Claudio. Radiografía de la pauperización social de la Argentina en tiempos de Macri y el FMI. **Instituto Pensamiento y Políticas Públicas**, 2019. Disponível em: <https://ipypp.org.ar/2019/10/17/radiografia-de-la-pauperizacion-social-de-la-argentina-en-tiempos-de-macri-y-el-fmi/#:~:text=y%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas-,Radiograf%C3%ADa%20de%20la%20pauperizaci%C3%B3n%20social%20de%20a%20Argentina,de%20Macri%20y%20el%20FMI&text=Informe%20elaborado%20por%20Claudio%20Lozano,impacto%20sobre%20las%20distintas%20edades>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018. Acesso em: 10 fev. 2023.

MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/fhfJskqTQhv5T5Zd8PRwT3D/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MARCÍLIO, Maria Luiza. The population of colonial Brazil. In: BETHELL, Leslie (Org.). **The Cambridge history of Latin America**, Volume II: Colonial Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO, 2000.

MARTÍ, José. (1891). **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINS, Carlos Eduardo. A Teoria Marxista da Dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 463-481, set/dez, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000300463&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2023.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. Formas e estruturas do internacional: capitalismo, direito internacional e relações internacionais. In: DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **Marxismo, Direito e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. **Sociologia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira de. Quarenta anos de Escola Francesa da Regulação: entre o marxismo e o institucionalismo histórico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 25-29, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/bbwPV3hvvKVSt4w5RZRZFHx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. 2019. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MERCOSUR. **Fondo para la convergencia estructural del MERCOSUL (FOCEM)**, 2019. Disponível em: <https://www.mercosur.int/temas/focem/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MIÉVILLE, China. **Between equal rights**: a marxist theory of Internacional Law. Leiden: Brill, 2005.

MIÉVILLE, China. The commodity-form theory of International Law. In: MARKS, Susan (Org.) **International Law on the left**: re-examining marxist legacies. New York: Cambridge University Press, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Brasil: ¿post-democracia o neo-dictadura? **Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**, Córdoba, n. 8, p. 77-90, 18 jun-nov, 2018. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RIHALC/article/view/20461>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. En las ruinas de lo inconcluso: el retroceso democrático en Latinoamérica. In: **Congreso Latinoamericano de Ciência Política**, 10, Monterrey - México, 2019.

MISITI, Gianluca Ramalho. **Protesto do Movimento Passe Livre (MPL) em junho de 2013**. 2013. 1 Fotografia. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tarifa_Zero_SP.jpg. Acesso em: 10 fev. 2023.

MORGENFELD, Leandro. Macri y el fracaso de la subordinación a Estados Unidos: de Obama a Trump. **IADE – Realidad Económica**, 2017. Disponível em: https://www.iade.org.ar/system/files/macri_y_el_fracaso_de_la_subordinacion_a_ee_uu_de_obama_a_trump_morgenfeld.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

NAKATANI, Paulo. O Papel e o Significado da Dívida Pública na Reprodução do Capital. **Anais do Primer Simposio Internacional sobre deuda pública, auditoria popular y alternativas de ahorro e inversión para los pueblos de America Latina**, 2006. Disponível em: http://www.cadtm.org/IMG/pdf/Paulo_Nakatani.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. **Política externa e regionalismo**: Brasil e Chile em perspectiva comparada. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras expressões, 2014.

OSORIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo: a Teoria Marxista da Dependência revisitada. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 494-539, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21820/15908>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OSORIO, Jaime. Sobre superexploração e capitalismo dependente. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 483-500, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/26139>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018a.

OSÓRIO, Luiz Felipe. Marxismo e Relações Internacionais: duas faces da mesma moeda. In: DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. (Org.), **Marxismo, Direito e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

OSÓRIO, Luiz Felipe. Mercado mundial e imperialismo na perspectiva de Claudia von Braunmühl. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 22-34, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/15222/13208>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OSÓRIO, Luiz Felipe. O regime de acumulação internacional é uma marca do pós-fordismo. Entrevista concedida a Patricia Fachin e Wagner Fernandes de Azevedo. **Revista IHU (Unisinos)**, 28 ago. 2018b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/582192-o-regime-de-acumulacao-internacional-e-uma-marca-do-pos-fordismo-entrevista-especial-com-luiz-felipe-osorio>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PADILLA, Génesis Guzmán; ARAYA, Andrés León. A diez años del golpe de Estado em Honduras: entre las narrativas de la “transición a la democracia” y la instauración del proyecto neoliberal em Centroamérica. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, v. 45, p. 151-182, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/aec/v45/2215-4175-aec-45-151.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan/jul, 2009. Disponível em: <http://200.19.105.203/index.php/tempo/article/view/708/599>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PAMPLONA, João Batista; FONSECA, Juliana Fernanda Alves de. Avanços e recuos do MERCOSUL: um balanço recente dos seus objetivos e resultados. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 7, n. 13, p. 07-23, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82318/85291>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **The making of global capitalism: the political economy of American Empire**. Londres: Verso, 2012.

PANIZZA, Francisco. **La marea rosa**. Análise de Conjuntura OPSA, n. 8. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2006.

PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, p.

514-535, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/58LMxGpNSp9jjK4C4dvhFcM/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 10 fev. 2023.

PAZELLO, Ricardo Prestes; SOARES, Moisés Alves. Pachukanis em Caracas: o Direito Internacional entre a forma jurídica e a guerra (neo)colonial. In: DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. (Org.), **Marxismo, Direito e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América**: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

PEREIRA, Jonas. **Manifestantes tomam gramado em frente ao Congresso Nacional e protestam pelo fim da corrupção no Brasil**. 2015. 1 Fotografia. Disponível em:
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manifesta%C3%A7%C3%A3o_\(16218469613\).jpg?uselang=pt](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manifesta%C3%A7%C3%A3o_(16218469613).jpg?uselang=pt). Acesso em: 10 fev. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Water. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. [s.d.] **Observatório Latinoamericano de Geopolítica**. Disponível em:<https://www.docsity.com/pt/a-luta-pela-apropriacao-e-reapropriacao-social-da-agua-na-america-latina/4732679/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

PREBISCH, Raúl. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, v. 1, p. 69-136, 2000. Disponível em:
<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1611>. Acesso em: 10 fev. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REUTERS. Pompeo to urge U.N. **Security Council to recognize Venezuela's Guaidó**. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-un-pompeo-idUSKCN1PJ1XD>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RIBAS, Beatriz de Paula Silva. Maré Rosa e agenda de políticas sociais: as plataformas de governo do PSCh (2000) e PT (2002). *Estudos de Sociologia*, v. 23, n. 44, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/10920>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política da água na América Latina. **Observatório Geográfico de América Latina**, [s.d.]. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/06.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RICARDO, David. **On the principles of political economy and taxation**. Kitchener: Batoche Books, 2001.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas. **Sul Global**, v. 1, n. 1, pp. 139-168, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/31949/pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ROHTER, Larry. With New Chief, Uruguay Veers Left, in a Latin Pattern. **New York Times**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/03/01/world/americas/with-new-chief-uruguay-veers-left-in-a-latin-pattern.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **América Latina: história e presente**. Campinas: Papirus, 2004.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2006.

SANAHUJA, José Antonio. **Post-liberal regionalism in South America: the case of UNASUR**. European University Institute, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1814/20394>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ. The population of colonial Spanish America. In: BETHELL, Leslie (Org.). **The Cambridge history of Latin America**, Volume II: Colonial Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana**. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, João Paulo, et al. Entre golpes brandos e rígidos: uma análise crítica do livro Guerras Híbridas de Andrew Korybko. **Princípios**, n. 161, p. 197-219, 2021. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/129/57>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.

SCOTELARO, Marina; RAMOS, Leonardo; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Acumulação por despossessão, novo imperialismo e neoliberalismo: notas sobre David Harvey e o Internacional. In: BUGIATO, Caio; GARCIA, Ana (Orgs.). Dossiê “Marxismo e Relações Internacionais”. **Crítica Marxista**, n. 46, p. 163-172, 2018.

SEABRA, Rafael. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 01, p. 261-283, abr, 2019.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922019000100261&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2023.

SERRANO, Nicolás Pozo. **La construcción de las identidades políticas en los discursos presidenciales de la Venezuela democrática (1959-1964 y 1999-2007)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Contemporâneos em América Latina) – Programa de Estudos Contemporâneos em América Latina – Universidad Complutense de Madrid, 2016.

SILVA, Fabricio Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**, n. 5, p. 67-94, fev, 2015. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295/279>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, Fabricio Pereira da. O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14207/9147>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da; ANVERSA, Ana Elisi Carbone; DE DAVID, Thomaz Delgado. A Instrumentalização das fake news nas Guerras Híbridas: uma análise a partir do Golpe na Bolívia (2019). **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 12, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/60375>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

SOLER, Lorena. Golpes de Estado en el siglo XXI. Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 77-89, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/103317/105950>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MENDES, Mateus. **Guerra híbrida e neogolpismo: geopolítica e luta de classes no Brasil (2013-2016)**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

SOUSA, Euzébio Jorge Silveira de; MEINBERG, Marcio Ortiz. A “uberização” e o aprofundamento da flexibilização do trabalho. **Princípios**, v. 39, n. 159, p. 2020, p. 107-125. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/12>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SOUZA, Neide Liamar Rabelo de; SIMIONI, Carlos Alberto. Movimentos sociais e democracia: a participação nas manifestações de junho de 2013 e as repercussões no impeachment da Presidente Dilma Rousseff. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 5, p. 1–18, 2022. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/5533>. Acesso em: 10 fev. 2023.

STÉDILE, Miguel Enrique. A Aplicação das Guerras Híbridas no Brasil. In: Coletivo Andorinha (Org.). **O Brasil contemporâneo e a democracia**. Lisboa: Le Monde Diplomatique Portugal, 2020.

SZWAKO, José. O 'mau desempenho' de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. **Opinião Pública**, v. 20, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/YGXZFbhkbyjwbfFdRC3vWGs/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

TELESUR. **La batalla popular contra la privatización del agua en El Salvador**. 2018. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/telesuragenda/privatizacion-agua-salvador-20180702-0018.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. São Paulo: Annablume, 2013.

TRAVERSO, Enzo. Do fascismo ao pós-fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, p. 12-44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/26801/23504>. Acesso em: 10 fev. 2023.

U.S DEPARTMENT OF STATE. **Recognition of Juan Guaido as Venezuela's Interim President**. 2019. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/recognition-of-juan-guaido-as-venezuelas-interim-president/index.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VEM PRA RUA. **Manifesto**. 2023. Disponível em: <https://www.vemprarua.net/o-movimento/manifesto.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primavera árabe**: entre a nova democracia e a velha geopolítica. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. Para uma concepção marxista das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico. In: DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **Marxismo, Direito e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Londres: Academic Press: 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis**: an introduction. Durham; London: Duke University Press, 2006.

WIEGO. **Statistical picture**: statistics on the size, composition, contribution, and other dimensions of the informal economy are needed to inform economic and social policies. 2023. Disponível em: <https://www.wiego.org/statistical-picture#:~:text=The%20first%2Dever%20global%20estimates,That's%202%20billion%20workers%20worldwide>. Acesso em: 10 fev. 2023.

WILLIAMSON, John A Short History of the Washington Consensus. **Law & Business Review of the Americas**, v. 15, p. 7-23, 2009. Disponível em:

<https://scholar.smu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1381&context=lbra>. Acesso em: 22 fev. 2022.

WOOD, Ellen. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.